

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Carolina Padilha Fedatto

**UM SABER NAS RUAS:
O DISCURSO HISTÓRICO SOBRE A CIDADE BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em lingüística.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Suzy Maria Lagazzi

Campinas/2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879
BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM -
UNICAMP

F316u	<p>Fedatto, Carolina Padilha, 1983- Um saber nas ruas : o discurso histórico sobre a cidade brasileira / Carolina Padilha Fedatto. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.</p> <p>Orientador : Suzy Maria Lagazzi. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Análise do discurso. 2. Idéias lingüísticas - História. 3. Espaço urbano - Linguagem. 4. Nome - História. 5. Patrimônio histórico. 6. Monumentos – História. I. Lagazzi, Suzy, 1960-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	--

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: One know in the streets: the historical discourse on the brazilian city.

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis
History of the linguistics ideas
Urban knowledge - Language
Monument - History
Nouns – History

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor Lingüística.

Banca examinadora:

Suzy Maria Lagazzi [orientador]
José Horta Nunes
Luiz Francisco Dias
Carolina María Rodríguez Zuccolillo
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Data da defesa: 23-08-2011.

Programa de pós-graduação: Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

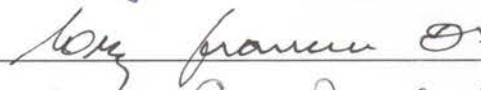
Suzy Maria Lagazzi



José Horta Nunes



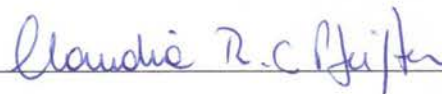
Luiz Francisco Dias



Carolina María Rodríguez Zuccolillo



Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



Carmen Zink Bolonhini

Cristiane Pereira Dias

Nádia Régia Maffi Neckel

agradecimentos

agradeço ao instituto de estudos da linguagem da unicamp, à universidade sorbonne nouvelle – paris iii, à fundação de amparo à pesquisa do estado de são paulo e à coordenadoria de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior; à minha orientadora *suzy lagazzi*; à mon directeur *bernard bosredon*; aos professores que compuseram a banca *josé horta nunes, luiz francisco dias, carolina rodríguez, claudia pfeiffer, carmen zink, cristiane dias e nácia neckel*; aos professores presentes em aulas, leituras e conversas *freda indursky, solange gallo, eduardo guimarães, eni orlandi, bethania mariani, sheila elias, monica zoppi, onice payer, maria clara paixão, mariza vieira, sonia branca, sylvain auroux, jean-marie fournier, christian puech, sylvie archaimbault, jacqueline authier, karine brutin, khodayar fotouhi*; aos funcionários do iel *cláudio platero, rosemeire marcelino e teresinha jacintho*; aos colegas-amigos *janaina sabino, ana cláudia fernandes ferreira, carolina machado, luiz carlos martins, giovanna flores, greciely costa, paula chiaretti, julie borges, maira lacerda*, aos amigos *patricia marques, viviene garcia, ana paula capellani, marina aguiar, pedro schio, jacques fux, miqueli michetti, gyselle holanda, denise scandarolli, ana carolina huguenin, maryam haghghi*; à minha família *josé eduardo fedatto, fátima padilha fedatto, bruno fedatto, fernanda fernandes, joão pedro fernandes fedatto* e a *andré de paiva toledo*, meu amor.

resumo

na fronteira entre o domínio da análise do discurso, a área de história das idéias lingüísticas e a de saber urbano e linguagem, esta tese busca compreender os modos de inscrição do saber no discurso sobre a cidade. partimos do pressuposto de que o saber se legitima tanto institucional quanto quotidianamente e de que o espaço, assim como a linguagem e os sujeitos, assume formas-históricas determinadas materialmente. ao buscar na história de construção das cidades vestígios da construção do saber no espaço nacional, mostraremos, primeiramente, como se dá a identificação dos sujeitos ao urbano através da poesia inscrita na língua; num segundo momento, definiremos as especificidades dessa identificação relativamente ao *paralelismo* entre os processos de gramatização e urbanização e à construção dos monumentos urbanos enquanto *patrimônio*. a cidade é, pois, junto com a língua nacional e a historiografia, um lugar imaginário de unificação da nação pela criação e afirmação de um *nós nacional*. procurando a sustentação quotidiana dessa unidade, examinaremos, finalmente, a imbricação entre o nome próprio e a imagem na espacialização do urbano em recortes da história brasileira. nossas análises mostram que tanto o nome quanto a imagem fazem existir um espaço uno no interior da história que o funda. a partir da observação da cidade desde sua origem européia a seus desdobramentos coloniais, compreendemos a formação do espaço brasileiro em função do processo de *transposição*, que ressignifica os objetos de saber em relação ao seu espaço de produção. essa é sua resistência. o saber é entendido, portanto, como uma forma-histórica do conhecimento que especifica no espaço um *efeito da temporalidade*. a cidade brasileira situa um saber onde urbanidade e nacionalidade se confundem e que se localiza também no silêncio que espacializa os sentidos.

palavras-chave: análise do discurso; idéias lingüísticas – história; espaço urbano – linguagem; nome – história; patrimônio histórico; monumentos – história.

abstract

on the borders of discourse analysis field, history of linguistic ideas and urban knowledge and language, this thesis seeks to understand the ways knowledge is inscribed in the discourse about the city. we are based on the assumption that knowledge is legitimated institutionally and also by quotidian and that space, as well as language and subjects, assumes historical-forms materially determined. By searching the history of cities' construction for vestiges of knowledge construction in national space, we will show, firstly, how the identification of subjects to the urban occurs through the poetry inscribed in language; secondly, we will define the specificities of this identification related to the parallelism among the processes of grammaticalization, urbanization and the construction of urban monuments as *cultural heritage*. city is, thus, together with national language and historiography, a unifying imaginary place of a nation by the creation and affirmation of a *national us*. By searching for the quotidian support to that unity, we will examine, finally, the imbrication between proper name and image in the spatialisation of the urban in fragments of brazilian history. analysis show that name and image bring to existence a unified space inside history which establishes itself. through the observation of the city from its european origins to its colonial unfoldings, we understand the formation of brazilian space by the process of *transposition*, which resignifies the objects of knowledge according to the place of production. this is its resistance. Knowledge is understood, therefore, as a historical-form of what is known which specifies in space a *temporality effect*. the brazilian city situates a knowledge where urbanity and nationality conflate and is also located in the silence which spatializes the senses.

key-words: discourse analysis; linguistic ideas - history; urban space - language; name - history; historic heritage; monuments - history.

a gente principia as coisas no não saber porque, e desde aí perde o poder de continuação.

guimarães rosa, *grande sertão: veredas*

et aujourd'hui encore si, dans une grande ville de province ou dans un quartier de paris que je connais mal, un passant qui m'a « mis dans mon chemin » me montre au loin, comme un point de repère, tel beffroi d'hôpital, tel clocher de couvent levant la pointe de son bonnet ecclésiastique au coin d'une rue que je dois prendre, pour peu que ma mémoire puisse obscurément lui trouver quelque trait de ressemblance avec la figure chère et disparue, le passant, s'il se retourne pour s'assurer que je ne m'égare pas, peut, à son étonnement, m'apercevoir qui, oublieux de la promenade entreprise ou de la course obligée, reste là, devant le clocher, pendant des heures, immobile, essayant de me souvenir, sentent au fond de moi des terres reconquises sur l'oubli qui s'assèchent et se rebâtissent ; et sans doute alors, et plus anxieusement que tout à l'heure quand je lui demandais de me renseigner, je cherche encore mon chemin, je tourne une rue... mais... c'est dans mon cœur...

marcel proust, *à la recherche du temps perdu (du côté de chez swann)*

il est de la nature de l'évidence qu'elle passe inaperçue.

jean paulhan, *de la paille et du grain*

[...] as identidades e as coerências, [...] essas têm obrigação de explicar-se por si mesmas [?].

questionamento a josé saramago, em *a caverna*

sumário

preâmbulo ao estranhamento _____	15
breve apresentação _____	17
introdução: <i>o saber na história da cidade</i> _____	19
<i>dos fundamentos teóricos à elaboração das questões</i> _____	27
1. <i>arquivo</i> e memória discursiva na cidade _____	29
2. discurso histórico e linguagem _____	36
3. dois pressupostos _____	43
i. da metáfora como resistência _____	43
ii. o sujeito histórico _____	50
4. uma poética da identificação pelo urbano _____	53
<i>pontos de parada na discursividade urbana</i> _____	67
1. referências na cidade _____	69
2. língua e urbanidade _____	73
3. do monumento ao patrimônio: um lugar de representação do <i>nós nacional</i> _____	85
<i>a produção do espaço no brasil</i> _____	95
1. colonização e historicidade do espaço _____	97
2. história de nomes e coisas _____	107
3. imaginários da urbanização brasileira: três espacializações _____	117
<i>uma igreja</i> _____	117
<i>a biblioteca</i> _____	133
<i>um colégio</i> _____	145
conclusão: <i>o saber está alhures</i> _____	159
bibliografia geral _____	165
acervos consultados _____	177
glossário _____	181

preâmbulo ao estranhamento

esta tese começa com um estranhamento de escritura e de leitura. diante da página em branco, eu, a postos, quase repito o gesto evidente que leva a pressionar a tecla *shift*, peça que muda a posição dos caracteres no teclado, dando acesso à letra maiúscula que, solenemente, principia os começos, os nomes próprios e, em algumas línguas, as substâncias em detrimento dos acidentes. sinal capitular e versal *versus* todo o corpo do texto. corpo de onde, paradoxalmente, se versa a letra-cabeça, superior em calibre e cerimônia. a interdição das maiúsculas neste texto tem suas conseqüências. ao preço de certa confusão no limite entre as frases, a minusculização provoca um efeito de continuidade, exige a adulteração das citações e a traição do hábito.

na história da escrita, a forma das letras é testemunho de origem e originalidade desde as primeiras inscrições em xistos passando pela influência da escrita consonantal egípcia e fenícia na criação de um alfabeto grego (com a adaptação de símbolos semitas para representar as vogais) até sua assimilação pelo sistema fônico romano, que deu origem ao alfabeto latino adotado amplamente no mundo ocidental. as letras minúsculas são derivadas historicamente das maiúsculas. estas, esculpidas em lápides e monumentos romanos (as chamadas *capitalis monumentalis*), não atendiam a necessidade de rapidez e condensação

exigida pela escrita de documentos vulgares.¹ escrever somente em minúsculas é, portanto, sucumbir ao ordinário.

tarefa que os sobreviventes da grande guerra de 1914, vanguardistas, buscaram levar a cabo. o espírito moderno do período entreguerras exigia funcionalidade e custo reduzido para a produção em massa, ideais que se estenderam ao campo da arte, do *design* e da escrita. a *bauhaus* – escola estatal da construção – apresentou em 1925 um protótipo de letra universal na forma de um alfabeto composto apenas por minúsculas e reduzido à fórmula gráfica mais simples possível (fruto da combinação entre o quadrado, a circunferência e o triângulo). esse sistema de *glifos nus* foi justificado pela comparação com a palavra falada, que não faz distinção entre versais e comuns.² em análise do discurso, não somos nunca indiferentes aos efeitos de sentidos produzidos pelos materiais simbólicos e históricos. a exclusão das maiúsculas dá ênfase ao caráter corriqueiro e apressado que especifica o traço dos caracteres minúsculos, à maneira das letras cursivas, do continuum da fala e da *constituição cotidiana do saber*.³

diante desta dupla história de escrita, uma estrita – a deste texto, outra lata – a da grafia, essa tese deseja *provocar* a estranheza diluída no quotidiano, onde escrita e cidade, pela vontade do perene, espacializam saberes e inscrevem uma história amiúde, em grandes ou pequenas inscrições, que o imaginário se ocupa de esquecer ou sedimentar.

¹ heitlinger, p. *tipografia: origens, formas e uso das letras*. lisboa: dinalivro, 2006. disponível em: <http://tipografos.net/indice.html>

² heitlinger, p. *op. cit.*

³ expressão de auroux, s. *a revolução tecnológica da gramatização*. campinas: ed. unicamp, 1992, p. 11.

breve apresentação

dos processos de produção do saber no cotidiano, é disto que se trata nesta tese. objeto vasto e imprecisamente recortado, procurando justamente uma aproximação com a fluidez que o caracteriza. da literatura, dos relatos históricos e da fotografia extrairemos a matéria significativa que nos permitirá compreender como se configuram os processos de produção do saber no espaço urbano brasileiro.

a constituição, a formulação e a circulação do *saber urbano* serão discutidas através de dois pressupostos discursivos: o do primado da metáfora sobre o sentido e o da constituição histórica dos sujeitos. trabalharemos com a construção do *arquivo* enquanto um espaço de memória que disponibiliza lugares de interpretação aos quais o discurso histórico se filia para significar. definiremos, por sua vez, o discurso histórico em relação aos campos da história e da análise do discurso, considerando-o como um dispositivo de leitura que formula um *efeito de temporalidade*. num terceiro momento, na busca por uma apropriação discursiva do poético, estudaremos os procedimentos languageiros pelos quais a literatura sintomatiza a identificação dos sujeitos à nação através do urbano.

em seguida, depois de definir a noção de *ponto de referência* frente ao imaginário e ao simbólico e discutir o *paralelismo* entre os processos de urbanização e gramatização,

refletiremos sobre as questões suscitadas pela identificação do sujeito ao urbano através da noção de patrimônio. este, filiado ao discurso da preservação, constrói a posição do cidadão em relação à nação, uma entidade abstrata que encontra na cidade seu lugar de representação sensível.

por fim, examinaremos três momentos históricos exemplares da textualização do urbano no brasil: a fundação de uma igreja no início da colonização, de uma biblioteca na passagem para o império e de um colégio na consolidação da república. a trajetória dessas instituições será estudada através da circulação dos saberes que elas estabelecem em discursos de fundação, filiações arquitetônicas e projeções imagéticas. analisaremos, afinal, materiais que vão desde a narração da cidade na literatura, em relatos de viajantes, governantes e historiadores até a construção prosaica de seu espaço arquitetural através de um recorte específico de nomeações e fotografias numa aposta de que o saber também está *em outro lugar*.

introdução: *o saber na história da cidade*

o estudo da história de um campo disciplinar (por exemplo, a lingüística ou a gramática) ou, mais amplamente, da constituição de um domínio de saber, como o conhecimento sobre a linguagem, se faz, tradicionalmente, pelo exame dos textos escritos que fundam ou expõem o desenvolvimento de conceitos e teorias. neste caso, interessa-se por todo documento escrito que possa remeter à formação do saber sobre a língua, desde listas de palavras, comentários explicativos em textos antigos, glossários lexicais bilíngües até reflexões filosóficas sobre a natureza da linguagem, exposição de métodos e teorias, descrições gramaticais, leis, etc.¹ um domínio de saber, entretanto, se constitui também pelo modo como seus discursos circulam socialmente através de discussões e imagens publicadas em diferentes suportes.² além disso, sabemos que há cruzamentos entre domínios diversos, que a ciência se relaciona com a arte, com a religião, com a filosofia e com as técnicas. os trabalhos dedicados à análise do vasto terreno de documentos *sobre* a língua (caracterizando-se, portanto, por serem, de alguma forma, metalingüísticos) contribuem de maneira fundamental para a compreensão do lugar atual dos estudos da linguagem em nossa sociedade; seja porque trazem à luz acontecimentos não conhecidos (um modo de fazer com que outros sentidos circulem), seja porque constroem as relações de continuidade e ruptura necessárias à explicação dos trajetos desse domínio de saber.

se o texto, entendido de maneira ampla como um processo de *inscrição* (verbal, visual, sonora, *significante*, enfim), é convocado para a explicação da constituição de um saber é porque ele goza, por definição, do estatuto de *vestígio* na relação com o *horizonte de*

¹ auroux, s. *histoire des idées linguistiques : la naissance des métalangages en orient et en occident*. tome 1, lièges / bruxelles: mardaga, 1989, p. 13- 37.

² cf. orlandi, e. *língua e conhecimento lingüístico*. são paulo: cortez editora, 2002.

*retrospecção*³ desse saber, isto é, o conjunto de conhecimentos que o antecedem e nele interferem. por outro lado, se um saber se impõe sobre outros também possíveis é porque há algo da ordem do institucional que legitima a produção desse conhecimento e, simetricamente, algo da ordem do quotidiano que sustenta esse processo. sabemos também que uma condição fundamental para um saber se instituir é a afirmação da existência do objeto desse saber; afirmação que não é independente da política de sua circulação em diversas instâncias textuais (tanto lingüísticas, como em livros, panfletos, cartas e jornais, quanto imagéticas, como em placas de rua e desenhos arquitetônicos, duas *formas materiais*⁴ que pretendemos analisar). acreditamos, portanto, que nenhum saber se constitui sem deixar traços no *ordinário do sentido*⁵ e sem encontrar aí um dos pilares de sua estabilidade. sendo uma realidade histórica, o conhecimento tem sua existência real na *temporalidade ramificada da constituição quotidiana do saber*, não na atemporalidade ideal que estabelece uma ordem lógica para que o verdadeiro possa ser descoberto.

porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospecção, assim como um horizonte de projeção. o saber (as instância que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com freqüência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.⁶

no que diz respeito ao saber sobre a língua, sylvain auroux apresenta as bases para que a compreensão de que o aparecimento e a divulgação dos *instrumentos* fundadores das ciências da linguagem (escrita, gramáticas e dicionários) decorrem de condições materiais da existência humana, tais como a organização em sociedade e a conseqüente formação das

³ auroux, s. les méthodes d'historicisation. in : *histoire épistémologie langage*, paris, v.28, n.1, 2006, p.107.

⁴ orlandi, e. *análise de discurso: princípios e procedimentos*. campinas: pontes, 2001, p. 19. segundo a conceituação da autora, a forma material não é uma abstração formal, mas sim a *forma encarnada na história*, lingüístico-histórica, portanto.

⁵ pècheux, m. (1983) *o discurso – estrutura ou acontecimento*. campinas: pontes, 1990, p. 49 et seq.

⁶ auroux, s. introduction. in: *histoire des idées linguistiques. la naissance des métalangages en orient et en occident*, tome 1. lièges / bruxelles : mardaga, 1989, p. 13. auroux, s. *a revolução tecnológica da gramatização*. campinas: ed. unicamp, 1992, p. 11 e 12.

idades⁷ que impôs a necessidade de gerir a vida em comum (registrar nascimentos e mortes, cobrar impostos, demarcar terrenos, etc.).⁸ esses rudimentos práticos do surgimento da escrita rapidamente cederão lugar à observação do próprio funcionamento da linguagem. o estabelecimento de unidades e paradigmas de uma língua, a comparação entre elas e a normalização da grafia são atividades metalingüísticas que só se tornaram possíveis, segundo auroux, pela objetivação da linguagem através da escrita. da mesma forma, a difusão de gramáticas e dicionários a partir do século xvi deriva da necessidade de construir línguas nacionais, seja para ensinar aos povos qual deve ser a sua língua (nos casos de *endogramatização*), seja para aprender a língua dos povos dominados a fim de lhes ensinar a língua do colonizador (nos casos de *exogramatização*).⁹ imperativa para a eficácia do governo e da conquista, a unidade lingüística de uma nação é traçada a partir da constituição simultânea de uma unidade territorial que se materializa através da *instrumentalização* de espaços e línguas para além do nacional e com uma orientação determinada: do velho para o novo mundo. embora saibamos que o processo de formação das nações tenha também assumido formas diferentes da descrita acima,¹⁰ focalizamos aqui a *centralização* do saber lingüístico e espacial que, podendo adquirir contornos diversos, foi um instrumento decisivo para a consolidação do estado nacional enquanto gerenciador das relações de saber.

esses episódios indicam que a história do saber não é desvinculada do *espaço* onde sua produção se efetiva nem das condições sócio-históricas que tornam possível (e muitas vezes imperiosa) a demanda por um determinado tipo de saber – e pelo objeto que ele constrói. o desenvolvimento de *instrumentos lingüísticos* pressupõe a afirmação/teorização de uma

⁷ rodríguez, c. *gramática, escrita e cidade*, in: introdução à biblioteca virtual das ciências da linguagem no brasil. <http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/home/lerpagina.bv?id=7>, acessado em 05/09/2011.

⁸ cavingneaux, a. le rôle de l'écriture, section 1 : l'écriture et la réflexion linguistique en mésopotamie. in : auroux, s. *histoire des idées linguistiques. la naissance des métalangages en orient et en occident*, tome 1. lièges / bruxelles : mardaga, 1989, p. 99.

⁹ auroux, s. *a revolução tecnológica da gramatização*. campinas: ed. unicamp, 1992, p. 74. segundo o filósofo, a diferença conceitual entre endo e exogramatização baseia-se “na situação dos sujeitos que efetuam a transferência, segundo eles sejam ou não locutores da língua *para a qual* ocorre a transferência.”

¹⁰ cf. hobsbawm, e. (1990) *nações e nacionalismo desde 1780*. rio de janeiro: paz e terra, 2004.

auroux, s. *histoire des idées linguistiques. le développement de la grammaire occidentale*. tomo 2. capítulo 5 “les traditions nationales”, pp. 312-405. liège : mardaga, 1992.

língua a ser descrita num espaço determinado. essa língua não é nem aquela falada pelos habitantes/cidadãos (empírica), nem uma pura abstração científica. o saber sobre a língua se funda, certamente, numa realidade possível (reconhecível, aceitável) de língua ao mesmo tempo em que modifica efetivamente a identificação dos sujeitos em relação a ela. além disso, seu funcionamento não escapa nem ao imaginário da normatização nem à fluidez de seus usos reais.¹¹ mas é buscando se legitimar enquanto uno que esse saber se inscreve no espaço e até mesmo, arriscamos dizer, que o imaginário de unidade representado no saber sobre a língua produz um espaço tanto como consequência da realidade que ele adquiriu quanto como efeito das condições que a *forma-histórica do espaço*¹² impõe para as relações sociais. essa conceituação discursiva de carolina rodríguez-alcalá sobre o espaço enquanto uma forma que (assim como os sujeitos e a língua) acontece historicamente reafirma o papel materialmente determinante e contingente da história na formulação dos sentidos. dessa maneira, a necessidade de saber *uma* língua é elemento, ao mesmo tempo, de coesão e disputa na medida em que a constituição do saber *sobre* essa língua é um artefato construído com base numa história específica que coincide com a ascensão da burguesia, a consolidação do capitalismo mercantil, a urbanização e a formação dos estados nacionais.¹³ a conjunção desses processos leva a identificar uma língua a um território, construindo uma relação de causalidade lógica entre a unidade da língua e a unidade do espaço.

a história de constituição do *espaço urbano* traz, portanto, vestígios da história de produção da *língua nacional*. no cruzamento dessas duas histórias está uma condição de possibilidade para o *saber nacional*, considerado em um aspecto importante da institucionalização do conhecimento: o confronto entre diferentes modos de formulá-lo. nossa tese é de que essa

¹¹ *inspirado* na diferença estabelecida por orlandi, e. & souza, t. c. de. a língua imaginária e a língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. in: orlandi, e. (org.) *política lingüística na américa latina*. campinas: pontes, 1988, p. 27-40.

¹² rodríguez-alcalá, c. a cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço. in: *escritos n.º 06*, labeurb /nudecri/ unicamp 2002. orlandi, e. & rodríguez-alcalá, c. a produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico. cael – projeto temático fapesp. in: *escritos n.º 08*, labeurb, nudecri: unicamp, 2004. rodríguez-alcalá, c. atmosphäre und sprache in der symbolischen produktion des städtischen raumes: die unterscheidung öffentlich/privat und die wahrnehmung von bewegung. in: thibaud, j-p.; kazig, r. hg. (org.) *städtische atmosphären*. bielefeld, 2010, p. 55-89.

¹³ fatores citados por auroux, s. *a revolução tecnológica da gramatização*. campinas: ed. unicamp, 1992, p. 28 e 29.

íntima relação entre língua e espaço é um dos motores para a instituição do *saber nacional*. a espacialização de saberes nas cidades e sua interferência nos processos de identificação do sujeito urbano-nacional serão objeto de nosso estudo. consideramos que as relações de determinação são equívocas, visto que toda *dominação* instala, no momento mesmo em que se constitui, a possibilidade da *resistência*.¹⁴ sendo a linguagem um jogo de forças e sentidos antagônicos onde a história determina os caminhos da metáfora, seus sentidos estão sempre em movimento apesar de parecerem bastante estabilizados quando inscritos em uma determinada formação discursiva, como, a da arquitetura de uma época, dos documentos oficiais, da historiografia nacional ou das ficções urbanas. a inscrição de outros/novos sentidos na história se faz assim mesmo, do interior de uma formação discursiva mais ou menos delineada, e é esse um modo de resistir às formas de o estado individualizar os sujeitos. esse fato teórico nos conduz sempre a pensar que a possibilidade da resistência está inscrita nas relações de sentido e que o discurso histórico, materializado em textos *escritos e edificados*,¹⁵ pode deixar transbordar novos equívocos.

a forte ligação simbólica entre linguagem e espaço permite refletir simultaneamente sobre a construção da nacionalidade através da urbanidade e da língua nacional em duas esferas muitas vezes disjuntas: a *institucional* e a *quotidiana*. tomando-as enquanto faces da mesma moeda, perguntamos sobre a fundação e a sustentação das relações entre essa instância objetivamente estabelecida e esse lugar não circunscrito por conta de sua generalidade.¹⁶ inspirados pelo pensamento do historiador michel de certeau em sua teorização do cotidiano, buscamos descrever a *erosão que desenha o ordinário* enquanto *aberturas que marcam seu traço sobre as margens onde se mobiliza uma ciência, reorganizando o lugar*

¹⁴ pècheux, m. (1978) só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. in: pècheux m. (1975) *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, 1997, p. 304. cf. também pècheux, m. (1980) delimitações, inversões, deslocamentos. in: *cadernos de estudos lingüísticos n.º 19*. campinas: iel/unicamp, 1990, p 16- 17.

¹⁵ desenvolveremos mais a frente essa associação baseada na reflexão de paul ricœur sobre a relação entre narrativa e construção na cidade. ricœur, p. (2000) *a memória, a história, o esquecimento*. campinas: ed. unicamp, 2007.

¹⁶ lembramos aqui a imagem de roland barthes: assim como o poder, o cotidiano é *como uma água que escorre por toda parte*. barthes, r. (1978) *aula*. são paulo: cultrix, 2008, p. 34.

onde se produz o discurso.¹⁷ desde freud, o ordinário pode se insinuar em campos científicos bem constituídos com a força de uma condição de possibilidade.¹⁸ sem esse *saber não-sabido* do cotidiano, nenhuma ciência pode se construir. tradicionalmente, a divisão do saber e da teoria define, de um lado, um *conhecimento referencial e inculto* e, de outro, um seu *discurso elucidador*. essa divisão se ancora em definições estabilizadas para as palavras ‘saber’ e ‘teoria’. ligado ao orgânico, o saber oscila entre o estético e o cognitivo (ter faro, tato, gosto ou juízo, instinto, inteligência); enquanto a teoria, remetida a seu sentido clássico, restringe-se a ver, fazer ver ou contemplar.¹⁹ nessa óptica, o cotidiano se reduziria simplesmente ao inapreensível. está aí justamente a sua complexidade. é essa *estranheza* com relação ao inteligível da ciência que discutiremos através da historicização quotidiana dos processos de produção do saber no espaço.

quando focalizamos os discursos sobre a formação dos espaços urbanos no brasil, notamos que eles são atravessadas pelo desejo oficial de fundar a *necessidade* de um conjunto de valores (como catequização, instrução, escolarização, beleza, organização) que passam a ter uma *existência* concreta erigida em pedra, asfalto, barro, cimento e palavras. a materialidade urbana é, portanto, também matéria simbólica. através, sobretudo, da concentração espacial, os saberes produzidos por esses valores inauguram e consolidam um discurso *oficial* e ao mesmo tempo *mítico* sobre a unidade imaginária do território. daí podemos afirmar que a formação e a transmissão desse saber se faz tanto institucionalmente (por meio de publicações, anúncios, lições) quanto quotidianamente (via nomes de rua, fotografias, arquitetura). sabemos, entretanto, que essa divisão entre institucional e cotidiano não é estanque. podemos pensar que tanto o domínio das publicações, com suas imagens capturadas e escritas, quanto o dos caminhos e dizeres citadinos, são atravessados pelos dois funcionamentos; há um gesto oficial que não deixa de significar os saberes instituídos nesses detalhes prosaicos dos trajetos urbanos e sempre há

¹⁷ cerateau, m. de. (1980) *a invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. petrópolis: vozes, 1994, p. 64.

¹⁸ em *a psicopatologia da vida cotidiana* (1901), *o futuro de uma ilusão* (1927) e *o mal-estar na civilização* (1930), freud coloca em lugar de destaque episódios corriqueiros e acontecimentos difusos como os lapsos de linguagem, a religiosidade e a civilização.

¹⁹ cerateau, m. de. *op. cit.* p. 144.

um traço de trivialidade naturalizando os dizeres institucionais. nosso propósito, contudo, é refletir sobre o estatuto de evidência das formulações do espaço buscando mostrar aí seu caráter político (de não-consenso) na delimitação de uma unidade para a língua, para o espaço e para a nação.

por sua existência material e também pelos discursos sobre sua constituição, as cidades configuram lugares no imaginário social que produzem uma *ambiência* talhada pelo trabalho da memória, um *lugar encarnado*: que tanto habita o corpo dos sujeitos e dos sentidos quanto se deixa habitar por eles. o conceito de *ambiência*, tal como proposto pelo sociólogo e urbanista francês jean-paul thibaud, faz uma crítica à abstração e à objetividade com que o espaço é tratado em algumas áreas do conhecimento: apenas como uma extensão homogênea, contínua e divisível.²⁰ ao olharmos para os diferentes modos de estruturação do espaço, considerando que sujeitos históricos aí habitam, se identificam e produzem sentidos, estamos considerando que ele atua materialmente na formulação das práticas sociais; *o espaço enquadra*, determina, situa, põe em relação.²¹ o autor observa que não podemos jamais estar em face de uma ambiência; contemplando-a, avistando-a. a ambiência, enquanto *meio material onde se vive*, nos envolve, invade, entorna, suporta a existência. podemos pensá-la, então, como um meio que concentra materialmente a memória, como um espaço que, ao se textualizar, deixa pistas de uma autoria da cidade e arquiva uma história que acontece quotidianamente, como uma memória a céu aberto, em carne viva, resvalo em tinta fresca.

poucas vezes questionamos o papel do quotidiano na institucionalização de saberes e modos de vida. raramente pensamos nos efeitos que a organização do espaço (em cidades, ruas, prédios e nomes) tem na produção dos sentidos de um povo, de um país, de uma língua. as cidades são edificadas, contadas e construídas materialmente tanto na arquitetura quanto no discurso sobre a sua história. as construções urbanas são, portanto, o rastro de um *efeito de localização*: elas bem podem situar o trajeto mais imediato do sujeito pelos

²⁰ thibaud, j-p. (2002) l'horizon des ambiances urbaines. in : *revue communications n° 73*, paris: ehess, 2002, p. 185 – 201.

²¹ henry, p. *apud* orlandi, e. a contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. in: rua [online], n.º 16. volume 2, 2010, p. 13. consultado em <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

caminhos citadinos como estabelecer os sentidos acumulados nas disputas por sua permanência na memória. é no jogo entre o institucional e o cotidiano que a cidade é construída. um seu imaginário vai sendo edificado através da produção de *pontos de referências*. recontar essas histórias é fazer falar o político enquanto disputa de sentidos que tem no discurso (a língua na história) sua base material.

no efeito de unidade de *uma* cidade se produz um lugar de onde (se) dizer a (sua) história. aí está marcada a sua função-autor. isto que se apresenta enquanto materialidade urbana é resultado de acomodações e resistências silenciosas que se escondem nos detalhes, debaixo de camadas de tinta, sob uma fachada de concreto, atrás de um novo nome ou no vazio da demolição... assim, o texto urbano vai construindo e refletindo uma rede de saberes que se tornaram cotidianos (nomes próprios, sistemas de idéias, filiações políticas). ao se situarem, esses saberes recortam sentidos para o espaço e formulam as construções como lugares de significação para diferentes posições-sujeito (posições em relação à instituição, ao lugar social: alunos, fiéis, funcionários, nobres, pobres, gentios, escravos, cidadãos, leitores, eleitores, contribuintes...). esse embate absorve determinados sentidos e também deixa brechas para a irrupção de imprevistos. como salienta m. pêcheux, é importante que se aborde, de alguma forma, “as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória”.²² perguntando quem, quando, onde, como, por que e analisando o modo pelo qual, através da linguagem, o confronto com a história vai marcando a cidade e reclamando sentidos, podemos problematizar isso que é habitualmente visto enquanto evidência e olhar para as construções urbanas como artefatos simbólicos e políticos que, pela *sobreposição* de determinados saberes no espaço, intervêm no modo como uma cidade, remetida a um país, significa o *imaginário nacional*, inaugurando e projetando posições para seus habitantes. assim buscamos dar conseqüência para o papel das *condições de produção* do discurso na constituição do saber no urbano.

²² pêcheux, m. (1983) papel da memória. in: achard, p. *et all. papel da memória*. campinas: pontes, 1999, p. 49.

primeira parte

dos fundamentos teóricos à elaboração das questões

*não se renuncia jamais, é o próprio inconsciente, a se
apropriar de um poder sobre o documento,
sobre sua detenção, retenção ou interpretação.
jacques derrida, mal de arquivo*

1. *arquivo* e memória discursiva na cidade

*archivez, archivez, il en restera toujours quelque chose !
pierre nora, les lieux de mémoire*

a teoria do discurso considera que o sentido é produzido em três momentos inseparáveis e igualmente relevantes que podem ser distinguidos entre *constituição*, *formulação* e *circulação*.¹ organizada pelo esquecimento e produzindo o efeito do já-dito, a *memória discursiva* é do nível da *constituição* dos sentidos e, por isso, se diferencia da *memória institucional* que é aquela que não esquece, que se sustenta numa *textualidade documental* e mantém os sentidos em certa *circularidade*.² no entanto, quando nos colocamos na posição de *ler o arquivo*, não podemos desconsiderar sua memória e sua materialidade nem a interpretação constitutiva do *gesto* de formulá-lo, recortá-lo e analisá-lo.³ aí já estamos tratando dos modos de *circulação* dos sentidos através de um meio específico que a tradição humanística convencionou chamar de *arquivo* e que compreendemos em sentido amplo, tal como estabelecido por michel pêcheux, como o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.⁴ se, nas palavras de eni orlandi, “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”,⁵ é na instância da *circulação* que “os

¹ orlandi, e. *discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. campinas: pontes, 2001, p 09.

² orlandi, eni. a contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. in: *revista rua [online]*, n.º 16. volume 2, 2010, p. 08 e 09.

³ pêcheux, m. (1982) ler o arquivo hoje. in: orlandi, e. (org.) *gestos de leitura: da história no discurso*. campinas: editora da unicamp, 1994.

⁴ pêcheux, m. *op. cit.* p. 57.

⁵ orlandi, e. *discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. campinas: pontes, 2001, p. 09.

dizeres são como se mostram”.⁶ consideramos, assim, o *arquivo* como um material simbólico produzido em condições históricas específicas que disponibiliza maneiras de ler os sentidos em jogo sobre uma questão. para uma discussão a respeito da espessura teórica e do alcance analítico desta noção, buscaremos remeter as conceituações estruturalistas aos seus desdobramentos no campo discursivo.

em *mal de arquivo*, derrida começa não pelo começo, nem pelo *arquivo*, mas pela palavra “*arquivo*”; pelo *arquivo* de uma palavra tão *familiar* (*arkhê*) que designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. neste nome, o princípio da natureza ou da história – *ali onde as coisas começam* – (princípio físico, histórico ou ontológico) se coordena ao princípio nomológico da lei – *ali onde se exerce a autoridade*, lugar da *ordem social*. tanto o *arkheion* grego quanto o *archivum* ou o *archium* latino se referem a uma casa, um domicílio, um endereço: a casa dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. era na casa deles que se depositavam os documentos oficiais, ficando responsáveis por sua segurança física e pelo direito à sua interpretação.⁷ no cruzamento do lugar e da lei, enquanto *impressão*,⁸ o arquivo não é somente o local de conservação de um conteúdo passado que existiria sem o gesto de arquivar. o arquivamento tanto produz quanto registra um acontecimento.⁹

tendo a densidade das práticas discursivas que instauram enunciados como acontecimentos, os sentidos do arquivo podem ser remetidos à ordem do *acaso*, mas sua permanência na memória, não; pois “é processo, é prática, e por isso tem a ver com as relações de poder, as instituições e as contradições que conformam toda formação social”.¹⁰ michel foucault dirá que, de início, o arquivo é a lei do *que pode ser dito* mas também aquilo que faz com que

⁶ orlandi, e. *op. cit.* p. 11.

⁷ derrida, j. (1995) *mal de arquivo: uma impressão freudiana*. rio de janeiro: relume dumará, 2001, p. 11 – 13. lembramos aqui também a discussão de pêcheux em relação à *divisão social no trabalho de leitura*. pêcheux, m. ler o arquivo hoje. in: orlandi, eni. (org.) *gestos de leitura: da história no discurso*. campinas: ed. unicamp, 1997.

⁸ o filósofo utiliza a metáfora da *pressão do passo* que deixa sua marca sobre um *suporte*, uma *superfície*, um *lugar de origem* (*op.cit.* p. 126). podemos entender daí, a origem como criação de um gesto. os começos são sempre históricos, sejam eles oficiais ou ritualísticos.

⁹ derrida, j. *op.cit.* p. 29.

¹⁰ zoppi-fontana, m.g. *o real do discurso e suas materialidades*. porto alegre, 2007, p. 04, consultado em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead3/textos/o_real_do_discurso.pdf.

todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente, não se inscrevam em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao acaso. o arquivo faz com que os acontecimentos não *recuem no mesmo ritmo do tempo*.¹¹ não sendo descritível em sua totalidade e tendo uma atualidade incontornável, o arquivo apresenta simultaneamente um caráter de subsistência e modificação. ele representa *a orla do tempo que cerca nosso presente*, fundando estranhamentos e instaurando um corte com aquilo que não podemos mais dizer.¹²

do ponto de vista institucional, face à imensidão dos documentos arquivados, pode-se ter a sensação de estar diante da própria história ou do passado; quando, de fato, a permanência do documento nada mais é do que um vestígio do passado, um seu traço, produto da cultura escrita, pedaço interpretado, escolhido e institucionalizado. no entanto, tal como proposto por guillaumou e maldidier, devemos também considerar que o arquivo tem um funcionamento opaco que não é apenas o reflexo passivo de uma realidade institucional. o arquivo tem como especificidade oferecer uma leitura da história, com materialidade e memória, ele é, pois, uma forma de fazer durar o acaso do acontecimento. o trabalho discursivo com o arquivo “instala o social no interior do [gesto] *político*” de arquivar.¹³ deste modo, dá-se visibilidade para seu funcionamento *político* a partir dos múltiplos dispositivos de leitura que disponibiliza. o político é aí entendido como marca da disputa entre os sentidos que concorrem para sua construção. os documentos arquivados sobre um determinado tema são enunciações determinadas politicamente, o que quer dizer que o confronto e a contradição são parte fundamental da natureza do arquivo. não podemos deixar de considerar essa contradição no processo de constituição de um *corpus* a partir do arquivo. dessa forma, “aquilo que poderia aparecer como um desvio [outras formas de enunciar o ‘mesmo’] se confunde com o próprio procedimento [de analisar o arquivado] e

¹¹ foucault, m. (1969) *arqueologia do saber*. rio de janeiro: forense universitária, 2004, p. 147.

¹² foucault, m. *op. cit.* p. 148.

¹³ guillaumou, j. e maldidier, d. (1986) efeitos do arquivo. a análise do discurso no lado da história. in: orlandi, e. (org.) *gestos de leitura: da história no discurso*. campinas: editora da unicamp, 1997, p. 164.

impõe o encontro da língua”,¹⁴ colocando as formas significantes em relação com as condições de sua produção.

consideramos, assim, que a história não é indiferente à matéria da qual é feita, ela não é, como assinala foucault, uma memória milenar e coletiva que se serve de documentos materiais para reencontrar suas lembranças. a história é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental que apresenta formas de permanência de uma sociedade. se, durante muito tempo, a *arqueologia* foi a disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes e dos objetos sem contexto que se voltava para a história a fim de restabelecer a partir dela um *discurso* histórico; a proposta de foucault é justamente que se faça da história uma espécie de *arqueologia* voltada para, em suas palavras, *a descrição intrínseca do monumento*,¹⁵ ou seja, para a densidade de sua materialidade.

quando foucault distingue o comentário e o autor como *princípios de rarefação do discurso*, ele coloca em causa o modo como o *acaso* foi sendo sorrateiramente excluído dos processos de produção do saber. para ele, o comentário limita a eventualidade do acontecimento na medida em que projeta uma *identidade* que toma a forma da *repetição e do mesmo*; já o autor controla o imprevisto porque joga com uma identidade abalizada *na individualidade e no eu*.¹⁶ a noção de acontecimento permite, em resposta ao que foucault chama de “história tradicional das idéias”,¹⁷ trabalhar o *princípio da descontinuidade* de práticas que “se cruzam, por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. se o mundo *não é cúmplice do nosso conhecimento*, ele não pode nos apresentar uma face legível que nos restaria apenas decifrar; a especificidade do discurso é que ele *violenta* a ordem do mundo numa prática de *imposição* onde os acontecimentos – contingentes por definição – encontram uma regularidade.¹⁸ o *acontecimento* aparece, pois, para foucault, como um princípio regulador da análise em sentido oposto à noção de criação; assim como a *série* se opõe à unidade, a *regularidade* à originalidade e a *condição de possibilidade* à

¹⁴ guillaumou, j. e maldidier, d. *op. cit.* p 181.

¹⁵ foucault, m. (1969) *arqueologia do saber*. rio de janeiro: forense universitária, 2004, p. 7 e 8.

¹⁶ foucault, m. (1970) *a ordem do discurso*. são paulo: loyola, 2002, p. 29.

¹⁷ foucault, m. *op. cit.* p. 54.

¹⁸ foucault, m. *op. cit.* p. 53.

significação.¹⁹ não sendo da ordem dos corpos, o acontecimento não é tampouco imaterial. ele “se efetiva, é efeito, possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação e seleção de *elementos materiais*” que podem vir a tomar outras formas.²⁰ no paradoxo desse *materialismo do incorporal*, foucault trata os acontecimentos discursivos como *séries homogêneas, mas descontínuas* que não são nem a seqüência dos instantes do tempo, nem a multiplicação dos diversos sujeitos pensantes, mas incisões que atravessam o instante e *dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis*.²¹

o acontecimento é sistematicidade e dispersão e talvez uma de suas funções analíticas mais patentes seja a de dar vazão ao imprevisto. nesse sentido, pêcheux trabalha o acontecimento como a *irrupção do novo no discurso*²² e como *ponto de encontro de uma atualidade e uma memória*.²³ enquanto testemunho de um efeito de evidência, o acontecimento pode remeter a um conteúdo aparentemente *transparente* e ao mesmo tempo fortemente *opaco*, porque sobredeterminado pelas condições de possibilidade que o fizeram emergir ou que impediram seu aparecimento.²⁴ ele também reorganiza as relações da memória com (mesmos e outros) sentidos cuja repetição molda enunciados a acontecimentos, deslocando as condições de produção do dizer. esse processo permite que a paráfrase seja ao mesmo tempo uma tentativa de saturação dos sentidos, no plano imaginário, e uma possibilidade de que novas regularidades sejam descritas e interpretadas, reestruturando os sentidos em jogo, no plano material. conceber o discurso como estrutura e como acontecimento e a análise como batimento entre descrição e interpretação é remeter o bloco aparentemente monolítico da estrutura à intervenção contingente do acaso e historicizar a posição de onde se interpreta confrontando-a ao modo como se descreve.²⁵ podemos depreender dos escritos

¹⁹ foucault, m. *op. cit.* p. 54.

²⁰ foucault, m. *op. cit.* p. 57.

²¹ foucault, m. *op. cit.* p. 58.

²² pêcheux, m. (1983) papel da memória. in: achard, p. *et all. papel da memória*. campinas: pontes, 1999, p. 49.

²³ pêcheux, m. (1983) *o discurso – estrutura ou acontecimento*. campinas: pontes, 1990, p. 17.

²⁴ pêcheux, m. *op. cit.* p. 26 *et seq.*

²⁵ pêcheux, m. *op. cit.*

de pècheux que o acontecimento é a margem de interpretação inscrita na estrutura. e quando a estrutura acontece, ela já se coloca outras margens.

a partir de uma reflexão mais específica sobre *o papel da memória* enquanto estruturação da materialidade discursiva, pècheux define a memória como aquilo que, “face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os implícitos de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.²⁶ a questão seria, antes, compreender *como* funcionam esses implícitos e não simplesmente saber quais são eles; pois não encontraremos nunca sua forma estável e sedimentada. seria através de um mecanismo de “regularização” (termo introduzido por p. achard), provocando um efeito de série, que a repetição de um acontecimento tomaria a forma “de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase.” isso que se repete, reflete o eco da história e é sempre suscetível de “ruir sob o peso de um acontecimento novo, que vem perturbar a memória.”²⁷ a inscrição do *acaso* no espaço da memória se faz na contradição, segundo pècheux, entre: “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever e o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.”²⁸

essa *dupla forma-limite* está presente em toda trajetória da escrita dos saberes pela cidade. a *arquitetura*, enquanto *começo* e *comando* da urbanidade, produz construções como inscrições. parafraseando pècheux, podemos pensar que o efeito de repetição e de reconhecimento – esse trabalho da memória discursiva – faz de um *ponto de referência* (espacial e linguageiro) “como que a recitação de um mito”²⁹ com seu papel fundador na construção do imaginário. sob o mesmo dessa recitação, abre-se o jogo da metáfora: “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase.”³⁰ disso decorre que não há memória no vácuo, não há sentido sem materialidade. é a formulação que faz com que os sentidos se prendam à corporeidade do significante, formando um texto. logo, a noção de *texto*, tal como formulada por eni

²⁶ pècheux, m. (1983) papel da memória. in: achard, p. *et al. papel da memória*. campinas: pontes, 1999, p. 52.

²⁷ pècheux, m. *op. cit.* p. 49.

²⁸ *idem, ibidem*, p. 50.

²⁹ *idem, ibidem*, p. 51.

³⁰ *idem, ibidem*, p. 53.

orlandi,³¹ é fundamental para pensar o *arquivo* da história do espaço e a produção de referências. trabalhar a história das idéias considerando a *textualidade* como o processo pelo qual a *linguagem toma corpo* significa expor o *corpo da linguagem* às suas formulações, *versões* possíveis em materialidades e condições diversas. a disposição do arquivo na cidade se mostra como *um impossível de unidade* que inaugura, em arranjos de regularidade e formas de textualidade, outras relações com o saber.

o texto urbano é tomado, pois, como um *acontecimento* significativo para a compreensão de uma história: a da construção do *saber nacional* no cotidiano. para tanto, a cidade não é vista apenas como um cenário ou um plano de fundo. é um espaço histórico que se edifica no correr do tempo, vai sendo burilado e gasto pela sobreposição de construções e (di)lapidado no andamento de vias e viandantes que intervêm na significação e marcam o corpo dos sentidos. o espaço citadino produz o contíguo, o imediato e o localizado e, nesse mesmo gesto, delimita o estranho, o externo e o remoto. face à (im)permanência das memórias de um lugar, o jogo entre o mesmo e seus outros determina os limites do próprio espaço e das posições-sujeito em relação à cidade e à nação. a cidade inscreve no hoje um acúmulo, manifesto e velado, de outros quotidianos como alteridades que vacilam pela tensão dos sentidos que se inscreverão(am) na história. por sua espessura e sua dimensão, seu caráter de monumento, ela se oferece como um espaço singular para refletirmos sobre os efeitos da memória (e do esquecimento) na história de constituição do *saber nacional*.

chegando a afirmar que a cidade é um *arquivo*, o arquiteto e historiador espanhol, fernando chueca goitia, nos oferece uma bela definição de cidade em relação à história:

as cidades são isso; cenário da história, da grande, da pequena, da local, da nacional, da universal; os homens vêm de partes muito diversas, de aldeias, de vitórias distantes; os acontecimentos forjam-se em todo o mundo, mas a cidade é sempre o ponto de convergência, o lugar da ação, onde todos os processos se comprimem, se esquematizam e se aceleram, forno de combustão social. desde logo fica a memória, a cidade converte-se em arquivo.³²

³¹ orlandi, e. *discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. campinas: pontes, 2001.

³² goitia, f. c. (1982) *breve história do urbanismo*. lisboa: editorial presença, 2010, p. 37.

tanto recortes do cotidiano quanto as longas séries temporais fundam *imagens históricas* que produzem efeitos discursivos.³³ para nós, é dessa forma que consideramos a cidade como um arquivo. o arranjo e o funcionamento da estrutura urbana – sua escrita, arquitetura, seus escombros, trajetos e trejeitos ao longo do tempo – dispõem no espaço pontos de acesso a diferentes modos de contar a cidade. esse *arquivo com memória* é, pois, passível de esquecimento; não é um reservatório de conteúdos passados, é uma frouxa ancoragem para a filiação do *acontecido*, deixando ainda a acontecer. como diz pêcheux, é um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. marca do real histórico, a memória discursiva é uma remissão necessária *ao outro exterior*, aquele que faz com que toda formulação traga a contradição como causa do fato de que “nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”.³⁴ discursivamente desconcentramos arquivo e memória buscando trabalhar suas articulações contraditórias e fundantes na constituição dos *efeitos de sentido*. estes entendidos, no discurso, como sendo o sentido história.³⁵

2. discurso histórico e linguagem

o discurso histórico é uma forma de interpretar a espessura temporal da vida material. pela aproximação entre *narrativa* e *construção*, paul ricœur destaca o urbanismo como sendo a escala onde melhor se percebe *o trabalho do tempo no espaço*. para o historiador francês, narrar e construir são atos que operam um mesmo tipo de *inscrição*, “uma na duração, outra na dureza do material.”³⁶ daí sua afirmação de que todo edifício se inscreve no espaço urbano como uma narrativa em *um meio de intertextualidade*. os sentidos do novo se chocam com a significação daquilo que já estava lá, fazendo com que a cidade confronte,

³³ nunes, j. h. leitura de arquivo: historicidade e compreensão. in: ferreira, m. c. l. & indursky, f. (org.) *análise do discurso no brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. são carlos: claraluz, 2007, p. 378.

³⁴ pêcheux, m. (1983) papel da memória. in: achard, p. *et al. papel da memória*. campinas: pontes, 1999, p. 56.

³⁵ henry, p. a história não existe? in: orlandi, e. (org.) *gestos de leitura - da história no discurso*. campinas: editora da unicamp, 1994.

³⁶ ricœur, p. (2000) *a memória, a história, o esquecimento*. campinas: ed. unicamp, 2007, p. 159.

no mesmo espaço, épocas diferentes que se apresentam, ao mesmo tempo, a *ver* e a *ler*. em termos discursivos, podemos considerar que narrar e construir não são atos em sentido pragmático, mas sim *gestos no nível simbólico*³⁷ que materializam, em palavras ou tijolos,³⁸ interpretações a respeito da realidade histórico-social.

também a noção de *narrativa* pode ser discutida em relação ao método da história, à sua escrita. para além da remissão ao domínio da ficção e suas relações com os efeitos de verdade, pode-se pensar a narração como uma forma de textualizar uma leitura do passado que é passível de perdas, equívocos e revisões. do ponto de vista discursivo, ela pode ser considerada como sendo uma *forma linguageira* de lidar com o tempo e como uma *tomada de posição* frente aos acontecimentos históricos. a narração é, portanto, do nível da formulação dos sentidos. disso tiramos algumas conseqüências: narrar é se inscrever na linguagem e se submeter à sua materialidade; narrar é expor uma interpretação em meio a outras e se comprometer com uma *versão* da história.³⁹ a imbricação dos campos da história e do discurso produz compreensões importantes sobre a construção de um *dispositivo de interpretação* que leve em conta tanto o real da língua quanto o real da história.⁴⁰

ao recuperar a etimologia da palavra “história”, jacques le goff lembra sua origem no grego antigo *historie*, derivação da raiz indo-européia *wid-*, *weid-*, “ver”.⁴¹ a noção de visão relaciona-se com o conhecimento, o testemunho, a observação, a procura, a investigação, o saber. essas matrizes de sentido marcam a sobreposição de diferentes concepções de história em que ela recobre(-se de) um equívoco fundamental representado pelo

³⁷ pêcheux, m. (1969) análise automática do discurso. in: gadget, f. & hak, t. (org.) *por uma análise automática do discurso*. campinas: ed. unicamp, 1997, p. 78.

³⁸ lembramos aqui a bela referência de benveniste à palavra enquanto unidade lingüística como um *termo desacreditado e insubstituível*. talvez os tijolos possam também, nesse sentido, serem considerados unidades das construções. benveniste, e. *problemas de lingüística geral i*. campinas: pontes, 1995, p. 131.

³⁹ cf. orlandi, e. *discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. campinas: pontes, 2001.

⁴⁰ considerando que a interpretação é uma injunção histórica e lingüística, eni orlandi diferencia o *dispositivo ideológico da interpretação*, que é o desconhecimento da interpretação por parte do sujeito, do *dispositivo teórico da interpretação*, que é um gesto de responsabilidade do analista na busca por compreender os processos de produção das interpretações. orlandi, e. *interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. petrópolis: vozes, 1996, p. 79 *et seq.*

⁴¹ le goff, j. *história e memória*. campinas: ed. unicamp, 1990, p. 17.

desdobramento parafrástico de sua sinonímia: ciência histórica, acontecimento histórico e narração.⁴² mas para responder às proposições de cientificação, a história teve que afastar o jogo da homonímia colocando o foco na verdade dos fatos. contudo, entre ciência e saber, entre memória e história, entre acaso e permanência há imbricações que não podem ser desfeitas sem prejuízo. é por isso que a discussão não pode se contentar com a busca por uma verdade inatingível, mas deve procurar compreender os gestos interpretativos que as produziram.

roland barthes diz que, tradicionalmente, o discurso histórico supõe uma dupla operação: primeiramente, o referente é retirado do discurso tornando-se exterior a ele, parecendo ter origem em sua própria realidade; num segundo momento, o significado atribuído ao referente é naturalizado pela dissimulação do fato de a história ser um discurso produzido, uma interpretação em meio a outras.⁴³ inicia-se aí o recobrimento do referente (objeto real) pelo dizer da história (objeto de conhecimento),⁴⁴ o real entra numa relação direta com o significado que lhe foi atribuído pelo discurso. como todo dizer com pretensões realistas, o discurso histórico confunde ilusoriamente o significado e o referente. e a constatação histórica, disfarçada em uma descrição dos fatos, não é mais do que a superposição de um ato de autoridade em uma prática de discurso. esse poder dado ao referente, à objetividade dos fatos, define aquilo que barthes chama de *efeito de real*. entretanto, a recusa do significado pelo discurso objetivo não deixa de produzir um novo sentido: o real não é nunca acessível diretamente, ele é continuamente significado pelo dizer, mas resiste a ser inteiramente dito. a história, enquanto construção de um discurso, não faz mais do que repetir: *isso aconteceu*, sem que essa asserção possa ser entendida como uma narração. o prestígio do *isso aconteceu* confirma o desejo de nossa civilização pelo *efeito de real*. vontade atestada pelo desenvolvimento de gêneros específicos, como o romance realista, as biografias, a literatura documental, o museu histórico, as exposições de objetos antigos e,

⁴² rancière, j. (1992) *os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. são paulo/campinas: educ/pontes, 1994, p.14.

⁴³ barthes, r. (1967) le discours de l'histoire. in: *œuvres complètes*, tome ii: 1966-1973. paris: éditions du seuil, 1994, p. 425 *et seq.*

⁴⁴ althusser, l. *posições i*. rio de janeiro: graal, 1978, p. 151 *et seq.* henry. p. *a ferramenta imperfeita*. campinas: editora da unicamp. 1992.

sobretudo, pela abrangência massiva da fotografia, cuja distinção mais relevante com relação ao desenho e à pintura é o fato de reafirmar a realidade do referente. o autor conclui com a afirmação de que através dessa recusa em assumir que o real só é acessível por meio de uma operação interpretativa, a história chegou, no momento mesmo em que tentou se constituir como um gênero (século xix), a ver na relação pura e simples dos fatos a melhor prova da existência deles, instituindo a narração como significante privilegiado do real. fecha-se, assim, segundo ele, um círculo paradoxal: a estrutura narrativa dos mitos e das primeiras epopéias é tida como signo e prova da realidade, conseqüentemente, o apagamento da narração na ciência histórica atual, que procura falar em estruturas mais do que em cronologias, implica uma verdadeira transformação ideológica: “a narração histórica desaparece porque o signo da história é, a partir de agora, menos o real do que o inteligível”.⁴⁵

no entanto, quando enfrentamos o fato de que a linguagem tem uma materialidade incontornável, os rumos desse *inteligível* não se reduzem nem à história (enquanto ciência), nem a *uma* história (enquanto narração parcial dos acontecimentos, um conteúdo). em análise do discurso, dizemos que o sentido não é nem *um*, nem *qualquer um*; que poderia ser outro, mas não é: há a história. mais do que isso, há a língua na história. tal como é possível, tal como seus sentidos se inscrevem e se reconstroem a partir do real da língua (isso que não podemos escapar de dizer quando dizemos) e da memória do dizer (tudo aquilo que fala “antes, em outro lugar, independentemente”).⁴⁶ com efeito, temos, de um lado, as injunções formais que a língua nos impõe (paradigmas, relações lexicais, sistemas verbais, modos de construção, ordem, afixos, arranjos...); de outro, a dimensão histórica do dizer, as formas lingüísticas em funcionamento que constroem significação, traçam um determinado percurso entre as propriedades formais da língua e sua inscrição nos sujeitos e nos sentidos. *estrutura e acontecimento* deixam no dizer resquícios de outras, possíveis, articulações, o que permite que os sentidos, ao mesmo tempo, se definam e mudem de rumo novamente. o filósofo grego cornelius castoriadis afirma que não podemos jamais sair da

⁴⁵ barthes, r. *op. cit.* p. 426.

⁴⁶ pècheux, m. (1975) *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, 1997, p. 156.

linguagem, mas nossa mobilidade nela não tem limites, nos permite questionar tudo, mesmo a linguagem e a maneira como ela nos afeta.⁴⁷ por sua vez, barthes, ao confessar: “não posso ficar a vida toda *fora* da linguagem, tratando-a como um alvo, e *dentro* da linguagem, tratando-a como uma arma”,⁴⁸ nos faz perceber que a resistência e a mudança estão inscritas na própria natureza da linguagem, não sendo jamais determinadas por vontades individuais ou movimentos de consciência. não se pode fazer da língua nem uma arma, nem um alvo; sua materialidade não permite, pois nos escapa e atravessa, historicamente.

incorporar o sentido de *narrativa* ao fazer histórico, sentido que ao menos resvala (mesmo quando recusado) em qualquer modo de atualização da temporalidade e da memória, significa reconhecer o funcionamento da linguagem (língua, visualidade, sonoridade) na corporificação do passado – sua projeção –, do distante – sua recorrência –, do ausente – sua constância. no caso do espaço urbano, nosso escopo analítico, essas práticas da/na história são trabalho tanto do pesquisador que reconta, que remonta (a) outro tempo quanto da função-autor da cidade: ambos (se) engendram (n)a ordem do possível da história; logo, da língua. narrar, contar, descrever, expor, referir, relatar, mostrar, arquivar, transmitir, dizer são atos de linguagem, *historiação*. “o próprio de uma história é poder sempre tanto ser quanto não ser uma história”, afirma rancière, e é preciso a confusão da língua para que se produza o dilema entre a história-ciência e a história-relato no seio do próprio relato, com suas palavras e seus usos das palavras.⁴⁹

a contingente polissemia do nome da história impõe a necessidade de não denegarmos esse jogo de homonímia, de, segundo rancière, transformarmos a disjunção em conjunção: a ciência *e* a história.⁵⁰ o acontecimento e sua memória só são acessíveis pela incompletude do relato, isto é, pela falta que estrutura a linguagem e pela falha (equivoco) que movimenta os sentidos. o curso da história, disso que se apresenta como recontável,

⁴⁷ castoriadis, c. (1975) *l'institution imaginaire de la société*. paris : ed. du seuil, 2006, p. 189.

⁴⁸ barthes, r. (1978) *aula*. são paulo: cultrix, 2008, p. 37.

⁴⁹ rancière, j. (1992) *os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. são paulo/campinas: educ/pontes, 1994, p. 9 e 11.

⁵⁰ rancière, j. *op. cit.* p. 14.

reconhecível e localizável, reencontra (sem escapar do embate) a contradição entre aquilo que não foi e aquilo que poderia ter sido. enfatizamos que a memória se mobiliza relativamente à formulação, “ela só se instala num encontro fortuito, no outro”.⁵¹ discursivamente, diríamos: encontro fortuito, mas de alguma forma já marcado, (im)previsto pelo movimento da língua na história. isso significa que sua mobilização produz inevitavelmente uma decalagem entre as condições de formulação (a atualidade do *gesto de interpretação*) e as formas históricas de inscrição de novos sentidos. o acontecimento mantém, portanto, acesa na história a relação com o possível, a espreita inquietante do esquecimento, a vigilância insólita e premente do acaso, não deixando que a aparência da objetividade impeça a compreensão dos movimentos de interpretação do discurso histórico face à mudança que ele pode sempre vir a fundar. com pêcheux, encaramos o fato de que “a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo”.⁵² consideramos, pois, a existência de *diversos tipos de real*, sobretudo, de “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica e de um saber [a memória discursiva] que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que, no entanto, existe, produzindo efeitos”.⁵³

a fim de marcar a posição do analista de discurso frente à posição do historiador na leitura do arquivo, José Horta Nunes traz compreensões fundamentais a partir de noções teóricas que funcionam *um pouco à margem* de conceitos já relativamente estabilizados, tais como as noções de *historicidade e compreensão*.⁵⁴ no deslocamento de história a historicidade, os conteúdos históricos são diferenciados de seus *efeitos de sentido* numa imbricação que considera a opacidade da língua e a constitutividade da história. ao observar os processos de constituição dos sentidos, o analista de discurso trabalha a historicidade a partir das pistas deixadas na e pela linguagem; assim é que repetições, deslocamentos e rupturas podem ser percebidos para além de cronologias pré-estabelecidas. se, nessa perspectiva, o

⁵¹ Certeau, M. de. *a invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: ed. Vozes, 1996, p. 162.

⁵² Pêcheux, M. (1983) *o discurso – estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990, p. 42.

⁵³ Pêcheux, M. *op. cit.* p. 43.

⁵⁴ Nunes, J. H. *leitura de arquivo: historicidade e compreensão*. in: Ferreira, M. C. I. & Indursky, F. (org.) *análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373.

arquivo traz as marcas da constituição dos sentidos, sendo, por isso, sujeito à confrontação entre diferentes *gestos de interpretação*, ele também marca uma relação específica com a temporalidade; não empírica nem cronológica, mas fundada na dispersão dos imaginários de origem, fundação, sucessão e consequência que simulam o passado, traçam o presente e concebem um futuro. a leitura do arquivo em análise do discurso trabalha os diferentes *efeitos da temporalidade*,⁵⁵ aproximando-se tanto da nova história através de estudos que tematizam o ordinário e as posições-sujeito do ‘homem comum’ quanto de uma reflexão sobre o longo termo, demarcando terrenos, confrontando limites e “mostrando os *efeitos discursivos de imagens históricas* tais como [no caso da história do brasil] a colonização, a independência, a república, o estado novo, etc.”⁵⁶

o sentido não sendo, pois, localizável, devemos recorrer às condições de produção e às diferentes materialidades sobre as quais ele se produz para compreender também seus não-ditos. do interior dos estudos discursivos, suzy lagazzi reelabora o conceito de discurso de maneira a considerar, num mesmo gesto, tanto a perspectiva materialista, quanto o trabalho simbólico sobre o significante. sendo a materialidade “o modo significante pelo qual o sentido se formula” e o sentido “o efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significante”,⁵⁷ a noção de *materialidade significante* é fundamental na compreensão das interpretações sobre esse real que nos escapa. na deriva da língua, o significante permite tratar o *simbólico em sua diversidade* e, a nosso ver, é por aí que ele deixa pistas do funcionamento *equivoco* do arquivo nos discursos históricos sobre a cidade e seus saberes. no confronto com as diversas materialidades desse discurso, buscamos deixar falar a poesia de sua formulação. lugar de assento do sentido, o deslize metafórico é fundamental na operação da análise discursiva.

⁵⁵ nunes, j. h. *op. cit.* p. 378.

⁵⁶ nunes, j. h. *op. cit.* p. 378, grifos nossos.

⁵⁷ lagazzi, s. a materialidade significante em análise. in: tfouni, l. v. (org.) *a análise do discurso e suas interfaces*. ffclrp/usp, no prelo.

3. dois pressupostos

i. da metáfora como resistência

a análise de discurso que praticamos parte de uma premissa teórica fundamental: a afirmação da importância da metáfora na constituição do sentido. essa discussão é um ponto decisivo de sustentação para a teoria discursiva materialista. pècheux e gadget intitulam o primeiro capítulo de *la langue introuvable* com uma citação de um romance de milan kundera em que um poeta surrealista é vaiado em público por sonhar com um socialismo que se alie ao devaneio, à liberdade e ao prazer. o velho poeta replica gritando que “a liberdade é o dever da poesia e que também *a metáfora merece que lutemos por ela*”.⁵⁸

do lado da ciência lingüística, roman jakobson propõe a metáfora e a metonímia como ferramentas de reflexão sobre o funcionamento da linguagem. em seu artigo sobre as afasias,⁵⁹ o lingüista reinterpreta as relações associativas e sintagmáticas do *curso de lingüística geral*⁶⁰ como relações metafóricas e metonímicas, respectivamente. a metáfora é o jogo de possibilidades do eixo paradigmático, é ausência, similitude, virtualidade e memória. já a metonímia existe *in praesentia* no encadeamento por contigüidade do eixo sintagmático. as relações associativas (paradigmáticas, metafóricas) podem ser atualizadas com base na substituição de elementos morfológicos (radicais e afixos), de relações de significação (sinonímia e antonímia) ou no deslize do significante (homonímia, lapso, chiste, jogos de palavras). do ponto de vista discursivo, a instabilidade das relações *in absentia* dá lugar ao inesperado, à mudança de sentido, ao movimento, pois elas supõem que a linguagem acontece através de *sujeitos falantes falados pela língua* e pela intervenção da história na enunciação.

⁵⁸ kundera, m. (1973) *a vida está em outro lugar*. rio de janeiro: nova fronteira, 1991, p. 212.

⁵⁹ jakobson, r. (1956) deux aspects du langage et deux types d'aphasie. in: *essais de linguistique générale*. paris : éditions de minuit, 1963, p. 61 *et seq.*

⁶⁰ saussure, f. de *curso de lingüística geral*. organizado por charles bally e albert sechehaye. são paulo: cultrix, s.d., p. 142 – 147.

dizendo diretamente respeito à cadeia significante, a metáfora é também conceituada na psicanálise:

l'étincelle créatrice de la métaphore ne jaillit pas de la mise en présence de deux images, c'est-à-dire de deux signifiants également actualisés. elle jaillit entre deux signifiants dont l'un s'est substitué à l'autre en prenant sa place dans la chaîne signifiante, le signifiant occulté restant présent de sa connexion (métonymique) au reste de la chaîne. *un mot pour un autre*, telle est la formule de la métaphore [...].⁶¹

a relação metafórica se faz entre significantes, não entre imagens. se, como propõe lacan, há uma equivalência entre *metáfora e sintoma*, de um lado, e entre *metonímia e desejo*,⁶² de outro, podemos considerar a metáfora como um discurso indireto, mediado, desviado e o sintoma como indicativo de uma ausência, *um significante cortado de seu significado*. o autor defende que a metáfora é indispensável à vida psíquica, pois ela assinala um lugar, uma posição. é a ausência que define as fronteiras do possível no discurso do sujeito assim como é enquanto discurso que a metáfora formula um sentido para o significante apartado do significado. a função simbólica é, portanto, a capacidade de colocar o discurso em palavras, visando o real. definido em relação ao simbólico (a linguagem) e ao imaginário (o fantasma), o real é isso que não é acessível ao sujeito fora da alucinação.⁶³ ele é pleno, compacto e sem fissuras, próximo à falta que cria o desejo. a divisão do sujeito, suas falhas e contradições são os motores de seu desejo que só aparecem se ele acede, pelo simbólico, a uma realidade, não ao real, pois o real é o impossível: na língua, de tudo dizer, na história, de haver consenso e unicidade.

⁶¹ a faísca criadora da metáfora não surge da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. ela surge entre dois significantes dos quais um é substituído por outro tomando seu lugar na cadeia significante, o significante ocultado ficando presente por sua conexão (metonímica) ao resto da cadeia. *uma palavra por outra*, tal é a fórmula da metáfora (tradução nossa). lacan, j. (1966) *écrits i*. paris : ed. du seuil, 1999, p. 504.

⁶² lacan, j. *op. cit.* p. 526.

⁶³ « [...] le réel, ou ce qui est perçu comme tel, est ce qui résiste absolument à la symbolisation. en fin de compte, le sentiment du réel ne se présente-t-il pas à son maximum, dans la brûlante manifestation d'une réalité irréelle, hallucinatoire ? » lacan, j. *séminaire i – les écrits techniques de freud* (1953 – 1954). paris: éd. du seuil, 1975, p. 110.

no campo dos estudos da linguagem, podemos tratar o problema da metáfora ao mesmo tempo como testemunho de regularidade (não há linguagem sem metáfora) e distorção (não há sentido que não possa se tornar outro). estamos, pois, diante da antiga querela entre analogistas e anomalistas (uma das controvérsias que, transformadas e deslocadas, sempre fizeram parte da história da lingüística).⁶⁴ é também a deriva metafórica que legitima os argumentos de formalistas ou sociologistas no campo dos estudos lingüísticos. ao longo da história da teorização sobre a língua, essas duas posições dividiram o centro de um debate onde a questão do *real da língua* (formulado nos anos 70 por j-c. milner considerando a distinção lacaniana entre real/simbólico/imaginário) é encarada através da disjunção entre “uma *ordem própria à língua*, imanente à estrutura de seus efeitos, e uma *ordem exterior*, que remete a uma dominação a conservar, a restabelecer ou a inverter.”⁶⁵ para aqueles que assumem a posição de uma primazia da *ordem própria da língua*, o real *reside naquilo que nela faz um*, estabelecendo os limites entre o sistema (autônomo) e seu exterior (histórico, social, situacional, contingente). é pela negação do impossível (“de dizer, de não dizer de uma determinada maneira”) que a reflexão gramatical autônoma se institui. já os adeptos de que o sistema é fruto da ordem social que o constituiu não desejam sobrepor a *ordem natural à obrigação social*, nem a *ordem lingüística à coação política*.⁶⁶ segundo pècheux e gadget, para estes a ordem da língua nada mais é do que a *ordem política da língua*, visão que cria uma suspeita constante sobre tudo o que arrisca questionar a construção *artificial* da unidade da língua. daí derivam as atitudes puristas contra o estrangeiro e a impossibilidade da tradução ou o fascínio por uma conjuntura – *mítica* – natural e essencialmente justa que romperia com as coerções sociais sobre a língua.

encontramos essas duas posições filosóficas e suas conseqüências no discurso urbanístico sobre a formação das cidades. os argumentos oscilam entre a disputa pelo direito à originalidade, de um lado e, de outro, a aceitação do dever da preservação. uns criam a necessidade da ruptura face ao outro, fazendo da imitação uma denúncia e da função um

⁶⁴ pècheux, m. e gadget, f. (1981) *la langue introuvable*. paris: maspero. trad. bras. de bethania mariani. *a língua inatingível*. campinas: pontes, 2004, p. 29 – 33.

⁶⁵ pècheux, m. e gadget, f. *op. cit.* p. 30.

⁶⁶ pècheux, m. e gadget, f. *op. cit.* p. 30.

fim em si mesmo – apanágio dos formalismos –, outros se legam a condição de herdeiros de uma tradição, construindo o passado como natural e a história como determinação – atributos forçosamente sociologistas. a construção da história urbana seria, portanto, justificada pela negação ou pela manutenção de uma linhagem ou, então, de um mito originário, que funda a unidade do povo e do país, convergindo, respectivamente, com as posições formalistas (caso do urbanismo progressista) ou sociologistas (caso do urbanismo culturalista).⁶⁷ ressaltamos a necessidade de não cedermos nem às perspectivas positivistas nem às idealistas através da consideração das possibilidades e dos limites da cidade enquanto objeto histórico e simbólico.

nosso materialismo consiste, pois, em não dissimular a contradição e o equívoco enquanto reais da história e da língua. encarando a função como a satisfação de uma necessidade,⁶⁸ consideramos que a formulação (lingüística ou visual) poderia ser outra, mas não qualquer uma, daí a importância de analisar a materialidade da língua em sua opacidade. por isso, a análise do discurso define a língua como um *sistema relativamente autônomo*.⁶⁹ já insistimos em outros momentos sobre isso: o sistema impõe limites estruturais ao dizer, mas não limita suas possibilidades de formulação, a história encarrega-se de regular as fronteiras entre o *já dito*, o *não-dito*, o *indizível* e *a dizer*,⁷⁰ daí a relação necessária do sistema lingüístico com a exterioridade. paul henry diz que há “alguma coisa da linguagem que escapa à determinação das condições de produção”, algo que é *relativamente autônomo* em relação a essa determinação.⁷¹ não podemos, pois, esquecer que a possibilidade da metáfora está inscrita no interior do próprio sistema através do deslize da cadeia significante sob o significado, onde não há separação absoluta entre o formal e o contingente.⁷² segundo gadget e pècheux, o princípio saussuriano de valor autoriza a

⁶⁷ cf. choay, f. (1965) o urbanismo em questão. in: *o urbanismo: utopias e realidade, uma antologia*. são paulo: perspectiva, 2010, p. 18 *et seq.*

⁶⁸ malinowski, b. *apud* castoriadis, c. (1975) *l'institution imaginaire de la société*. paris : éd. du seuil, 2006, p. 173.

⁶⁹ pècheux, m.(1975) *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: editora da unicamp, 1997, p. 91.

⁷⁰ “tudo pode se dizer ainda que não se diga jamais qualquer coisa.” pècheux, m. e gadget, f. *op. cit.* p. 68.

⁷¹ henry, p. *a ferramenta imperfeita*. campinas: ed. unicamp, 1992, p. 147.

⁷² pècheux, m. e gadget, f. *op. cit.* p. 64.

interpretação da poesia como “literalmente coextensiva” à língua, “do mesmo modo que o equívoco: talvez *não haja poesia*.” a coragem em afirmar que a poesia não existiria é proporcional à desestabilização provocada pelo olhar discursivo: aquilo que *afeta e corrompe* a língua não pode ser localizável, está nela toda, na natureza de sua materialidade e de seu funcionamento. eis o porquê da luta pelo primado da metáfora sobre o sentido:

a metáfora não é localizável, [*assim*] como a poesia: como para a poesia pode-se defender a idéia de que ela não existe, se está em toda parte da produção do sentido. ela faz com que as evidências se movam do “mundo normal”: um efeito revolucionário. neste sentido, a metáfora também merece que se lute por ela.⁷³

como conseqüência, consideramos que as propriedades da poesia (entre elas a metáfora, o equívoco, a ficção) não são alheias ao funcionamento ordinário da linguagem. para uma postura materialista, mais importa fazer notar as relações entre os lugares que o sentido pode ocupar do que estabelecer um ou outro sentido, a interpretação do texto, do fato. esses lugares ainda não significados marcam a presença da história na língua. ainda nas palavras de gadget e pêcheux, o equívoco – esse lugar mal ocupado – é o ponto onde o impossível lingüístico se alia à contradição histórica:

a irrupção do equívoco afeta o real da língua, o que se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua: 1789, 1870, 1917... essas datas históricas correspondem na linguagem a momentos privilegiados: a instauração do francês nacional, a mudança da forma de métrica francesa tradicional introduzida por rimbaud, e o surgimento das vanguardas literárias, poéticas e lingüísticas, no campo do outubro russo. toda desordem social é acompanhada de uma espécie de ‘dispersão anagramática’ (baudrillard), que constitui um emprego espontâneo das leis lingüísticas do valor: as massas ‘tomam a palavra’, e uma profusão de neologismos e transcategorizações sintáticas induzem na língua uma gigantesca mexida, comparável, em menor proporção, àquela que os poetas realizam.⁷⁴

podemos, pois, considerar que os sentidos de um acontecimento (histórico ou lingüístico) são passíveis de movimentar a língua; visto que não há lugar fixo para as idéias e que há

⁷³ pêcheux, m. e gadget, f. *op. cit.* p. 160.

⁷⁴ pêcheux, m. e gadget, f. *op. cit.* p. 64.

intensa afinidade entre os campos da língua e da história, seja mesmo pelo fato de a história se fazer de linguagem e de a língua adquirir sentido no curso histórico. embora a relação de um signo com o mundo possa ser considerada arbitrária (lição de benveniste),⁷⁵ a partir do momento em que essa relação se estabelece, ela deixa marcas no elo dos significados com os significantes; uma vez existente, não pode ser esquecida sem deixar pistas.

o deslize metafórico realiza discursivamente a passagem do *não-sentido ao sentido*.⁷⁶ passagem da qual althusser, em um artigo escrito em 1982 e inédito até 1994, desenvolve as bases filosóficas através do que ele denomina ser o *materialismo do encontro* por oposição às tradições racionalistas no interior do próprio materialismo que reduzem a compreensão da disputa pelo sentido como sendo a causa de uma necessidade. sua tese começa por interrogar o estatuto do *desvio* na produção de encontros imprevistos:

epicuro nos explica que, antes da formação do mundo, uma infinidade de átomos caíam, paralelamente, no vazio. eles caem sempre. o que implica que antes do mundo não havia nada e, ao mesmo tempo, que todos os elementos do mundo existiam desde toda a eternidade antes da existência de algum mundo. o que implica também que, antes da formação do mundo, não existia *nenhum sentido*, nem causa, nem fim, nem razão, nem desrazão. a não-anterioridade do sentido é uma das teses fundamentais de epicuro (...).⁷⁷

para a tradição filosófica ocidental, o *logos* – essa razão fundada na objetividade da linguagem – é a responsável por pensar a antecedência do sentido sobre toda realidade. segundo o materialismo reivindicado por althusser, antes da realidade não há sentido, há um pendor, uma inclinação ou uma declinação. para definir isso que há antes do mundo, lucrécio, leitor da filosofia epicurista, introduz o conceito de *clinamen*⁷⁸ como sendo

⁷⁵ benveniste, e. (1939) natureza do signo lingüístico. in: *problemas de lingüística geral i*. campinas: pontes, 1995, p. 53 - 67.

⁷⁶ pècheux, m. (1980) delimitações, inversões, deslocamentos. in: *cadernos de estudos lingüísticos n.º 19*. campinas: iel/unicamp, 1990, p. 17.

⁷⁷ althusser, l. (1982) a corrente subterrânea do materialismo do encontro. in: *crítica marxista 20*. rio de janeiro: revan, 2005, p. 10.

⁷⁸ lucrécio, t. *da natureza*. os pensadores. são paulo, abril cultural, 1973, p. 58: “quando os corpos são levados em linha reta através do vazio e de cima para baixo pelo seu próprio peso, afastam-se um pouco da sua

justamente esse *desvio infinitesimal* na trajetória dos átomos que caem em linha reta, alterando minimamente o paralelismo entre eles e provocando *um encontro* com o átomo vizinho. considerar o desvio como originário e não como derivado seria a grande audácia de epicuro. mas, segundo althusser, é preciso ultrapassar a contingência do encontro:

para que o desvio dê lugar a um encontro do qual nasça um mundo, é necessário que ele dure, que não seja um “breve encontro”, mas um encontro durável, que se torna, então, a base de qualquer realidade, de qualquer necessidade, de qualquer sentido e de qualquer razão. porém, o encontro pode também não durar e, então, não há mundo.⁷⁹

e a mudança de sentido pode tanto acontecer como falhar, como em todo ritual.⁸⁰ os elementos já estão *aí e além, prontos para chover*, mas eles só existem a partir do momento que “a unidade de um mundo os tenha reunido no encontro que constituirá sua existência.”⁸¹ e mesmo depois de acontecer, nada garante a duração do encontro, pois o *fato consumado* não é a garantia de sua perenidade. althusser diz que a história é a revogação permanente do *fato consumado* por um outro *fato indecifrável a se consumir* “sem que se saiba antecipadamente nem onde, nem como o acontecimento de sua revogação se produzirá.”⁸² o fato é que é sempre possível que essa mexida aconteça. por isso é que a luta de classes é o motor da história: sem mudança não há disputa, mas a mudança não é determinada pela vontade dos homens. segundo pècheux:

continua, pois, bastante verdadeiro o fato de que ‘o sentido’ é produzido no ‘non-sens’ pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da ‘forma sujeito’ ideológica, identificada com a evidência de um sentido. apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica

trajetória, em altura incerta e em incerto lugar, e tão somente o necessário para que se possa dizer que se mudou o movimento”.

⁷⁹ althusser, l. *op. cit.* p. 11.

⁸⁰ pècheux, m. (1978) só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. in: pècheux, m. *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, 1997, p. 301.

⁸¹ althusser, l. *op. cit.* p. 14.

⁸² *idem, ibidem.*

como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas, enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso [...].⁸³

o lapso é um ato subjetivo, isto é, concernente ao sujeito, que pode ser interpretado como sintoma da não correspondência perfeita entre o significante, o sentido e o mundo. o ritual da significação pode sempre ser quebrado por aquilo que ficou de fora na delimitação das fronteiras do acontecimento. resta-nos explicitar as configurações da subjetividade diante dessa disputa pelos sentidos.

ii. o sujeito histórico

nos trabalhos discursivos, a história tem íntima relação com o sujeito. tal como posto por althusser: “ela [a história] não tem, no sentido filosófico do termo, um sujeito, mas um motor: a luta de classes.”⁸⁴ segundo paul henry, o conceito de *luta de classes* representa a *posição da objetividade e da verdade científicas* no que diz respeito à história concreta dos homens concretos.⁸⁵ discursivamente, ela é entendida como *confronto de sentidos* entre diferentes posições-sujeito. a luta de classes pressupõe a divisão em classes e, portanto, relações de produção que determinem essa divisão, mas, como afirma o próprio marx, a passagem da infra-estrutura ao econômico não é direta, é de ordem política. a sociedade funciona por divisões que, antes de serem de classe, são políticas. isso significa que a configuração dessa disputa pode tomar, em momentos históricos diferentes, formulações diferentes das classes sociais. o conceito de luta de classes deve ser compreendido, portanto, como a constituição de uma demanda e, ao mesmo tempo, como construção daquilo que torna possível a existência dessa demanda.⁸⁶ conforme vimos afirmando, é a *contradição* histórica e o *equívoco* da linguagem que possibilitam a resistência e a mudança

⁸³ pècheux, m. (1978) só há causa daquilo que falha... in: pècheux, m. (1975) *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, 1997, p. 300.

⁸⁴ althusser, l. *posições i*. rio de janeiro: graal, 1978, p. 71.

⁸⁵ henry, p. *a ferramenta imperfeita*. campinas: editora da unicamp, 1992, p. 127.

⁸⁶ henry, p. os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de michel pècheux (1969). in: gadget, f. e hak, t. (org.) *por uma análise automática do discurso*. campinas: ed. unicamp, 1990, p. 21.

não como conseqüências de algo ou alguém, mas como sentidos possíveis ou interditados em determinadas condições para determinadas posições de dizer.

nesse sentido, althusser diz que “a ideologia não existe senão por e para sujeitos” apontando uma ligação entre “a evidência da transparência da linguagem” e “o efeito ideológico elementar” (como formulado por pècheux em 1975).⁸⁷ está dado o passo para a elaboração discursiva do conceito de ideologia relativamente ao sujeito. colocando-se entre o *sujeito da linguagem* (já trabalhado em lacan, foucault, derrida) e o *da ideologia* (althusser), a autor compreende a relação da “evidência subjetiva” (esquecimento da origem do dizer) com a “evidência do sentido” (esquecimento de que o dizer poderia ser outro). esse é o modo de significação da língua no sujeito na história. a forma-sujeito, enquanto forma de existência histórica de qualquer indivíduo, constitui a possibilidade da relação com a exterioridade. os homens só podem ser agentes *na* prática histórica se revestidos da forma de *sujeito* sob a determinação de relações, contradições, processos, em uma palavra: da linguagem. tal elaboração da relação entre sujeito e história rompe com a forma idealista do sujeito-origem-essência-causa. rompe com qualquer tentativa de estabelecimento de um centro ou de uma unidade capaz de prestar contas do conjunto dos acontecimentos.

em “só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês”, pècheux desdobra a relação da teoria do discurso com o impossível do inconsciente “na pulsação sentido/*non-sens* do sujeito dividido.”⁸⁸ o sentido é produzido no que falha pelo deslizamento sem origem do significante. instala-se aí o primado da metáfora (do deslize), tal como o delineamos, sobre o sentido. o autor enfatiza a necessidade de considerarmos que “esse deslizamento não desaparece sem deixar traços no sujeito-ego da forma-sujeito ideológica, identificada com a evidência de um sentido.” assim, ele enuncia a causa daquilo que falhou em *semântica e discurso*: confundir *sujeito* e *ego* enquanto forma sujeito-de-direito. não há um *eu* plenamente identificado numa forma-sujeito. *falta a causa que determina o sujeito onde o efeito de interpelação o captura*, essa falta se mostra sob a forma do lapso, do ato

⁸⁷ henry, p. *op. cit.* p. 30.

⁸⁸ pècheux, m. (1978) só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. in: pècheux, m. (1975) *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, 1997, p. 300.

falho, do equívoco, da metáfora. “nada se torna sujeito, mas aquele que é ‘chamado’ é sempre-já sujeito.” inconsciente e ideologia trabalham na constituição de um sujeito *sempre* histórico.

a partir disso, eni orlandi diz que é ao se inscrever na língua que a ideologia interpela o sujeito. desse gesto sócio-historicamente situado, resulta uma forma-sujeito histórica, ou seja, não mais um indivíduo organicamente definido (bio-psico-social), mas um sujeito que se submete à língua pela injunção da significação; um sujeito estruturado pela ilusão de ser a origem de suas palavras e de ter o controle sobre o sentido de seu dizer. num segundo movimento (distinto, mas não independente), essa forma histórica do sujeito é individualizada pelo estado através das instituições.⁸⁹ a materialidade dos lugares sociais coloca o sujeito frente a processos de identificação que configuram possibilidades de reconhecimento no interior da vida social e política. esse sujeito individualizado pelo estado é interpelado pela ideologia e pela sociedade por se inscrever na língua: daí ser possível a resistência aos processos de identificação impostos pelo estado. essa resistência, e a espreita do novo que dela deriva, é trabalhada por pècheux nos detalhes da relação (política) do sujeito com a linguagem:

não entender, ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens, não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... e começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido.⁹⁰

essa forma de considerar a possibilidade histórica da mudança, através do jogo entre a subversão e o consentimento postos pela materialização do inesperado e do impensado na

⁸⁹ orlandi, e. o sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. texto apresentado no *ii seminário de estudos em análise de discurso*. ufrgs: porto alegre, 2005.

⁹⁰ pècheux, m. (1980) delimitações, inversões, deslocamentos. in: *cadernos de estudos lingüísticos n°. 19*. campinas: iel/unicamp, 1990, p. 17.

linguagem, coloca o *não-sentido* como devir próprio à ordem simbólica.⁹¹ em suma, se a língua opera uma ruptura radical entre o sujeito e o mundo e ao mesmo tempo é a única condição de acesso (interpretação, recorte) à realidade, é também através dela que a resistência pode se manifestar.

4. uma poética da identificação pelo urbano

ensina-nos rancière que a história não poderia ter feito a sua revolução senão jogando com a ambigüidade de seu nome, renunciando, *na prática da língua*, à oposição da ciência e da literatura. segundo ele, só a *língua das histórias* poderia marcar o próprio da história, com o maiúsculo da ciência.⁹² essa tarefa não é da retórica (do bem-dizer), mas da poética, que pode constituir em “língua de verdade a língua tão verdadeira quanto falsa dos historiadores.” o historiador propõe, assim, que a *poética do saber* seja o “estudo do conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai à literatura, se dá um estatuto de ciência e o significa.” a chamada “virada lingüística” da disciplina histórica se avizinha, de certa forma, do método discursivo, pois desconfia da transparência da língua e da evidência da verdade que o rigor do método veicularia, apoiando-se sobre a materialidade da constituição do sentido e sobre a necessidade de construir um dispositivo de leitura que se responsabilize pelas interpretações que realiza.⁹³

⁹¹ chamamos a atenção para a diferença que eni orlandi elabora entre *não-sentido* e *sem-sentido*. segundo a autora, “o não-sentido [...] é da instância do interdiscurso, [...], domínio da memória em que há movimento possível do sujeito e dos sentidos. esse movimento se dá a partir do silêncio fundador, *grave de possíveis*, onde o *não-sentido* é *disponibilidade e não vazio*. [já] o *sem-sentido* deriva do efeito imaginário, o que produz a evidência, a estabilização na relação com o outro. sem o silêncio que é disponibilidade, aflora o *silenciamento*, o *apagamento* da margem, do possível. o vazio, aqui o *sem-sentido* [,] é o *imaginariamente saturado (conteúdo)*.” orlandi, e. do não sentido e do sem sentido. in: junqueira filho, l.c.u. (org.). *silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. são paulo: casa do psicólogo, 1998, p. 63, grifos nossos.

⁹² rancière, j. (1992) *os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. são paulo/campinas: educ/pontes, 1994, p. 15.

⁹³ cf. pêcheux, m. (1983) *o discurso – estrutura ou acontecimento*. campinas: pontes, 1990, p. 57.

ao lado de seu valor poético, o texto literário importa também por seu valor como elaboração vigente do imaginário. é, por isso, tido como *documento* significativo para todas as perspectivas que privilegiam o entendimento do processo de produção do sentido em lugar de sua pura finalidade. conceituada enquanto uma *forma de representação*, a literatura é impelida à condição de *fonte* pelo historiador, isto é, de um documento passível de responder às questões colocadas por uma investigação de caráter histórico. neste caso, a veracidade dos dados dá lugar à compreensão de imaginários sociais, reflexos de uma época ou da interpelação dos costumes e formas de ver o mundo. “se a realidade é opaca [afirma carlo ginzburg], existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.”⁹⁴ a historiadora gaúcha sandra pesavento, destaca que apesar de *história* e *literatura* exercerem papéis diversos na construção da *identidade*, ambas se oferecem como *representação do mundo social*.⁹⁵ assim, para a autora, é o conceito de *representação* que possibilita esse novo olhar sobre as fontes, incluindo aí a literatura. para ela:

a ficção não seria [...] o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador [...]. para o historiador, a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a *representação* que ela comporta [...], o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma *narrativa*.⁹⁶

dessa forma, afirma-se a idéia de que *história* e *ficção* se assemelham na medida em que são *narrativas* de eventos e ações, mas divergem no modo como *representam* a realidade: enquanto a narração histórica tem uma forte ligação com a *verdade*, a ficção não teria essa pretensão. de seu lado, roger chartier entende a representação como “um conhecimento

⁹⁴ ginzburg, c. *mitos, emblemas, sinais. morfologia e história*. são paulo: cia. das letras, 2002, p. 177.

⁹⁵ para a autora, a identidade é entendida como: “(...) um processo ao mesmo tempo pessoal e coletivo, onde cada indivíduo se define com relação a um ‘nós, que, por sua vez, se diferencia dos ‘outros’”. pesavento, s. relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no brasil (século xix e xx). in: *revista anos 90*, porto alegre, n.º04, dezembro de 1995, p. 115.

⁹⁶ pesavento, s. *op. cit.* p. 117, grifos nossos.

mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo como ele é.”⁹⁷

já segundo a tradição dos estudos da linguagem enunciada por todorov, a representação é a *imagem psíquica* do signo e está ao lado das relações que ele estabelece com a *coisa real* (denotação) e com o *dizível* (significação).⁹⁸ as palavras teriam, assim, propriedades representativas das quais se serviria a ficção para criar uma *atmosfera* indiciária do imaginário social no texto literário. possibilidade de reconstrução de um objeto ausente ou evocação capaz de fazê-lo aparecer na imaginação do leitor, de maneira mais geral, a *representação* se relaciona ao menos de dois modos com o objeto representado: ela pode, por um lado, fazer as vezes desse objeto e, portanto, evocar sua *ausência*; por outro, ela o torna visível, logo, sugere sua *presença*.⁹⁹ para os estudos discursivos, estando no lugar da realidade, a literatura se configura como uma *materialidade significante*,¹⁰⁰ isto é, como um espaço no qual os sentidos se produzem. sua textualidade não é apenas meio de expressão, ela é matéria de significações possíveis para a realidade histórica.

buscando compreender os caminhos da significação, voltamos ao jogo presença/ausência, sem fugir à discussão do paradoxo do signo lingüístico no interior dele mesmo. face dupla significado/significante, *imotivado e diferencial*, segundo saussure, o signo está presente no sistema por sua ausência, vale por ser aquilo que os outros não são.¹⁰¹ já o significado aparece como *contraparte*¹⁰² do significante e, segundo todorov, é:

falta, ausência no objeto perceptível, que se torna deste modo significante. esta ausência equivale, então, à parte não-sensível; quem diz signo deve aceitar a diferença radical entre significante e significado, entre sensível e não-sensível, entre presença e ausência.

⁹⁷ chartier, r. *a história cultural*. rio de janeiro: bertrand, 1990, p. 20.

⁹⁸ ducrot, o. e todorov, t. (1972) *dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. são paulo: perspectiva, 2001, p. 103.

⁹⁹ ginzburg, c. *olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. são paulo: companhia das letras, 2001, p. 85.

¹⁰⁰ lagazzi, s. a materialidade significante em análise. in: tfouni, leda verdiani. (org.) *a análise do discurso e suas interfaces*. ffclrp-usp, no prelo.

¹⁰¹ saussure, f. de *curso de lingüística geral*. organizado por charles bally e albert sechehaye. são paulo: cultrix, s.d., p. 130 *et seq.*

¹⁰² saussure, f. de *op. cit.* p. 133.

o significado, diremos tautologicamente, não existe fora de sua relação com o significante, - nem antes, nem depois, nem alhures; o mesmo gesto cria o significante e o significado, conceitos que não podem ser pensados isoladamente. um significante desprovido de significado é simplesmente um objeto; ele *é*, mas não *significa*; um significado desprovido de significante é o indizível, o impensável, o inexistente mesmo. a relação de significação é, em certo sentido, contrária à identidade a si; o signo é, simultaneamente, marca e falta: originalmente duplo.¹⁰³

ter acesso à significação é aceder ao estatuto de um *traço* que desliza sob o significante; a unidade, portanto, mais pertinente para tratar da significação é a *cadeia significante*, não o signo. no momento em que se volta sobre si mesma, a cadeia engendra um “efeito de sentido” indicando que “alguma coisa funciona como significante até no significado: tal é o papel do rastro.”¹⁰⁴ tomada ao pé da letra, a barra entre significante/significado assinala um *jogo formal* de resistências irreduzíveis às leis do conteúdo ou do sentido. daí a autonomia e a primazia do significante, primeiro também em relação ao sujeito. descentrado frente àquele que pretende falar num enunciado, o sujeito não está em nenhuma parte antes ou fora da cadeia significante, sua existência se dá em função de uma ausência cujo lugar é ocupado por um significante – “que representa um sujeito para outro significante.”¹⁰⁵ o sujeito está, portanto, sempre em posição de significante. daí sua injunção à interpretação. diante de um texto, o sujeito é convocado à posição de leitor. face à resistência material da linguagem, à qual ele se submete, *inclina-se*,¹⁰⁶ ele se constitui como intérprete, mas somente *em função da textualidade*.¹⁰⁷ o leitor é, deste modo, conseqüência da materialidade textual, um *efeito* produzido pelos gestos de interpretação do autor, pela atualidade da formulação e pela projeção da memória de leitura. assim, o texto projeta um *efeito-leitor* que coloca posições possíveis para a interpretação. e a representação não é mais do que um efeito metafórico que produz um imaginário, uma realidade.

¹⁰³ ducrot, o. e todorov, t. *op. cit.* p. 102.

¹⁰⁴ ducrot, o. e todorov, t. *op. cit.* p. 314 *et seq.*

¹⁰⁵ ducrot, o. e todorov, t. *op. cit.* p. 315.

¹⁰⁶ barthes, r. *apud* orlandi, e.

¹⁰⁷ orlandi, e. *discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. campinas: pontes, 2001, p. 63.

do ponto de vista da psicanálise aplicada à literatura, Jean Bellemín-Noël pergunta por que queremos a todo custo que um texto remeta a um homem (autor ou leitor) e que *um homem* explique *seu* texto.¹⁰⁸ Segundo o autor, a escritura é ao mesmo tempo autonomia e alteridade. *autonomia*, pois é através dela que o homem difere. *alteridade*, pois a escrita é produzida em descompasso com a realidade (o texto não é o real), encontra na repetição sua fonte (a literatura inventa e retoma ficções já existentes), se impõe apesar da intencionalidade (um texto não tem somente um sentido e o intento do escritor não goza de nenhum privilégio) e está fora da esfera da troca, da rentabilidade e da comunicação.¹⁰⁹ A obra literária é, portanto, um *efeito*, não uma origem absoluta. Ela é um reflexo, um resultado, um *traço* do autor/leitor: *ruína*, resto, resíduo. Seus efeitos vão além do alcance da consciência, pois a perda da origem da interpretação é a causa fundadora de seus sentidos. E se os sentidos são um excesso no texto é porque há o *inconsciente*. A tarefa do (psic)analista do texto seria fazer aparecer essa falta que, paradoxalmente, se apresenta como *em excesso* ou, simplesmente, como *um excesso*.

No caso da reflexão que propomos a respeito do discurso histórico sobre a cidade, a literatura aparece como um desses *excessos*, dessas *pistas* que dão acesso a realidades que se confrontam à efetiva realização. Enquanto imaginário descomprometido com a verdade dos fatos, a literatura tem uma preocupação com a forma do dizer, ou seja, com a exploração dos limites do significante e o modo como o texto irá constituir o objeto do qual fala e seu leitor. Parafraseando Rancière em sua definição da poética do saber, podemos estudar os *procedimentos linguageiros* pelos quais um discurso se subtrai à literatura,¹¹⁰ se dá um *estatuto de realidade* e o significa. Se a literatura deixa rastros da história de uma sociedade é porque, através do efeito metafórico, ela pode ocupar um lugar na (re)produção do imaginário sobre essa história. Essa repetição parafrástica do texto literário pode ser considerada um duplo infiel do real (inacessível) que elabora e ao mesmo tempo reflete

¹⁰⁸ Bellemín-Noël, J. *Psychanalyse et littérature*. Paris: PUF, 2002, p. 138.

¹⁰⁹ Bellemín-Noël, J. *op. cit.* p. 139.

¹¹⁰ subtrair-se à literatura enquanto “domingo do pensamento”, “infância da língua”, como se a ficção e a poesia tivessem um caráter de exceção e não de constituição. A nosso ver, a língua, em sua estrutura e em sua materialidade, é capaz de equívoco, devaneio, imaginação.

significações para a história e, como toda paráfrase, evidencia os limites das configurações do sentido.

analisaremos na materialidade de textos literários os imaginários de identificação do sujeito em relação à cidade e como essa identificação produz espaços de referência. enquanto uma *poética da identificação pelo urbano*, estudaremos recortes significantes dos romances: *um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, de mia couto,¹¹¹ *istambul*, de orhan pamuk,¹¹² e *marcovaldo*, de ítalo calvino.¹¹³ veremos como seus sentidos escapam ao rótulo da ficção e significam a realidade que os fundam. examinaremos, enfim, como, através do dizer, o sujeito se identifica com a cidade, fazendo das referências urbanas suas referências subjetivas.

construído em torno do regresso de marianinho à ilha de luar-do-chão, o romance de mia couto narra a saga de um jovem que, após anos ausente em virtude dos estudos na capital, retorna a sua cidade de origem por ser designado a comandar a cerimônia fúnebre do avô, dito mariano. o retorno de marianinho contrapõe o imaginário da cidade à pequena ilha e os itinerários de suas lembranças conduzem a viagens pela memória do lugar. por outro lado, o livro de orhan pamuk, *istambul*, rememora a vida de um narrador que jamais saiu de sua cidade, uma vida atrelada a istambul num vaivém intermitente de movimentos antitéticos: o auge e o declínio do império otomano, a casa de família e a errância nas ruas, a heterogeneidade da cultura local e o olhar restritivo do ocidente, a fala do outro (da família, do estrangeiro, da cidade) e suas memórias mais íntimas (os devaneios, a pintura, os planos).

no desenrolar dessas narrativas em primeira pessoa seus protagonistas, tão intrincados à cidade, se enredam num distanciamento, numa tomada de posição forasteira para poder falar *de fora* do dentro. são as lembranças, *desobedientes entre a vontade de serem nada e o*

¹¹¹ couto, m. (2002) *um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. são paulo: cia. das letras, 2007.

¹¹² pamuk, o. (2003) *istambul*. são paulo: cia. das letras, 2007.

¹¹³ calvino, i. (1963) *marcovaldo ou as estações na cidade*. são paulo: cia. das letras, 2007.

*gosto de lhes roubarem do presente,*¹¹⁴ que entreabrem o vinco de uma cidade viva, habitada, partida:

me empoleiro no atrelado do tractor, vou circulando entre caminhos estreitos de areia. *até há pouco* a vila tinha apenas uma rua. chamavam-lhe, por ironia, *a rua do meio. agora, outros caminhos de areia solta se abriram, num emaranhado.* mas a vila é ainda demasiado rural, falta-lhe a geometria dos espaços arrumados. *lá estão os coqueiros, os corvos, as lentas fogueiras que começam a despontar. as casas de cimento estão em ruína, exaustas de tanto abandono.* não são apenas casas destroçadas: é o próprio tempo desmoronado. ainda vejo numa parede o letreiro já sujo pelo tempo: “a nossa terra será o túmulo do capitalismo.” na guerra, eu tivera visões que não queria repetir. *como se essas lembranças viessem de uma parte de mim já morta.*¹¹⁵

o romance de mia couto vai temporalizando o (re)velar-se da memória subjetiva: “até há pouco” e “agora”, o passado neste instante, momentos da vida do personagem e da formação da pequena ilha se misturam. a terra natal, rural, agreste é hoje revisitada com olhares urbanos de cidade. o estranhamento desse outro tempo, o tempo do regresso de um eu “já morto”, decorre da reviravolta que a separação, requisito do qual o ato de lembrar quase nunca prescinde, opera na relação de marianinho com o universozinho que o gerou. aí, as inquietações não são mais oriundas daquele lugar, é já um outro que nota a ruína das construções (lugar de uma possível urbanidade da vila) e a estabilidade da natureza (um resquício de sua rusticidade). a rememoração, ligada à identificação do sujeito, divide aquele que lembra, dobrando o remoto no recente, atravessando-o, de súbito, pelos ruídos silenciados de outrora, de um tempo em que o urbano se impôs como medida, reservando a luar-do-chão um lugar de passado.

em turco, temos um tempo verbal específico que nos permite distinguir o que *ouvimos dizer* daquilo que *vimos com os próprios olhos*; quando relatamos sonhos, contos de fada ou fatos do passado que podemos ter testemunhado, é esse o tempo que usamos. é uma

¹¹⁴ couto, m. *terra sonâmbula*. são paulo: cia. das letras, p. 15.

¹¹⁵ couto, m. (2002) *um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. são paulo: cia. das letras, 2007, p. 27, grifos nossos.

distinção muito útil quando “rememoramos” as nossas primeiras experiências de vida, o berço em que dormíamos, o carrinho de bebê em que éramos empurrados, nossos primeiros passos, tudo da maneira *como nos foi contado* pelos pais, histórias que ouvimos com a mesma atenção arrebatada que poderíamos dar a um relato brilhante de outra pessoa. [...] depois que se gravam em nossos espíritos, *os relatos alheios* sobre o que fizemos passam a contar mais do que as coisas de que nós mesmos nos lembramos. e da mesma forma que ficamos sabendo das nossas vidas por intermédio de outros, *também deixamos que os outros acabem dando forma à nossa compreensão da cidade em que vivemos.*¹¹⁶

a dualidade espaço-temporal cumpre também um papel decisivo em *istambul*. o *ouvir dizer* é fala de outro sobre determinado episódio; o *ver com os próprios olhos* é palavra própria sobre o fato que se apresenta. de toda forma, é a interpretação que rege o acesso a tal ou qual realidade, o imaginário intervém sempre na relação simbólica com o mundo, daí a confusão na tentativa de alcançar a origem do dizer: no desejo de atingir as lembranças, depara-se com marcas *outras*. desconhece-se, antes e sem saber, os limites entre o ausente e o presente, entre o já-dito e o que se está dizendo (desconhecimento que contribui para o efeito de originalidade da lembrança). é por isso que a singularidade, simulacro do uno, se deixa ver apenas parcialmente, em pequenos gestos, como, por exemplo, nos vestígios de lembranças da infância em meio a histórias da cidade, ao que foi e ao que se diz ter sido. espaços de referência vão sendo constituídos para guiar o recuo da memória. mas essa orientação não satura o conjunto dos acontecimentos: resta sempre um fragmento que parece fora do lugar, desencaixado, e que leva a outra acomodação, diversa daquela que o produziu. esse é o efeito do *discurso sobre* ou do *discurso histórico*.

as ruas estão cheias de crianças que voltam da escola. algumas me olham intensamente. reconhecem em mim um *estranho*. e é o que sinto. como se a ilha *escapasse* de mim, *canoa* desamarrada na corrente do *rio*. não fosse a companhia da avó, o que eu faria naquele momento era *perder-me por atalhos*, perder-me tanto até estranhar por completo o lugar. de novo me chegam os sinais de decadência, *como se cada ruína fosse uma ferida dentro de mim*.

¹¹⁶ pamuk, o. *op. cit.* p. 16, grifos nossos.

custa a ver o tempo falecer assim. levassem o passado para longe, como um cadáver. e deixassem-no lá, longe das vistas, esfarelado em poeira. mas não. *a nossa ilha* está imitando o avô mariano, morrendo junto a *nós*, decompondo-se perante o *nosso* desarmado assombro. ao alcance de uma lágrima ou de um vôo de mosca.¹¹⁷

assim como é um outro marianinho, marcado pela experiência cidadina, quem repara nas ruínas da vila, é um jovem atravessado pelo intrincado arдил das lembranças que se reconhece na terra e seus atalhos, no rio e suas canoas, nas trilhas que o lugar sulca em suas recordações. o (des)compasso entre o irreconhecível reencontro com a ilha e os efeitos que ela lhe provocara deixa pistas da complexa relação que o personagem constrói com sua vila natal e aponta um funcionamento recursivo da memória. ao mesmo tempo em que o lugarejo parece estranho ao nativo que a ele retorna, a sensação de familiaridade e pertencimento lhe invade, enchendo despercebidamente a lacuna entre passado e presente. o trabalho da memória vai instaurando uma contradição própria aos sentidos que a história coloca: o pertencimento àquela terra ressurgue inesperadamente no momento mesmo em que é repellido, afirma-se pela repetição de um *nós* que implica o narrador no conjunto do qual receava não mais participar. essa insolúvel contradição é a condição de possibilidade da memória: somos invadidos por ela sem jamais atingir a garantia de sua veracidade, de sua acontecência, de sua congruência factual; a memória *faz* acontecimento, produz significação para os fatos, inaugura verdades, ainda que provisórias.

num movimento inverso, orhan se enraíza às origens, se apega às referências desejando jamais perdê-las de vista:

quando minha mãe entrava na agência local do banco do comércio, eu me recusava, sem explicar, a acompanhá-la pelos seis degraus que levavam até a caixa: eram degraus de madeira separados por espaços nos quais eu me convencera de que poderia cair, desaparecendo para sempre. “por que você não quer entrar?”, perguntava-me a minha mãe, enquanto eu fazia de conta que era uma outra pessoa. imaginava cenas em que a minha mãe desaparecia: agora eu estava num palácio, agora ao pé de um poço...

¹¹⁷ couto, m. *op. cit.* p. 91-92, grifos nossos.

quando andávamos distâncias maiores, até osmanbey ou harbiye, passando pelo posto de gasolina mobil da esquina, o cavalo alado do anúncio que cobria toda uma lateral de um edifício acabava sendo incorporado a esses sonhos. havia uma velha senhora grega que cerzia meias e vendia cintos e botões; também vendia “ovos do interior”, que tirava um a um de uma cesta envernizada, como se fossem jóias. (...) em seguida vinha uma lojinha de cigarros, jornais e poucos artigos de papelaria de propriedade de yakup e vasil, tão pequena e atulhada que na maioria das vezes desistíamos de comprar qualquer coisa assim que entrávamos. havia um café chamado “casa árabe” (da mesma forma que os árabes na américa latina eram quase sempre chamados de “turcos”, os poucos pretos de istambul eram conhecidos como “árabes”); seu enorme moedor de café acionado por uma correia começava a trovejar como a máquina de lavar da minha casa, e quando eu me afastava dela o “árabe” sorria indulgente do meu medo. quando essas lojas foram saindo de moda e começaram a fechar uma a uma para dar passagem a uma feira de negócios diferentes e mais modernos, o meu irmão e eu começávamos uma brincadeira – menos inspirada pela nostalgia do que para pôr à prova nossas memórias – que funcionava assim: um dos dois dizia “a loja ao lado da escola noturna de moças”, e o outro relacionava as encarnações posteriores do estabelecimento: “a lojinha de doces da mulher grega, um florista, uma loja de bolsas, uma casa de apostas, uma galeria, uma livraria e uma farmácia.”¹¹⁸

os *pontos de referência* da cidade ficam atados à história do próprio sujeito. é na cidade que a menção de si encontra corpo para ressoar: a substituição das antigas vendas e armazéns corresponde à transmutação dos costumes, da rotina, dos devaneios. o corpo urbano embarça-se às pueris lembranças do personagem, como um indício de que a cidade marca e pulsa (n)a memória de seus habitantes. a história de constituição do espaço moderno não escapa às determinações que o urbano impõe. a memória inventa(ria) sentidos para sustentar lembranças que são um efeito-leitor diante da cidade; esse funcionamento aponta para o fato de que a cidade é um pilar e um entrave nas relações do sujeito com os espaços de referência. *uma praça, uma livraria, um colégio, uma rua, um bairro, um vizinho, a mãe, o irmão, o primeiro dia de aula, a primeira professora, a derradeira namorada.* a indefinição

¹¹⁸ pamuk, o. *op. cit.* p. 41-42.

que marca a referência às coisas urbanas contrasta com a singularidade das recordações pessoais. nessa antologia provisória de lembranças, a cidade funciona como ponto de referência, ela textualiza, arquiva, guarda múltiplas entradas para a reminiscência, mas nem todas podem ser revisitadas. é no confronto cotidiano com a materialidade urbana que a memória retine, reencontra seus caminhos e outras formas de se atualizar.

as revoluções tecnológicas da industrialização em massa ecoam de maneiras muito específicas nas diferentes relações que a história estabelece com a memória: podem reinventar lembranças de si, podem se inscrever como um trajeto particular de significação, podem salientar a desimportância que a cidade imprime ao cidadão comum... todas essas possibilidades de reformular a memória em uma história particular contêm (abrigam, resguardam) a força da cidade enquanto acontecimento histórico. é nessa relação mais íntima com o corpo de memórias do sujeito que o efeito de memória – construído, nesse caso, pela re-formulação das construções urbanas – toma seu sentido fugidio, cotidiano, mas eficaz em seu efeito de linearidade: “a lojinha de doces da mulher grega, um florista, uma loja de bolsas, uma casa de apostas, uma galeria, uma livraria e uma farmácia”; sucessivamente, como se a história dessas substituições fosse obra do acaso, não de direcionamentos políticos.

esses embates com a cidade fazem recordar outro personagem, arrancado de suas esquecidas origens pelo pulsar da urbanidade. *marcovaldo*, de ítalo calvino. imerso em concreto e asfalto, todavia rodeado de verdolengos, embolorados e risíveis resíduos de natureza, esse operário converge a contradição que a cidade produz no curso de sua formação histórica.

esse marcovaldo tinha um olho pouco adequado para a vida da cidade: avisos, semáforos, vitrines, letreiros luminosos, cartazes, por mais estudados que fossem para atrair a atenção, jamais detinham seu olhar, que parecia perder-se nas areias do deserto. já uma folha amarelando num ramo, uma pena que se deixasse prender numa telha, não lhe escapavam nunca: não havia mosca no dorso de um cavalo, buraco de cupim numa mesa, casca de figo se desfazendo na calçada que marcovaldo não observasse e

comentasse, descobrindo as mudanças da estação, seus desejos mais íntimos e as misérias de sua existência.¹¹⁹

é, com efeito, a vida urbana que permite a Marcovaldo esses desvios no olhar. Por apresentarem-se através de uma típica e exemplar cidade industrial é que as referências do sujeito urbano podem ressaltar temas imprevistos: o cultivo de cogumelos de calçada – sem se dar conta de que são venenosos; o surrupio de um animal para criação – não atentando para as doenças provavelmente transmitidas por desse bicho já urbano; o sonho com férias na montanha – esquecendo-se de que a vida no campo é tão árdua quanto sua rotina operária... idealizações que o expõem à preeminência do modo de vida urbano, determinando suas filiações subjetivas, espaciais, temporais, oníricas.

mas o funcionamento das referências não é de modo algum simplesmente prescritivo: o espaço da cidade carrega e, simultaneamente, deixa transbordar as injunções históricas talhando-as de vazios esperando (novas?) significações. podemos questionar, juntamente com Calvino, se seria a nostalgia de um idílico mundo perdido que nos levaria a condenar a cidade industrial. ao lado dele mais uma vez, responderemos negativamente.

o idílio ‘industrial’ é alvejado tanto quanto o idílio ‘campestre’; não apenas uma ‘volta atrás’ na história é impossível, mas também aquele ‘atrás’ nunca existiu, é uma ilusão. o amor de Marcovaldo pela natureza é aquele que pode nascer apenas num homem da cidade; (...); esse estranho à cidade é o cidadão por excelência.¹²⁰

essa passagem traz dois elementos para reflexão: a irreversibilidade do tempo histórico e a oposição entre cidade e campo. com a modernidade, a sucessão temporal tornou-se um critério causal e explicativo para a história (tendo como consequência uma orientação evolutiva e cumulativa), diferente do caráter legitimador que a antecedência pode ter, por exemplo, quando evocada como um argumento em uma discussão. o espaço rural é, portanto, visto como ultrapassado (muitas vezes lembrado com nostalgia) na narrativa (idealizada) de constituição do espaço urbano. a separação entre cidade e campo é fundada

¹¹⁹ Calvino, i. *op. cit.* p. 07.

¹²⁰ Calvino, i. *op. cit.* p. 141.

na mistificação seja do rural (como antiquado ou paradisíaco), seja do urbano (como atual ou alienante), sendo, sem dúvida, o efeito de um olhar *a posteriori* (já urbano) para essas duas formas históricas do espaço. de nosso ponto de vista, é a forma urbana que possibilita a formulação da forma rural, seja como passado, seja como suporte.¹²¹

além de fornecerem pistas que nos permitem compreender o papel central da cidade na identificação dos sujeitos, os romances que acabamos de analisar têm também em comum o fato de serem o reflexo de um olhar externo para o espaço urbano. da metrópole para a vila, as ruínas são feridas no corpo do sujeito; do ocidente para o oriente, relatos alheios se impõem, mas são reconhecidos enquanto seus; do campo para a cidade, o não-urbano é um não-lugar. as referências de fora desestabilizam a impressão de imutabilidade do espaço, atestando sua historicidade. este percurso pela materialidade literária nos fez perceber que, para se erigir, a cidade moderna e ocidental, se coloca como centro e se volta à natureza, ao campo, ao oriente como seus outros, talvez exóticos. do mesmo modo, o imaginário da formação da nação repousa sobre a recusa do *estranho* (estrangeiro, forasteiro, alheio) e atribui à cidade o poder de (*des*)territorializar seus habitantes. discutiremos, na segunda parte deste estudo, os discursos que sustentam a construção dos efeitos de *centralidade*, *localização* e *pertencimento* projetados pela cidade como matrizes para a formação da nacionalidade.

¹²¹ payer, m. o. (1996) retrospectiva e estereotipia. imagens urbanas sobre o campo. in: *revista rua n.º 02*, campinas: labeurb /nudecri/ unicamp, 1996. rodríguez-alcalá, c. a cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço. in: *escritos*, n.º 06. campinas: labeurb /nudecri/ unicamp, 2002.

segunda parte

pontos de parada na discursividade urbana

*o lado [...] em que as palavras
não são mais escritas no papel ou ao vento,
mas gravadas na textura das coisas.
jacques rancière, os nomes da história*

1. referências na cidade

o ponto de encontro da memória discursiva com o discurso histórico é um arquivo que atualiza seus silêncios e seus possíveis na textualidade do espaço urbano. enquanto espaço político constituído simbolicamente, a cidade é atravessada (como toda formulação) pelo efeito imaginário de completude e de unidade e, ao mesmo tempo, pela dispersão e pela memória dos sentidos, por seus não-ditos.¹ meio material das relações sociais, ela é um espaço que faz *acontecimento*. é a partir da intervenção que uma construção produz na cidade que podemos pensar numa constituição significativa, linguageira para os *pontos de referência*. depois de muito evocar esta expressão, vendo-a aparecer, por nosso gesto analítico, em várias de suas formas de manifestação, diremos que o ponto de referência é um lugar no espaço urbano duplamente afetado pela temporalidade. por um lado, se pensarmos sincronicamente, um ponto de referência é construído pelo *imaginário da localização* (estando *aqui* eu acredito saber onde estou, saber que estou *aqui* e não *lá*) e, por outro, considerando uma relação de diacronia, ele incorpora um *imaginário de retrospecto*,² sua existência é uma lembrança de outro tempo-espaço: marca de alteridade, ainda que não-sabida. essas duas formas de afetação do tempo no espaço são da ordem do imaginário e atravessam o sujeito pela tensão da estrutura com o acontecimento, numa imbricação da qual ele não pode escapar, ainda que se esqueça disso. o mesmo

¹ cf. orlandi, e. *discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. campinas: pontes, 2001. cf. também orlandi, e. *cidade dos sentidos*. campinas: pontes, 2004.

² diferentemente do conceito de *horizonte de retrospecto* instituído por auroux, a noção de *imaginário de retrospecto* busca dar conta do processo de construção de anterioridades. cf. auroux, s. *les méthodes d'historicisation*. in : *histoire épistémologie langage*, paris, v.28, n.1, 2006, p.107.

esquecimento referencial que desfaz a relação do sujeito com a historicidade da língua,³ o faz crer que o espaço é apenas uma referência sincrônica, momentânea e concreta da qual ele faz uso. num ponto de referência, o imaginário de retrospectão, tal como o definimos, só é acessível ao sujeito por meio de um estranhamento.

é no sentido de marco que um ponto de referência pode sempre ser considerado um *monumento*, ainda que seja simplesmente uma rua, uma esquina, uma praça. se pela via da localização e do retrospecto o monumento estabelece uma relação com o imaginário, sua significância o faz ser constitutivamente simbólico. em termos teóricos, nós o trataremos como um *ponto de silêncio* no espaço. na relação com a linguagem, orlandi nos ensina que o silêncio é *fundante*, o ponto de partida do dizer, um *intervalo pleno de possíveis*. ele é também *silenciamento*: censura e interdição, a face política do não-dito.⁴ na relação com a cidade, thibaud fala em silêncios, no plural. no nível temporal, ele é um *intervalo* com *poder articulatório* que, ao dar forma aos acontecimentos sonoros da cidade, estabelece um antes e um depois. no nível social, ele é a *ação* que gere o contato entre os cidadãos, seu *poder instrumental* funciona como suporte de troca. no nível espacial, ele é a *escala* que relaciona diferentes grandezas sonoras da cidade, seu *poder territorializante* permite a passagem do próximo ao distante, do aqui ao alhures.⁵ tanto na linguagem, quanto na cidade, orlandi e thibaud concordam que o silêncio intervém não somente como ausência de sentido, mas como condição de significação.⁶ encaramos, pois, o monumento no duplo cruzamento das noções de *ponto de referência* e de *ponto de silêncio*. o monumento fala por sua presença mesma no espaço histórico, seja pela imposição de uma forma que silencia outras, seja como condição para que o sentido se espacialize. é desse modo que compreendemos o ponto de referência em sua constituição simbólica.

do ponto de vista teórico-analítico, por sua vez, a construção de um ponto de referência no espaço pode ser abordada a partir da discussão de dois temas bastante caros às ciências da

³ pècheux, m. semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. campinas: ed. unicamp, 1997, p. 173, 177.

⁴ orlandi, e. *as formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. campinas: ed. unicamp, 1992, p. 70.

⁵ thibaud, j-p. l'expression littéraire des silences de la ville. in : *la création sociale*, centre de sociologie des représentations et des pratiques culturelles, 1997, n° 2, p. 69.

⁶ orlandi, e. *op. cit.* p. 47. thibaud, j-p. *op. cit.* p. 45.

linguagem: a construção do referente pela linguagem (ligada ao *imaginário de localização*) e a textualização (ligada ao *imaginário de retrospecto*). de um lado, temos uma discussão de interesse filosófico que põe em suspensão a relação da referência e do mundo com a linguagem.⁷ a produção de uma *referência* no espaço nacional tem a ver com a simbolização desse espaço, com a relação de uma construção com outras, com o processo de ocupação das cidades, com a necessidade política de construir uma origem, um passado, uma tradição. a exterioridade da referência, a possibilidade de perguntarmos a quem algo se refere, leva a uma reflexão sobre o processo imaginário de produção dessas realidades. é através da linguagem, enquanto forma – sempre exposta à história – de dizer e redizer, que damos de encontro com o real. perguntamos, assim, pelo confronto de discursos que produz esse efeito de localização, não só no espaço, mas na confluência de muitos sentidos, no imaginário de um marco zero, como se todos os caminhos levassem a roma... o que está em jogo na evidência de uma referência?

por outro lado, consideramos o próprio processo de construção das cidades como um processo de *textualização*, um conjunto, com seu efeito de unidade, que disponibiliza uma determinada trajetória para a inscrição dos sujeitos e dos sentidos.⁸ texto que não é tido como uma unidade preexistente, espontânea ou natural: ele funciona em sua *forma material*, “como parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade.”⁹ é “o trabalho imaginário de *organização*, a prática de significação, o comprometimento com uma *versão*, o direcionamento do gesto de interpretação, identificação e reconhecimento”,¹⁰ que o constroem. nossa proposta de trabalho com a *textualidade* das construções urbanas, leva necessariamente a considerar a linearidade e o alcance do significante colocando a materialidade da formulação em relação com a memória, esse *desmedido* da história. texto enquanto *acontecimento do significante*.¹¹ essa sua aparente pontualidade permite ao analista uma entrada na discursividade através do reconhecimento de uma *unidade*

⁷ aprofundaremos essa discussão sobre a referência, especificamente do nome próprio, a partir da filosofia da linguagem na terceira parte da tese.

⁸ orlandi, e. *discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. campinas: pontes, 2001, p. 64-68.

⁹ orlandi, e. *op. cit.* p. 13.

¹⁰ orlandi, e. *op. cit.* p. 83-93 *et seq.*

¹¹ orlandi, e. *op. cit.* p. 92.

imaginária onde jogam formulações possíveis, abertas a diferentes *gestos de interpretação*. “o desvio que habita toda textualização do discurso marca uma relação que não é perfeitamente articulada em relação à discursividade.”¹² o equívoco se mostra, pois, nessa falha, nessa decalagem entre o *discurso* – inscrição da língua na história – e o *texto* – formulação dessa inscrição.

é tanto através dos traçados do espaço quanto pelo modo como se fala sobre sua constituição que a cidade é entendida como uma *forma histórica específica* que adquire, a nosso ver, o estatuto de *texto*, de inscrição de sentidos. entendemos que a formulação do espaço é um *batimento* entre a narração histórica e a configuração material em cidades, vias, nomes e construções. o texto urbano pode ser pensado como sendo a intervenção de determinadas discursividades na história de um espaço que não deixam de fundar uma unidade e produzir saberes. os *gestos de escrita* das cidades,¹³ marcados por uma relação ao mesmo tempo com o simbólico e com o imaginário, produzem um *saber* (no) cotidiano. mencionamos bastante também até aqui a noção de *saber* e especificamente a noção de *saber urbano*, a compreendemos como uma superposição de representações que não se representam sempre do mesmo modo e que marcam o espaço enquanto cidade não só em suas formas institucionalizadas, mas também quotidianas. sujeito, língua nacional e suas tradições são inaugurados junto com as referências urbanas. colégios, igrejas e bibliotecas são lugares onde o saber, urbano e nacional, se institucionalizam. as filiações políticas, filosóficas e religiosas dessas construções vão projetar institucional e quotidianamente sentidos para aqueles que por ali circulam. estando dentro ou fora desses espaços, o sujeito será constituído por eles, pelos saberes recortados por sua presença na cidade. texto repleto de reformulações, a inauguração de um prédio, a instituição de suas funções, um nome por outro, as mudanças de endereço e reformas são gestos triviais, corriqueiros, mas não sem importância para a constituição dessa unidade imaginária no espaço. o texto urbano se

¹² orlandi, e. *op. cit.* p. 92.

¹³ a noção de *gestos de escrita* está em ressonância com o noção de *gesto de interpretação* que, segundo eni orlandi “se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude (...). a interpretação é o vestígio do possível.” orlandi, e. *interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. petrópolis: vozes, 1996, p. 18.

constitui, pois, em nosso trabalho, como uma unidade de análise na tensão da *interpretação* com a *descrição*.¹⁴ e a noção de *compreensão* deixa ver a *posição do analista* diante dessa tensão.¹⁵ afetados pelo dispositivo teórico-analítico da análise de discurso, buscaremos *compreender* essa produção de saber. que saber é esse que está nas ruas?

2. língua e urbanidade

o imaginário de localização que as referências urbanas constroem é paralelo à aparente estabilidade da língua nacional. esses dois fenômenos são parte do mesmo fato político: a interpelação, pelo estado, do sujeito em cidadão,¹⁶ em um indivíduo que deve saber por onde anda, ter certeza da língua que fala e conhecer suas origens e tradições. podemos nos perguntar como se funda essa estabilidade e a quais sentidos ela se filia tanto nos estudos da linguagem quanto nos caminhos da urbanização brasileira.

em seu extenso trabalho sobre a história das idéias lingüísticas, auroux coloca as bases para a compreensão de que há uma forte ligação entre a história da urbanização e a construção do conhecimento sobre a língua.¹⁷ o autor defende a tese de que houve duas revoluções científicas responsáveis por profundas alterações na história da humanidade.¹⁸ a primeira delas foi a invenção da escrita, que data do ano 3.000 a.c. (na cidade de uruk, antiga suméria) e se deve às injunções político-administrativas que as grandes cidades antigas

¹⁴ pècheux, m. (1983) *o discurso – estrutura ou acontecimento*. campinas: pontes, 1990.

¹⁵ nunes, j. h. leitura de arquivo: historicidade e compreensão. in: ferreira, m. c. l. & indursky, f. (org.) *análise do discurso no brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. são carlos: claraluz, 2007, p. 379.

¹⁶ conforme a teorização de pècheux, m. (1975) *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, 1997, p. 129 – 134, 155 – 157 e 159 – 160. e os desenvolvimentos de haroche, c. (1983) análise crítica dos fundamentos da forma sujeito (de direito). in: *fazer dizer, querer dizer*. são paulo: hucitec, 1992, p. 157 *et seq.* e orlandi, e. do sujeito na história e no simbólico. in: *discurso e texto* campinas: pontes, 2001, p. 99 – 108.

¹⁷ rodríguez, c. gramática, escrita e cidade. in: *introdução à biblioteca virtual das ciências da linguagem no brasil*. <http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/home/lerpagina.bv?id=7>, acessado em 05/09/2011.

¹⁸ auroux, s. *histoire des idées linguistiques. la naissance des métalangages en orient et en occident*. tome 1. lièges/bruxelles: mardaga, 1989.

impunham por conta do adensamento populacional, da complexificação das relações trabalhistas e contábeis e da construção de uma arquitetura monumental.

vers la fin du 4e millénaire apparaissent à uruk, un des grands centres urbains de sumer, des tablettes d'argile inscrites avec des signes en majorité pictographiques qu'on peut considérer sinon comme un système d'écriture accompli, du moins comme le précurseur de ce qui deviendra au cours des siècles l'écriture dite 'cunéiforme'.

l'invention de l'écriture apparaît dans le contexte archéologique de la culture appelée 'uruk tardif', caractérisée par la densification de l'habitat, des indices d'organisation quasi-industrielle du travail, une architecture monumentale (temples ? mais très probablement aussi des bâtiments avec fonctions économiques), le sceau-cylindre (imprimé par déroulement sur enveloppes d'argile, bouchons de jarre, serrures de portes, etc. d'une façon très générale on peut dire sans grand risque de se tromper que l'écriture est liée aux besoins de comptabilité et de gestion d'une administration confrontée à des tâches complexes. mais il très délicat de définir plus précisément dans quelles conditions concrètes cette invention si riche d'avenir a été opérée.¹⁹

a segunda grande revolução tecnológica apontada por aurox se deu no renascimento com a retomada massiva da tradição gramatical greco-latina tendo em vista a gramatização das línguas européias e ameríndias a partir de um mesmo modelo descritivo.

a exploração do planeta, a colonização e a exploração de vários territórios encetam o longo processo de descrição, na base da tecnologia gramatical ocidental, da maior parte das línguas do mundo. este empreendimento ramificado do saber multilíngüe – no

¹⁹ cavingneaux, a. le rôle de l'écriture, section 1 : l'écriture et la réflexion linguistique en mésopotamie. "em finais do 4º milênio aparecem em uruk, um dos grandes centros urbanos da suméria, tábuas de argila com inscrições de signos, em sua maioria pictográficos, que se pode considerar senão como um sistema completo de escrita ao menos como o precursor do que ao longo dos séculos virá a ser a escrita dita 'cuneiforme'. a invenção da escrita aparece no contexto arqueológico cultural chamado de uruk tardio, caracterizado pela densificação do habitat, indícios de organização quase industrial do trabalho, uma arquitetura monumental (templos? mas provavelmente também construções com funções econômicas), o selo-cilindro (impressão por rolamento sobre envelopes de argila, tampos de jarro, fechaduras de portas), etc. de forma geral, pode-se dizer sem grandes riscos de engano que a escrita está ligada às necessidades de contabilidade e de gestão de uma administração confrontada a tarefas complexas. mas é muito delicado definir mais precisamente em quais condições concretas esta invenção tão rica de devir foi operada". (in : aurox, s. *op. cit.* p. 99 – 100, tradução nossa).

contexto do qual nascerão tanto a gramática geral quanto a comparada – é tão único na história da humanidade quanto a física-matemática galeico-cartesiana, que lhe é contemporânea.²⁰

segundo o autor, as causas do desenvolvimento dos saberes lingüísticos são bastante complexas e atuam sempre conjunta e contraditoriamente, como: “a administração dos grandes estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre línguas ou o desenvolvimento de conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia.”²¹ apesar da diversidade de fatores, o purismo e a exaltação da identidade nacional são fenômenos recorrentes na constituição, espontânea ou por transferência, dos saberes lingüísticos.

o desenvolvimento do saber lingüístico tem como fonte o fato de que “a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver.”²² oralmente, aprende-se a falar uma língua, falando; mas desde que exista um sistema de escrita, é preciso apreendê-lo de modo específico. contrariamente à competência lingüística, é um sistema já completamente formado que é transmitido. daí a consolidação da instituição escolar e das descrições pedagógicas das línguas nacionais.

a expansão das nações acarreta indiscutivelmente uma situação de luta entre elas, o que se traduz, ao final, por uma concorrência, reforçada porque institucionalizada, entre as línguas. a velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam em estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos.²³

a unificação da língua através da literatura e dos instrumentos lingüísticos corrobora imaginária e materialmente a instituição do território em nação, conformando, assim,

²⁰ auroux, s. *a revolução tecnológica da gramatização*. campinas: ed. unicamp, 1992, p. 29-30.

²¹ auroux, s. *op. cit.* p. 28.

²² auroux, s. *op. cit.* p. 23 *et seq.*

²³ auroux, s. *op. cit.* p. 49.

sujeitos em cidadãos. tanto a escrita quanto os conhecimentos metalingüísticos materializados em gramáticas e dicionários são *tecnologias urbanas* que constroem a cidade como *lugar de civilização e escolarização*, lugar de uma língua ideal: urbana e nacional.²⁴ podemos dizer que o *paralelismo entre os processos de urbanização e de gramatização* contribuem para a consolidação do estado-nação ao estabelecerem uma centralidade para o território e uma unidade para a língua.²⁵ e a cidade é o espaço que possibilitará a coesão na circulação quotidiana e institucional desses saberes.

definir *a cidade* é tarefa complexa, pois não podemos desconsiderar sua relação com *as cidades*. para nós, essa relação se vislumbra paralela ao nó, tenso e constitutivo, entre *a língua* (construto teórico ou imaginário de unidade) e *as línguas* (praticadas de fato). ao mesmo tempo em que há imensa diversidade e possibilidades quase ilimitadas de realizações, tanto nas línguas quanto nas cidades, há algo da ordem do mesmo que faz com que, nas mais distintas formas concretizadas, se reconheça um funcionamento que pode ser conceituado como sistema, como estrutura ou como regularidade. este é um lado da questão. por outro lado, podemos tomar uma postura materialista baseada no fato de que o modo de produção da vida material determina o conjunto da vida social e política. no caso das línguas e das cidades, elas só podem ser o que são em vista das condições materiais da natureza (aparelho fonador, cérebro humano, planeta terra... tal como se nos apresentam) e da história (necessidade de relação entre os homens, disputa por sentidos, lugares, sobrevivência, acasos e contingências). tanto a língua quanto a cidade, enquanto conceitos, são uma tentativa de compreender o funcionamento do *mesmo* nas manifestações do *diferente*. é por essa via que o estabelecimento de tipologias se torna necessário.

eni orlandi, em sua discussão sobre tipologia de discurso, diz que “o *tipo*, em análise de discurso, tem a mesma função classificatória, metodológica, que têm as *categorias* na

²⁴ rodríguez-alcalá, c. *gramática, escrita e cidade*, in: introdução à biblioteca virtual das ciências da linguagem no brasil. <http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/home/lerpagina.bv?id=7>, acessado em 05/09/2011. pfeiffer, c. c. cidade e sujeito escolarizado. in: orlandi, e. (org.) *cidade atravessada*. campinas: pontes, 2001, p. 29.

²⁵ cf. rodríguez-alcalá, c. entre o espaço e seus habitantes. estado nacional e espaço. in: orlandi, e. (org.) *para uma enciclopédia da cidade*. campinas: pontes, 2003, p. 83.

análise lingüística.”²⁶ ao mesmo tempo em que, discursivamente, se busca a apreensão da singularidade, não podemos ficar ao sabor dos fatos, perdidos no empirismo. a *systematicidade* é condição de toda análise e deriva das relações com as condições de produção (lingüísticas, textuais, enunciativas e histórico-sociais).²⁷ como *ponto de encontro entre o geral e o singular*, a tipologia é um *princípio organizador* que nos permite reconhecer *funcionamentos historicamente sedimentados*.²⁸

eis o que destacamos da proposta do espanhol fernando chueca goitia em seu estudo sobre a cidade: a partir de tipos fundamentais (*produtos da história*) pode-se compreender os traços que sustentam a construção da cidade enquanto parte de um *processo histórico*.²⁹ o autor fala em tipologias de cidades, não de discursos, no entanto, dessas tipologias baseadas em características formais específicas podemos depreender regularidades que fundam a cidade enquanto *objeto de discurso*.³⁰ para além da distinção entre a cidade pública do mundo clássico, a cidade doméstica e campesina da civilização nórdica e a cidade privada e religiosa do islã, o que nos interessa na discussão de goitia é sua percepção de que o traço fundamental da cidade é a construção daquilo que se chama uma “alma coletiva”, um “conjunto”, um “limite”, enfim, a produção de uma unidade no campo do sensível.

podemos encontrar em vários tipos de cidade as marcas da materialização desse efeito de todo. a cidade medieval, para citar um exemplo, surge como uma organização comunal nascida da necessidade de se estabelecer um sistema de contribuições voluntárias que desse conta das constantes obras de construção e conservação das muralhas. esse orçamento *comum* tornou obrigatório um tributo que era inicialmente espontâneo, dando origem ao orçamento *municipal*. a cidade adquire, desde então, uma personalidade legal, uma existência material, independente da de seus membros e da qual as muralhas são um rastro.

²⁶ orlandi, e. (1982) sobre tipologia de discurso. in: *a linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. campinas: pontes, 2003, p. 217.

²⁷ orlandi, e. *op. cit.* p. 218 e 237.

²⁸ orlandi, e. *op. cit.* p. 234.

²⁹ goitia, f. c. (1982) *breve história do urbanismo*. lisboa: editorial presença, 2008.

³⁰ rodríguez-alcalá, c. a cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço. in: *escritos*, nº 06. campinas: labeurb/unicamp, 2002, p. 23 – 26. orlandi, e. & rodríguez-alcalá, c. a produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico. in: *escritos*, nº 08. campinas: labeurb/unicamp, 2004, p. 20 *et seq.*

ainda na busca por aquilo que funda o todo, o autor cita um ritual dos romanos no momento da fundação de uma cidade: “cavavam um pequeno fosso, chamado *mundus*, e os chefes das tribos que iam construir as novas cidades depositavam nesse fosso um punhado de terra do solo sagrado onde jaziam os seus antepassados. a partir desse momento, a cidade era também *terra patrum*, pátria.”³¹ a terra onde se *implanta* uma cidade é sempre pátria. o espaço comum é fundado, então, na *origem* comum. outro ponto interessante abordado por goitia é o caráter radicalmente histórico da cidade. falando da cidade renascentista em seu ideal artístico, o autor afirma haver sempre uma defasagem entre ideais de qualquer ordem e sua expressão. a cidade nunca nos é contemporânea, pois ela *demora a se fazer, dura muito tempo*, o que a torna uma realidade *recebida, herdada, histórica*. “numa palavra: a cidade é sempre *antiga*.”³² sua forma continua mesmo depois de desaparecida a forma social que a concebeu. nesse sentido é que a cidade é *história* em si própria, tendo para seus habitantes um caráter de *reliquia*. do ponto de vista artístico, esse devir característico da cidade não permite que a obra de arte seja plenamente acabada, é por isso que, esteticamente, toda cidade é uma *frustração* que testemunha justamente o processo histórico.

a existência independente proporcionada pela convergência entre os *muros* e as *comunas*, a terra feita *pátria* por meio da origem comum e os *contratempus* da história são formas de conceber o espaço *enquanto cidade* que projetam sentidos para o espaço como um todo *enquanto entorno*. daí nossa concepção de que mesmo a natureza é histórica e de que o campo também é determinado pelo urbano. essa circunscrição do espaço que funda a cidade é o *local de onde se contempla o campo como um arredor, como algo distante e subordinado*.³³

a distinção tradicional entre cidade e campo, constituída, essencialmente, através dos critérios demográfico (o número de habitantes na cidade ultrapassa um determinado limite – muitas vezes difícil de precisar) e econômico (o desenvolvimento de atividades

³¹ goitia, f. c. *op. cit.* p. 30.

³² goitia, f. c. *op. cit.* p. 33 *et seq.*

³³ goitia, f. c. *op. cit.* p. 18.

tipicamente urbanas onde o comércio e a fabricação predominam sobre o cultivo da terra), mostra-se, portanto, datada e circunscrita. o historiador francês georges duby afirma que essa definição tem forte ligação com as estruturas do estado moderno, uma vez que autoriza as classificações estatísticas e a ordenação do espaço e dos sujeitos (em moradores, eleitores, batizados, contribuintes, etc.). além disso, ela é dependente do mito do progresso fundado pelo modo de produção capitalista. logo, a compreensão da diferença entre cidade e campo através do critério demográfico-econômico é, como toda definição, uma marca temporal da relação com o espaço. seria, portanto, necessário buscar aquilo que caracteriza a cidade, a partir do ponto de vista histórico, como algo que permanece no tempo. qual seria sua regularidade?

tout au long de son histoire, la ville ne se caractérise donc ni par le nombre, ni par l'activité des hommes qui y font résidence, mais par de traits particuliers de statut juridique, de sociabilité et de culture. ces traits dérivent du rôle primordial que remplit *l'organe* urbain. ce rôle n'est pas économique. il est politique. *la ville se distingue du milieu qui l'environne en ce qu'elle est, dans le paysage, le point d'enracinement du pouvoir.* l'état crée la ville. sur la ville l'état prend assise.³⁴

novamente temos uma definição baseada na relação que a cidade funda com seu entorno. é somente porque ela é concebida como um *órgão*, um todo, um conjunto, que o restante do espaço se transforma em arredor, *ambiente do qual a cidade é centro*. para duby, a grande inovação do espaço urbano é que ele produz lugares de visibilidade do político através da centralização. no caso das cidades européias, o autor destaca o palácio, a catedral e a muralha como os edifícios-chave desse processo, pois projetam os poderes judiciário (respeitar a lei), religioso (velar as almas) e militar (expulsar os invasores) no quotidiano. se o estado é causa da cidade e a cidade é condição material para o estado, isso significa que o

³⁴ duby, g. (dir.) *histoire de la france urbaine*. tome 1 : la ville antique, tome 3 : la ville classique. paris : éditions du seuil, 1980, p. 13, grifos nossos. tradução nossa: “ao longo de sua história, a cidade não se caracteriza, portanto, nem pelo número, nem pela atividade dos homens que nela residem, mas por traços particulares de estatuto jurídico, de sociabilidade e de cultura. esses traços derivam do papel primordial preenchido pelo *órgão* urbano. esse papel não é econômico. ele é político. *a cidade se distingue do meio que a entorna por aquilo que ela é, na paisagem, o ponto de enraizamento do poder.* o estado cria a cidade. sobre a cidade, o estado se apóia.”

processo de urbanização é uma resposta historicamente determinada ao problema da estabilização do poder e da delimitação de sua atuação no contexto histórico da formação dos estados nacionais. as instituições urbanas surgem, portanto, nesse momento, da necessidade de governar a disputa pelo espaço. nesse contexto sócio-histórico distinguem-se dois tipos fundamentais de cidade, segundo nosso historiador espanhol: a cidade renascentista e a cidade barroca.³⁵

a cidade do renascimento europeu permanece sendo, formalmente, muito próxima à cidade medieval. pequenas, contíguas e distribuídas continuamente pelo território, elas estão na origem do *conceito unitário de nação* em oposição ao conceito antigo de cidade-estado, onde um *poder transeunte* carregava consigo suas instituições. o estado moderno deriva justamente da estrutura agrária medieval, fazendo da cidade a *condensação localizada dos instrumentos políticos exigidos para governar*. diante da dificuldade crescente em controlar todo o território sem um poder centralizado, a capital aparece como a materialização da permanência, através de uma burocracia organizada, de exércitos profissionais e de um mercado consumidor forte: “algo verdadeiramente representativo, imagem e condensação da realidade *nacional*.”³⁶ assim deixava a cidade de ser um meio para alcançar liberdade e segurança em relação ao poder senhorial para se tornar um meio de consolidação do poder político centralizado. nesse momento surge a cidade barroca, eminentemente consumidora, assento da corte, sede da monarquia e da nobreza, também como assunção de que as utopias urbanas quinhentistas não poderiam se realizar plenamente no mundo europeu.

eis a primeira manifestação da cidade moderna. ela pode ser considerada um *motor do desenvolvimento* pelo estabelecimento de novos tipos de relações comerciais e de novos lugares sociais que provocaram uma mexida nos processos de identificação do sujeito: uma “classe média intelectual e instruída, profissionais formados nos setores administrativos, advogados” são as figuras urbanas que inauguram uma nova relação com o estado.³⁷ são as cidades, formadas por essas novas posições-sujeito, que assumem o patronato das artes, dos

³⁵ goitia, f. c. *op. cit.*, p. 95 *et seq.*, 119 *et seq.*

³⁶ goitia, f. c. *op. cit.* p. 120-121, grifos nossos.

³⁷ calabi, d. *a cidade do primeiro renascimento*. são paulo: perspectiva, 2008, p. 16.

estudos e da criação de instituições urbanas de base. a vida pública não é mais gerenciada pelas cortes reais. a expansão das posições capazes de construir e gerir o espaço faz surgir a cidade como *objeto projetável*, que pode ter sua forma pensada e controlada, ainda que idealmente. é o momento do florescimento dos estatutos urbanos, onde se regulamentam as novas edificações citadinas, como “estruturas de defesa, ruas, pontes, arquiteturas religiosas, residências nobres, edificações públicas.”³⁸ a preocupação da europa neste momento é incentivar a *elegância* e a *magnificência* do espaço urbano; *durabilidade*, *comodidade* e *regularidade* são os valores que fazem parte das normas jurídicas e administrativas.³⁹ distantes, justamente, das práticas citadinas efetivas, esses ideais de transformação urbana são o eco de uma disputa de poder bastante prática entre a monarquia e a burguesia, onde a segunda ganha cada vez mais espaço por construir lugares públicos eficientes para a circulação de suas mercadorias. a atividade mercantil, depois a industrial, serão o parâmetro para o desenvolvimento *urbano* da cidade, tal como a conhecemos hoje.

no caso dos países de colonização, podemos refletir como essa espacialidade européia, que carrega a implicação entre estado e cidade, se impõe no território conquistado também como um *ponto de enraizamento do poder*. em contrapartida, devemos igualmente considerar as especificidades materiais do espaço colonizado, tanto em termos “naturais” (clima, relevo) quanto histórico-culturais (contato entre povos diferentes) que, certamente, resiste na formulação do futuro espaço nacional. não podemos pensar que o espaço encontrado pelos europeus fosse um espaço “natural.” havia, sim, uma imensa parte do território não explorada, o que não quer dizer que essa extensão espacial não fosse simbolizada de alguma forma pelos nativos (como espaço de vida) e até pelos próprios forasteiros (como espaço de enriquecimento e conquista). deparar-se com outra natureza e outra humanidade ressignifica o mundo conhecido deixando aí espaço para a produção da resistência nesse discurso de dominação.

a descoberta do continente americano significou a possibilidade de empreender os ideais urbanísticos da renascença. segundo goitia, a américa foi considerada uma terra virgem

³⁸ calabi, d. *op. cit.* p.17.

³⁹ calabi, d. *op. cit.* p. 18.

onde a utopia era um lugar possível. e, de fato, os protagonistas da colonização espanhola assim o fizeram ao planejar e executar cidades inteiras baseadas no rigor geométrico e na amplitude preceituada pelos primeiros urbanistas. tanto que a primeira legislação urbanística da idade moderna é a *lei das índias*, de 1573, voltada para a realização dos ideais do renascimento na américa espanhola. suas normas principais eram a uniformidade e padronização das ruas e quarteirões, edifícios públicos grandiosos e residências às margens de uma praça regular e central, sendo que a planta de qualquer estabelecimento a ser fundado deveria ser levada pronta da europa.⁴⁰ já na américa portuguesa, onde a interpelação dos indivíduos e do espaço se deu de maneira diferente, esse modelo geométrico não é tão visível no formato das cidades, mas pode-se perceber uma prática de construção ligada ao colonizador, como, por exemplo, o hábito que os portugueses tinham de fundar novas cidades nas zonas onde podiam reproduzir o modelo medieval: “um ancoradouro ligado a uma colina.”⁴¹ as práticas européias de ocupação e construção do espaço no novo mundo são ao mesmo tempo um *instrumento operacional* de conquista e um *sinal de identificação* à sua pátria. é importante notar que o *desencravamento* da europa,⁴² além de modificar profundamente o novo mundo, coloca sua própria civilização à prova e os efeitos da possibilidade real de construir um território planejado segundo preceitos racionais serão sentidos também no espaço urbano europeu, que passará por transformações urbanísticas consideráveis em razão da aceleração do crescimento e da industrialização que a abertura do mundo e o descobrimento de uma fonte sem fim de matéria-prima proporcionou. lembramos que é nessa mesma época que as línguas do mundo são instrumentalizadas em grande escala e outros tantos acontecimentos têm lugar pela primeira vez na história da humanidade, certamente como conseqüências do confronto radical com a alteridade que a chegada dos europeus ao novo mundo representou.

segundo o sociólogo espanhol enrique tierno galván, o descobrimento da américa seria o único fato da história em que presente e passado se encontram numa colisão sem

⁴⁰ benevolo, l. *história da cidade*. são paulo: perspectiva, 2009, p. 487.

⁴¹ benevolo, l. *a cidade na história da europa*. lisboa: presença, 1995, p. 123 *et seq.*

⁴² expressão de pierre chaunu. in: léon, p. (org.) *histoire économique et sociale du monde*, tome 1 *l'ouverture du monde*. paris: a. colin, 1977. *apud* benevolo, 1995, p. 121.

precedentes.⁴³ o imaginário do encontro de duas eras – a moderna e a pré-histórica – faz com que o “homem do renascimento” e o “homem do neolítico” fundem (juntos e desigualmente) um mesmo espaço. a história da colonização testemunha as conseqüências desse modo de compreender o encontro entre o velho e o novo mundo. para a periodização clássica da história, o neolítico é delimitado pelo início da sedentarização do homem como resultado do domínio sobre as técnicas agrícolas, o que implica na fundação das primeiras vilas e cidades; tendo seu término com o desenvolvimento da escrita na mais antiga civilização da história.⁴⁴ esse modo de classificação do tempo provoca um agrupamento reducionista das diferentes sociedades humanas, já que se aplicam categorias engendradas no pensamento europeu a sociedades que viveram segundo outras condições de produção. entretanto, o discurso de que há determinadas características definidoras da idade moderna nos portugueses que aportaram na costa brasileira (homens de seu tempo!), assim como de traços peculiares do final da idade da pedra nos povos americanos do século xvi (homens que estacionaram no tempo!) justifica imaginariamente a conquista e ocupação do território “descoberto”. o que interessa a nossa discussão é justamente a idéia do embate entre dois tempos e espaços profundamente distintos que foram sendo simbólica e violentamente neutralizados para dar lugar apenas à ocupação europeia do espaço. onde havia aldeias, fundam-se cidades; onde havia oralidade, inscrevem-se interpretações letradas; onde havia pedra lascada, sobrepõem-se metais e pólvora. a dominação era prerrogativa dos europeus e a resistência, ônus dos nativos. entretanto, nesse novo mundo em formação as posições não eram tão dicotômicas assim. europeus e nativos fundem-se na figura contraditória do *colono*, o primeiro assim designado pelo poder do estado português, o segundo assumido como tal pelo poder atrativo da igualdade, o que os une é a fuga da condição de degredados, escravos ou selvagens.

a cidade será, por excelência, o órgão institucionalizador desse novo espaço de convivência. ela surge no novo mundo para fixar um contraste vivo e concreto com a natureza através de atos oficiais que a criam nominal e espacialmente. junto com os

⁴³ *apud* omegna, n. (1962) *a cidade colonial*. brasília: mec/ebrasa, 1971, p. 90.

⁴⁴ a escrita marca os limites entre a história e a pré-história. é a possibilidade do registro, do arquivo e da interpretação dos fatos que funda a história.

portugueses, aporta na América uma cultura estatal, eclesiástica, militar, mercantil, humanista, monetária e legalista que encontrará no urbano seu lugar de afirmação e expansão. o espaço colonial não viveu a fase que opõe a cidade ao território.⁴⁵ a cidade colonial nunca foi autônoma como as cidades-estado greco-romanas ou renascentistas. ela é um impasse: depende da formação de um conjunto que só pode se fundar nela mesma. o todo originário da nação, antes mesmo de haver estado, só é possível pela construção de *saberes urbanos* que se centralizam enquanto um saber *nacional* marcado amiúde em detalhes, ruínas e grandezas. o espaço urbano testemunha então a convivência entre momentos diferentes representados de maneiras desiguais através de processos como sobreposição, ênfase ou destruição.

em *o mal-estar na civilização*, Freud refere a história da cidade de Roma como um exemplo da forte relação entre preservação, esquecimento e resíduo.⁴⁶ essa passagem nos dá bons indícios de como o vestígio pode ser trabalhado num estudo discursivo da história do espaço. considerada a *cidade eterna*, Roma é o lugar por excelência da contradição entre o rastro e o sentido do passado. o discurso dos historiadores remonta à *Roma quadrata* como a mais antiga povoação que deu origem à cidade de hoje. depois, veio o *septimontium*, uma federação das povoações de diferentes colinas, seguiu-se a ele uma cidade circunscrita pelo muro sérvio e, mais tarde ainda, após a república e os primeiros césares, a cidade que Aureliano cercou. Freud se pergunta o quanto um visitante, ainda que munido de grande conhecimento histórico e topográfico, pode encontrar na Roma atual de tudo o que restou dessas primeiras etapas. encontrará apenas restos escassos, brechas, escavações, ruínas e restaurações mesclados à grande metrópole que Roma se tornou depois do renascimento.

esse é o modo pelo qual a preservação é possível no espaço social: em meio ao presente, a um passado imaginado e a um desejo de futuro. se nada do que surgiu desaparecesse, todos os palácios, muros, ruas, praças, casas e templos se sobreporiam impossivelmente. sem fantasia, não há como representar uma seqüência histórica em termos espaciais a não ser

⁴⁵ Benevolo, I. *a cidade na história da Europa*. Lisboa: Presença, 1995, p. 128.

⁴⁶ Freud, S. (1929) *o mal-estar na civilização*. in: obras psicológicas completas, volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 78 – 79.

pela justaposição, o que implica que um mesmo espaço teria, concretamente, dois conteúdos diferentes. mesmo não havendo convivência espacial entre dois momentos históricos, há o resíduo como uma marca que remete à forma pela qual a diferença de sentidos se apresenta. é na contraditoriedade do presente que a história do todo e dos restos urbanos pode ser interpretada. desempenhando um papel fundamental na consolidação da nacionalidade, o espaço urbano centraliza instituições e afirma a necessidade de um espaço e de uma língua comuns nos quais todos possam se encontrar, se compreender e se reconhecer. as disputas pela permanência de determinados sentidos para esse *comum* estão no domínio da memória do texto urbano, seus rastros ficam impressos na materialidade da cidade e atestam a existência de uma *anterioridade* que pode ser formulada como tradição, passado, origem, etc. esse passado *em comum* diversamente qualificado funda tanto a língua como o espaço nacional a partir de histórias distintas que devem ser explicitadas.

3. do monumento ao patrimônio: um lugar de representação do *nós nacional*

os discursos que fundam determinados lugares como *referência* estabelecem, nos casos que analisamos, uma relação com a noção de *patrimônio* enquanto lugar material de identificação. esquecendo que a representação da origem é sempre imaginária, a eleição daquilo que um país herdou do passado, funda um ponto comum onde se pode reconhecer enquanto nação. a textualização das cidades que passaram pelo processo de colonização, por exemplo, se inaugura em *imaginários de retrospectão* fundados na história dos povos colonizadores. assim, o desenho urbano pode ser visto como o rastro de uma invenção de passado que deseja sobrepor-se às práticas espaciais dos povos que antes habitavam o território. não sem ambigüidade, as construções que se transformaram em referência, elevadas também, em vários casos, ao estatuto de *patrimônio histórico*, são qualificadas através de pares antitéticos como lugares de resistência ou submissão, invenção ou empréstimo, progresso ou decadência. os limites dessas disjunções devem ser compreendidos através da rede de discursos que fundou a noção de patrimônio.

seguindo a clássica reflexão de françoise choay, começaremos por explorar a instalação da diferença teórica entre *monumento* e *monumento histórico*. a autora relembra a origem latina da palavra *monumento*, derivada de *monere* (advertir, lembrar); aquilo que interpela a memória. monumento é todo artefato construído para se lembrar ou fazer lembrar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. o monumento tem, assim, uma forma específica de agir sobre a memória: o passado convocado pela afetividade adquire um modo sensível (concreto) de presença. defesa contra o traumatismo da existência, o monumento é garantia de origem e fuga da inquietude dos começos, ele tenta acalmar a angústia da morte e do aniquilamento.⁴⁷

a função do monumento, nesse sentido original, vai progressivamente perdendo importância nas sociedades ocidentais, com tendência à ressignificação e ao apagamento. choay percorre alguns dicionários franceses e constata uma mudança no sentido da palavra no final do século xvii. no dicionário de a. furetière (1690) ela observa a passagem de um valor de memória para um valor arqueológico. o dicionário da academia francesa (1694) instala a função memorial no presente através de um deslizamento em direção a valores estéticos e prestigiosos. com a revolução de 1789, o monumento passa a denotar o poder, a grandiosidade e a beleza. hoje, o monumento se impõe sem plano de fundo, interpela no instante, trocando seu antigo estatuto de signo (estar no lugar de) pelo de sinal (ser rastro, resto, amostra). esse apagamento da função de memória do monumento tem, segundo a autora, duas causas. primeiramente, o lugar de destaque que as sociedades ocidentais deram ao conceito de arte a partir do renascimento (a construção de um monumento passa a ser revestida de uma exigência de perfeição, o ideal de memória é substituído pelo ideal de beleza). em segundo lugar, o desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais, como por exemplo, a invenção da imprensa que confere à escrita um poder sem precedentes. o imaginário inaugurado pela difusão em massa do texto escrito abala (sem dúvidas, mas não sem contestações) o estatuto social da memória. aos que se encantam com o poder de quase saturação da escrita face às mnemotécnicas opõem-se os que aí enxergam a morte do monumento. as novas formas de conservação do passado o aprisionam sob

⁴⁷ choay, f. *l'allégorie du patrimoine*. paris : seuil, 1992, p. 14-15.

formas mais palpáveis, em livros, fotografias e vídeos. a fotografia, especificamente, provocou uma reviravolta na relação com a memória. segundo choay, ela é uma forma de monumento ao individualismo da nossa época, “o monumento da sociedade privada, que permite a cada um obter em segredo o retorno dos mortos, privados ou públicos, que fundam a sua identidade.”⁴⁸ por outro lado, a fotografia contribui também para a semantização do monumento-sinal. é pela circulação e difusão de sua imagem que o monumento chega às sociedades contemporâneas. a autora afirma que qualquer construção pode ser promovida a monumento pelas novas tecnologias. elas acabam legitimando a réplica visual, pouco importa que a realidade construída não coincida com suas representações mediáticas ou com suas imagens inventadas.⁴⁹

o monumento passa a ter, portanto, um caráter volitivo deliberado cujo destino é fazer reviver no presente um passado imerso no tempo. é o que ela chama de *monumento histórico*, uma criação *a posteriori*, uma seleção, entre outras construções possíveis, daquelas que serão o testemunho de *uma* história. françoise choay distingue dois modos essenciais de relacionar a memória viva com a história vivida. de um lado, um edifício pode ser considerado um objeto de saber que se integra linearmente ao tempo; ele é, de tal modo, relegado ao passado: testemunha, marca, rastro. de outro, ele pode afetar a sensibilidade artística do presente sendo considerado, muitas vezes sem a mediação da memória ou da história, uma obra de arte. em qualquer dos casos, por ocupar imaginariamente um lugar definitivo no conjunto fixado pelo saber, o monumento histórico exige, pela lógica deste mesmo saber, uma conservação sem reservas.

mas as práticas de conservação dos monumentos históricos pressupõem, ao menos, o estabelecimento de um quadro histórico de referência, a atribuição de um valor particular ao tempo e a sua passagem e a naturalização de valores estéticos. essa história, segundo choay, vai se constituindo pouco a pouco pela fusão de fragmentos que, primeiramente, foram designados como *antiguidades*, depois, como *monumentos históricos*. a autora percorre desde a fase “antigüizante” do *quattrocento*, onde os monumentos eleitos

⁴⁸ choay, f. *op. cit.* p. 18.

⁴⁹ choay, f. *op. cit.* p. 19.

pertenciam unicamente à antiguidade, até a fase de consagração, que institucionaliza a conservação do monumento histórico estabelecendo uma jurisdição de proteção. nesse percurso, ela relata o processo de valorização de objetos do passado através de um trabalho epistêmico do século das luzes e seu projeto de democratização do saber. diferentemente dos humanistas do século xv, que viam nos monumentos antigos a ilustração dos testemunhos de autores gregos e latinos, os antiquários do xviii desconfiam dos livros e consideram que o passado se revela em testemunhos involuntários, em inscrições públicas e, sobretudo, através do conjunto material de produções de uma sociedade. dessa forma, a invenção da idéia de *antiguidade nacional* reflete o desejo de prover a tradição cristã de um conjunto de edifícios históricos que possam afirmar a originalidade e a excelência da civilização ocidental. daí a necessidade de conservação incondicional desse “patrimônio”, pois ele representa a própria identidade da nação. a autora mostra que mesmo a legislação européia de proteção dos monumentos históricos coloca as questões afetivas como causa da necessidade de preservação.

é com a revolução francesa que as antiguidades nacionais passam a pertencer a toda a nação, deixando de significar um tesouro intocável do passado para ter um valor econômico construído através de metáforas seqüenciais, como herança, sucessão, patrimônio e conservação. sob pena de prejuízo financeiro, mas nunca perdendo o apelo afetivo de antiguidades nacionais, os bens patrimoniais são objeto de uma conservação iconográfica que transcende as fronteiras do tempo e do gosto. o estado revolucionário tem a necessidade de adaptar os bens nacionalizados aos seus novos usuários descobrindo novas funções para o que foi herdado. nesse ponto, choay coloca uma interrogação provocadora em relação à postura face à herança de um passado com o qual se deseja romper:

devaient-ils forcément admettre qu'une nation peut se donner le droit de détruire les fondements matériels de son histoire ? postuler des commencements absolus et penser qu'une nouvelle vision du monde puisse être institutionnalisée de toutes pièces revient à s'installer au cœur de l'utopie qui aboli le temps, au profit du pur instant et non de l'éternité, comme elle le prétend.⁵⁰

⁵⁰ choay, f. *op. cit.* p. 84. “deveriam eles obrigatoriamente admitir que uma nação pode se dar o direito de destruir os fundamentos materiais de sua história? postular começos absolutos e pensar que uma nova visão

ela continua, tomando partido quanto à necessidade de resistir aos sentidos que o passado adquiriu:

rompre avec le passé ne signifie ni abolir sa mémoire ni détruire ses monuments, mais conserver l'une et les autres dans un mouvement dialectique qui, à la fois, assume et dépasse leur signification historique originelle, en l'intégrant dans une nouvelle strate sémantique.⁵¹

todavia, não podemos esquecer que o passado é recortado a partir de um tempo futuro, que ele é invenção e seleção que institui *a posteriori* uma tradição. a idéia de nação funda-se sobre aquilo que é preciso lembrar-se de esquecer para construir esse efeito de um. se o *monumento* perdeu, como mostra choay, sua função de memória, o *patrimônio* instala a função de vínculo material com o passado através de um *bem* que apresenta mais do que um *valor afetivo* ou *de memória*. eficiente, a noção de patrimônio carrega ainda um *valor de propriedade* que nenhuma sociedade capitalista ousaria destruir. assim assegura-se imaginariamente a evidência da necessidade de preservação do patrimônio histórico.

hoje, quando vilas operárias se deterioram à sorte do tempo, quando casarões coloniais dão lugar a parques de estacionamento, quando degraus de igrejas barrocas servem de leito, provisório mas habitual, para aqueles que não têm um teto, como não ver na necessidade incondicional de preservar o patrimônio histórico uma construção que se furta a enfrentar o papel do passado na constituição da diferença social e dos processos de segregação, por exemplo, e não só do caráter congregador da nacionalidade? as construções urbanas são, muitas vezes, recobertas sob formas extremas de “salv guarda do patrimônio” que acabam “defendendo” a cidade de seus próprios habitantes, como se o espaço significasse por si só, independentemente das relações sociais, sem os sujeitos e sem as histórias que vieram e que estão por vir.

de mundo possa ser institucionalizada em todas as dimensões significa se instalar no interior da utopia que abole o tempo, em proveito do puro instante e do não da eternidade, como ela o pretende.” (tradução nossa)

⁵¹ choay, f. *op. cit.* p. 85. “romper com o passado não significa nem abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar um e outro num movimento dialético que, ao mesmo tempo, assume e ultrapassa sua significação histórica original, integrando-a em um novo extrato semântico.” (tradução nossa)

f. choay conclui *l'allégorie du patrimoine* com uma reflexão sobre a competência humana de edificar, num claro paralelo com a *competência lingüística*. em sua obra mais recente, a historiadora retoma essa idéia:

ce qui est en cause dans la problématique actuel du patrimoine, si nous voulons opter pour le destin d'*homo sapiens sapiens* plutôt que pour celui d'*homo protheticus*, c'est, redisons-le, la capacité de notre espèce à habiter le monde et à continuer de développer ce que j'ai appelé ailleurs notre « compétence d'édifier ». en effet, l'édification matérielle de notre cadre de vie relève de la même compétence symbolique que le langage. et, de même que la compétence de parler (un langage articulé) engage identiquement locuteur et auditeur, de même la compétence d'édifier engage identiquement bâtisseur et habitant.

l'institutionnalisation des sociétés humaines ne transite pas seulement par l'usage et la différence de leurs langues, mais aussi par les modalités différentes de leur insertion spatiale et temporelle dans le monde.⁵²

através da comparação com a linguagem enquanto uma *faculdade* que pode ser realizada de formas diferentes, a autora afirma a importância da relação com o espaço para as sociedades humanas tendo como base uma relação de *analogia* face à lingüística gerativa.⁵³ quando se toma a lingüística como a *ciência-piloto* das ciências humanas, o funcionamento da linguagem é tido como um modelo retirado de suas condições de produção para explicar o funcionamento da cidade. nessa perspectiva, a sociedade pode prescindir do simbólico. como afirma rodríguez-alcalá, também se abstrai a constitutividade do simbólico quando a relação entre a linguagem e o espaço é encarada sob a forma da *co-variação*, em que o espaço é considerado externo à língua, mas afeta seu funcionamento porque introduz mais

⁵² choay, f. *le patrimoine en question: anthologie pour un combat*. paris : seuil, 2009, p. xlv. tradução nossa: o que está em causa na problemática atual do patrimônio, se nós queremos optar pelo destino do *homo sapiens sapiens* mais do que pelo do *homo protheticus*, é, digamos novamente, a capacidade de nossa espécie de habitat o mundo e continuar a desenvolver isso a que chamei em outro momento nossa “competência de edificar”. com efeito, a edificação material de nossa vida advém da mesma competência simbólica que a linguagem. e, do mesmo modo que a competência de falar (uma linguagem articulada) engaja identicamente locutor e ouvinte, a competência de edificar engaja também construtores e habitantes. a institucionalização das sociedades humanas não transita somente pelo uso e pela diferença entre suas línguas, mas também pelas diferentes modalidades de sua inserção espacial e temporal no mundo.

⁵³ rodríguez-alcalá, c. a cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço. in: *escritos*, nº 06. campinas: labeurb/unicamp, 2002, p. 24 e 25.

um fator (o geográfico) de diversidade. de fato, toda a tradição dos estudos da linguagem funda-se sobre a investigação da tríade linguagem – sujeito – mundo. as diversas formas de conceituar cada um desses elementos, bem como as relações entre eles, estão, *grosso modo*, na base das diferenças entre as teorias lingüísticas. a partir das pesquisas na área da saber urbano e linguagem, carolina rodríguez-alcalá, explicita o modo pelo qual a teoria do discurso compreende a relação entre sujeito, linguagem e mundo. discursivamente, nem o sujeito é a representação psicológica de características biológicas, nem o mundo em que vive pode ser confundido com o meio natural. tanto o sujeito quanto o espaço resultam de um processo simbólico que se dá na história e que é constitutivo, mesmo que imaginariamente não-sabido. diante da evidência do sujeito e da evidência do dizer, caberia, segundo a autora, elaborar uma terceira evidência:

que é o que poderíamos chamar a “evidência do mundo”, pela qual este se apresenta como meio natural pré-constituído, apagando-se o processo histórico de produção do espaço (político) da vida humana. é essa a contribuição específica e inovadora que, a nosso ver, a reflexão promovida na área saber urbano e linguagem visa trazer para os estudos do discurso (e da cidade).⁵⁴

não devemos, conseqüentemente, esquecer que o espaço é histórico porque habitado por sujeitos históricos que produzem sentidos *im*-previstos na espacialidade do saber. no caso da cidade moderna, podemos dizer que os *pontos de referência* instauram lugares cuja significância é apropriada pelo espaço nacional urbano. o traçado dessa historicidade deve ser explicitada e não negada se quisermos compreender como um país constrói, através do cotidiano, suas referências mais institucionalizadas.

fundamentados numa concepção filosófica materialista, questionamos a transparência do sujeito, da língua e do espaço e, por isso, suspeitamos da evidência da noção de patrimônio. a palavra *patrimônio* designa um bem herdado que descende, segundo as leis, de pais a filhos. emprestada do vocabulário jurídico, essa palavra carrega a marca das relações

⁵⁴ rodríguez-alcalá, c. a cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço. in: *escritos*, nº 06. campinas: labeurb/unicamp, 2002, p. 23 – 26. rodríguez-alcalá, c. *a cidade como objeto de discurso: a linguagem e a construção da evidência do mundo*. comunicação apresentada no iv sead, porto alegre, 2009. texto inédito, fornecido pela autora.

familiares, que pressupõem um vínculo tido como natural entre antecessores e herdeiros. as construções urbanas de outras épocas são, portanto, investidas de um caráter hereditário e forjam, assim, o vínculo que funda o imaginário de unidade entre os cidadãos de um país. a eficácia desse discurso repousa na afetividade historicamente imputada aos antepassados com os quais temos uma ligação *naturalizada*. o discurso das relações de parentesco passa a significar também o espaço nacional como aquilo que herdamos do passado e que devemos, portanto, preservar, já que *nos* identificamos a ele. é também pela via da sucessão que a noção de patrimônio implica a de *propriedade*. o patrimônio é um *bem* cuja enunciação de propriedade constrói um *nós fundador da nação*. a produção desse efeito de coesão está na base das análises realizadas na terceira parte da tese, onde estudaremos o discurso da construção do espaço urbano no brasil através de marcas diversas.

para compreendermos a natureza discursiva desse *nós nacional*, gostaria que nos detivéssemos na reflexão sistêmica de émile benveniste sobre as relações de personalidade.⁵⁵ será que podemos explicar o *nós* como sendo o plural da primeira pessoa? o lingüista afirma que as relações propostas entre as três formas do singular (a saber, *eu*: pessoa subjetiva, *tu*: pessoa não-subjetiva e *ele*: não-pessoa) deveriam corresponder nas formas do plural. mas, nos pronomes pessoais, a passagem do singular ao plural não implica apenas uma pluralização. de saída, a unicidade inerente ao “eu” contradiz essa possibilidade, pois o “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas sim uma *junção* entre o “eu” e o “não-eu”, formando uma totalidade na qual os componentes não se equivalem. no caso do *nós inclusivo* (eu+vocês), predomina a segunda pessoa, no caso do *nós exclusivo* (eu+eles), prevalece a primeira; dominância que se acentua no caso do *nós indiferenciado* das línguas indo-européias, a ponto de a junção entre dois elementos tornar-se perceptível apenas com uma análise mais apurada. de forma geral, então, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa: “o ‘nós’ anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas.”⁵⁶ entretanto, poderíamos dizer que, o *nós nacional* anexa a um imaginário de unidade uma globalidade *distinta* de outras pessoas, já que é justamente a produção da

⁵⁵ benveniste, e. (1946) estrutura das relações de pessoa no verbo. in: *problemas de lingüística geral i*. campinas: pontes/ed. unicamp. 1997, p. 256 *et seq.*

⁵⁶ benveniste, e. *op. cit.* p. 258.

diferença entre *nós* e *eles* ao mesmo tempo em que sua necessidade de representação (referenciação e predicação) o confunde com o lugar enunciativo da não-pessoa. benveniste termina seu artigo com a emblemática afirmação de que somente a terceira pessoa, sendo uma não-pessoa, admite um *verdadeiro plural*. mas em que consiste esse verdadeiro plural? pelos indícios de sua escrita, podemos admitir que o plural no sentido dado por benveniste equivale a uma *multiplicação de objetos idênticos*, o ‘mais de um’ desse mesmo um, ou seja, a produção de identidades pela afirmação da igualdade. é justamente assim que compreendemos o funcionamento do *nós nacional*. ele produz um plural de igualdade que deseja ser a delimitação da nação através da repetição dos iguais, é um *nós inclusivo* no qual ninguém diz “eu”, pois exige a representação coletiva da generalidade indecisa que o compõe e que importa porque produz um lugar de identificação. o *nós nacional*, assim como a não-pessoa, suporta uma amplitude referencial que não reflete apenas a *presente instância do discurso*, mas tenta estabelecer uma referência objetiva: *nós* equivale à nacionalidade e, como tal, demanda uma representação que *fale por si* ou *em seu nome*. até agora, podemos afirmar que a cidade fala em nome da nação e a construção de um patrimônio materializa o engajamento dos cidadãos a esse espaço abstrato.

terceira parte

a produção do espaço no brasil

diversidade. uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo; mas, à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, plantas, formigas, pernas de formigas, até o infinito. tudo isso se engloba sob o nome de campo.
blaise pascal, *pensamentos*

1. colonização e historicidade do espaço

quando, na segunda parte da tese, delineamos um paralelo entre a formação das línguas nacionais e os ideais urbanos, abordamos o nascimento das cidades medieval, renascentista e barroca na europa tendo em vista a formação da nação e a diferença desse mesmo processo em relação à fundação das cidades coloniais. a principal característica da construção do espaço colonizado é que ele é o produto de uma *transposição*. nelson omegna dirá que a cultura européia só funciona em *clima urbano*. num mundo desconhecido e organizado de outra forma, “impõe-se plantar a cidade.”¹ segundo o sociólogo, a cidade colonial nasce da necessidade de se isolar a sede da cultura que *transmigra* ao novo mundo, sob pena de absorção pela cultura aborígine. “a cidade que se vai construir, para contraste com o resto do continente, que é ilimitado, tem que ser o espaço limitado, estreito, finito, cercado.”² omegna afirma ainda que a cultura portuguesa *transplantou-se* em bloco, cristalizada em forma de cidades européias como uma explosão de força. aos poucos, porém, a *cidade transferida* começa a se acomodar às realidades econômicas e geográficas do meio americano. “a cidade se *transfigura*.”³

de sua feição de burgo centralizado, com os moradores encerrados na linha apertada das cercas e muralhas, a cidade, à medida que se aclimata ao ambiente social americano, se descentraliza. por isso, enquanto as cidades primeiras, européias, do litoral são compactas e

¹ omegna, n. (1962) *a cidade colonial*. brasília: mec/embrasa, 1971, p. 08.

² omegna, n. *op. cit.* p. 08.

³ omegna, n. *op. cit.* p. 53, grifos nossos.

estreitas, as do interior são urbes centrifugadas, de onde cada casa se lança na direção dos campos.⁴

de sua parte, o arquiteto paulo santos afirma que as cidades do brasil colonial podem ser consideradas antes como *cidades portuguesas do brasil* do que como cidades brasileiras em razão de um traçado reconhecido como tendo uma dupla origem comum: a *informal* da idade média e a *formalizada* da renascença.⁵ para além da verificação concreta desse argumento, é interessante observarmos seus desdobramentos: de um lado, a constatação de que a cidade do brasil colonial era um duplo da cidade portuguesa em outro espaço; de outro, a compreensão de que essa localização outra, nascida de um processo de *transposição*, acarreta uma *transfiguração*. vejamos, então, mais de perto algumas filiações do discurso sobre o espaço brasileiro. de maneira geral, podemos delinear as posições da seguinte forma. num primeiro momento, o contato com o desconhecido provocou a necessidade de reconhecimento e descrição pormenorizada do espaço e seus habitantes: fase dos primeiros cronistas que assumiam a diversidade das terras brasileiras e buscavam entender o modo de ocupação indígena para que a conquista fosse possível e eficaz. a identificação da diferença cedeu, pouco a pouco, lugar à valoração e hierarquização dos poderes em jogo na constituição daquele novo espaço. quando a posse do território não estava mais em disputa, a preocupação era a de reinventar o passado para que a unidade nacional fosse possível; é o tempo dos naturalistas que romantizam a paisagem pré-colonial e reafirmam o caráter espontâneo da apropriação européia sobre o espaço que encontraram. a colonização cria, a nosso ver, a idéia de espaço natural que, por sua vez, sustenta a necessidade da civilização do espaço, seja em cidade, seja em campo. comecemos por examinar as práticas simbólicas que levam à concepção do espaço pré-colonial como natural.

⁴ omegna, n. *op. cit.* p. 54.

⁵ santos, p. (1968) *formação de cidades no brasil colonial*. rio de janeiro: editora ufrj/iphan, 2008, p. 19 *et seq.*

podemos afirmar que o nome é contemporâneo à descoberta e a simbolização de um espaço.⁶ sua existência não é estritamente dependente do nome, mas é ele que a significa.⁷ no entanto, um espaço não-nomeado e não-habitado não pode simplesmente ser categorizado como natural. a natureza, até mesmo quando intocada, faz parte da história. com relação ao espaço brasileiro, o discurso naturalista foi reforçado nas descrições da paisagem colonial feitas pelos primeiros historiadores brasileiros e fundaram a imagem de uma *natureza virgem de terras desabitadas*, reafirmada, sobretudo, a partir dos trabalhos de capistrano de abreu⁸ e caio prado júnior.⁹ a idéia de que o espaço colonial brasileiro é uma *paisagem natural* está presente também nos relatos dos viajantes do século xix, época em que o continente foi visitado e esquadrinhado, coletado e estudado de forma sistemática por cientistas que impunham seus modelos deterministas e evolucionistas à descrição do novo mundo.¹⁰ além de pressuporem que a natureza determina da mesma forma tanto a ocupação portuguesa como a indígena, os naturalistas acreditam que a relação com o espaço é atemporal, independente da cultura e fora da história.

por outro lado, antes da consolidação do naturalismo, vários cronistas do século xvi relatam que no brasil colonial “aldeias, roças e acampamentos indígenas, matas e campos utilizados para a caça e recortados por trilhas que ligavam parentes, amigos e territórios inimigos” conviviam com “cidades e vilas coloniais e propriedades rurais que refletiam enclaves europeus.”¹¹ pero vaz de caminha, hans staden, jean de léry, pero de magalhães gandavo, gabriel de souza soares, fernão cardim mostraram, de forma geral, que as sociedades indígenas tinham uma dinâmica própria no continente americano, uma história que a chegada dos europeus não interrompeu; pelo contrário, num primeiro momento os colonos e a metrópole assimilaram-se a ela para, num segundo momento, dominá-la. e a dominação

⁶ nunes, j. h. *dicionários no brasil: análise e história do século xvi ao xix*. campinas: pontes, são paulo: fapesp, são josé do rio preto: faperp, 2006, p. 83 *et seq.*

⁷ trataremos do conceitos de nome próprio e seus desdobramentos na próxima seção.

⁸ abreu, c. de (1922ca.) *caminhos antigos e povoamento do brasil*. belo horizonte: itatiaia, são paulo: editora da universidade de são paulo, 1989.

⁹ prado júnior, c. *formação do brasil contemporâneo*. são paulo: brasiliense, 1976, p.23.

¹⁰ correa, d. s. historiadores e cronistas e a paisagem da colônia brasil. in: *revista brasileira de história*, vol.26, n.51, 2006, p. 85 *et seq.*

¹¹ correa, d. s. *op. cit.* p. 85 *et seq.*

seu deu através da imputação de uma singularidade, interpretada como exotismo, a tudo o que é brasileiro. em *terra à vista*, eni orlandi afirma que:

o princípio talvez mais forte da constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz dos discursos das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e desconhecer (apagar) o histórico, o político. os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos.¹²

esse discurso da singularidade brasileira aparece fortemente na descrição do espaço, quando notamos uma necessidade de construir o único, o inédito e revesti-lo de sentidos conhecidos. vejamos como a identificação da unicidade do espaço se dá no relato de gabriel soares de souza, em seu *tratado descritivo do brasil* de 1587, sobre a fundação da capital colonial e o início da edificação do espaço brasileiro:

como thomé de souza acabou de desembarcar a gente d’armada e a assentou na villa velha, mandou descobrir a bahia, e que lhe buscassem *mais para dentro* alguma abrigada melhor que a em que estava a armada, para a tirarem *d’aquelle* porto da villa velha, onde não estava segura, por ser muito desabrigado; e por se achar logo o porto e ancoradouro, que agora está *defronte* da cidade, mandou passar a frota para *lá* por ser muito limpo e abrigado; e como teve a armada segura mandou descobrir a terra bem, e achou que *defronte* do mesmo porto era o melhor sitio que por ali havia para edificar a cidade, e por respeito do porto assentou que não convinha fortificar-se no porto de villa velha, por *defronte* d’este porto estar uma grande fonte bem á borda da água que servia para aguada de navios e serviço da cidade, o que pareceu bem a todas as pessoas do conselho que nisso assignaram. e tomada esta resolução se pôz em ordem para *este* edifício, fazendo primeiro uma cerca muito forte de pao a pique, para os trabalhadores e soldados poderem estar seguros do gentio. como foi acabada, arrumou a cidade *d’ella para dentro*, arruando-a por boa ordem com as casas cobertas de palma ao modo do gentio, em quaes por entretanto se agazalharam os mancebos e soldados que vieram na armada. e como todos foram agazalhados, ordenou de cercar esta cidade de muros de taipa grossa, o que fez com muita brevidade, com dous baluartes ao longo do mar e quatro da banda da terra, em cada um d’elles assentou muito formosa artilharia que para isso levava, com o que a cidade ficou

¹² orlandi, e. *terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. são paulo: cortez, campinas: ed. unicamp, 1990, p. 15.

muito bem fortificada para se segurar do gentio; em a qual o governador fundou logo um collegio dos padres da companhia e outras igrejas e grandes casas, para viverem os governadores, casas de camara, cadeia, alfândega, contos, fazenda, armazéns, e outras officinas convenientes ao serviço de s. alteza.¹³

assim como em outros discursos que descreveram a chegada dos colonizadores à costa sul do atlântico e se tornaram fundadores de uma memória nacional brasileira, esse relato constrói uma diferença opositiva entre *nós* e *eles*, *aqui* e *lá*, *daqui em diante* e *antes* (poderíamos até dizer evolutiva, no sentido de que um dos lados dessa oposição deseja sobrepor-se ao outro). esses elementos lingüísticos encontram significado num jogo entre o exterior da língua e seu lugar no sistema. em termos teóricos, foi justamente a partir da reflexão sobre os marcadores dêiticos que os estudos da linguagem passaram a desconfiar da autonomia absoluta do sistema lingüístico face aos acontecimentos considerados extralingüísticos. para compreender o sentido dos pronomes, dos advérbios espaciais e temporais, de verbos espaciais e dos morfemas verbais de tempo é preciso recorrer às condições de enunciação, a outros enunciados, aos referentes, ou seja, à história de enunciação e ao sujeito que enuncia. do ponto de vista discursivo, o sentido dos dêiticos é tão atrelado às condições de sua produção quanto qualquer outro elemento da língua. entretanto, o caráter subversor que os dêiticos adquiriram com relação ao fechamento do sistema lingüístico mostra uma propriedade importante do funcionamento da língua em todas as suas dimensões: o fato de que, para significar, ela deve ser remetida à história. como vimos discutindo com relação às propriedades metafóricas e poéticas, em todos os níveis de análise lingüística encontramos marcas dessa relação intrínseca com o fora da língua.

no caso do relato de gabriel soares de souza alguns elementos lingüísticos marcam o contraponto entre colonizadores e colonizados, notadamente, a disjunção entre dentro e fora significada pelo contraste segurança/insegurança. esse funcionamento pode ser observado através da produção de um alinhamento semântico entre ‘dentro’: *abrigo*, *seguro*, *porto*,

¹³ souza, g. s. de *tratado descritivo do brasil em 1587*. rio de janeiro, typographia universal de laemmert, 1851, cap. iii.

cerca, casa, muro, cidade (representando, em última análise, o *colonizador*) que é oposto a sua contraparte pouco dita (mesmo não-dita), mas que fica significada negativamente como aquilo que deve estar de ‘fora’ como *ameaça, insegurança, abertura, oca, aldeia: o gentio*. é baseada nesta necessidade de proteção imposta pela invasão que a cidade brasileira é fundada: “em cada um d’elles [baluartes ao longo do mar] assentou muito formosa artilharia que para isso levava, com o que a cidade ficou muito bem fortificada para se segurar do gentio; em a qual o governador fundou logo um collegio dos padres da companhia e outras igrejas e grandes casas, para viverem os governadores, casas de camara, cadeia, alfândega, contos, fazenda, armazéns, e outras officinas convenientes ao serviço de s. alteza.”¹⁴ o limite externo das cidades coloniais é sempre provisório, por isso só é necessário construir muralhas em cidades próximas à costa que precisam ser fortificadas¹⁵ ou para marcar uma filiação urbana à cidade medieval européia.¹⁶

diferentemente da história européia, onde a formação das cidades foi uma consequência da concentração de pessoas, da circulação de mercadorias e da invenção do capitalismo mercantil, as cidades brasileiras nascem por causa da colonização e os propósitos de dominar a ocupação do espaço se refletem no desenho do texto urbano colonial. por oposição à cidade européia, a cidade brasileira pode ser considerada institucional, fundada por decreto num território tomado, cercado e defendido primeiro militarmente, depois quotidianamente através da presença de instituições que representam o poder da metrópole e espalham gentes e saberes a ela sujeitos. bethania mariani aponta, por exemplo, a cidade, os portos e fortes brasileiros como locais de administração e legitimação de uma ambiência lingüístico-cultural predominantemente portuguesa.¹⁷ o fato de as primeiras edificações do brasil colônia serem igrejas, prédios públicos e grandes casas mostra um interesse institucional na circulação corriqueira do povo que se constituía no novo território. não foi somente a ocupação do espaço por portugueses e indígenas que determinou a forma das cidades, mas, sobretudo, um gesto de poder da coroa portuguesa calcado na política de

¹⁴ souza, g. s. de *op. cit.*

¹⁵ benevolo, l. *a cidade na história da europa*. lisboa: presença, 1995, p. 137.

¹⁶ omegna, n. (1962) *a cidade colonial*. brasília: mec/ebrasa, 1971, p. 17.

¹⁷ mariani, b. *colonização lingüística*. campinas: pontes, 2004, p. 31.

controle sobre o espaço colonial e, conseqüentemente, sobre os sujeitos e saberes constituídos ali.

nesse processo de apropriação, o espaço é significado disjuntamente ou como natural ou urbano ou rural. entretanto, sabemos que os limites entre eles é imaginário: que o espaço natural é naturalizado e que o espaço urbano não se constitui sem relações com o espaço rural. atualmente, podemos dizer que o imaginário urbano se sobrepõe ao campo, que os critérios para descrever o rural são baseados em elementos citadinos (grandeza, modernidade, riqueza, diversidade). mas as características tidas como próprias a um espaço podem ser encontradas em outro, sem, contudo, que a cidade deixe de ser identificada como urbana e o campo como rural. o capítulo ix do *tratado descritivo* de g. soares de souza apresenta uma descrição minuciosa do centro de salvador em finais do século xvi:

passando além da sé pelo mesmo rumo do norte, corre outra rua mui larga, também occupada com lojas de mercadorias, a qual vai dar comsigo um *terreiro* mui bem assentado e grande, aonde se representam as festas a cavallo por ser maior que a *praça*, o qual está cercado em quadro de nobres casas. e occupa este *terreiro* a parte da rua da banda do mar um sumptuoso collegio dos padres da companhia de jesus, com uma formosa e alegre igreja, onde se serve o culto divino com mui ricos ornamentos, *a qual os padres tem sempre mui limpa e cheirosa.*

tem este collegio grandes dormitórios e muito bem acabados, parte dos quaes ficam sobre o mar com grande vista; cuja obra é de pedra e cal, com todas as escadas, portas e janelas de pedrarias, com varandas, e cubículos mui forrados, e por baixo lageadas com muita perfeição, o qual collegio tem grandes cercas até o mar, com água muito boa dentro, e ao longo do mar tem umas terracenas, onde recolhem o que lhe vem embarcado de fora. tem este collegio ordinariamente oitenta religiosos, que se occupam em pregar e confessar alguma parte d'elles, outros ensinam latim, artes, theologia e casos de consciência, com o que tem feito muito fruto na terra; o qual está muito rico, porque tem de s. m. cada anno quatro mil cruzados e davantagem, e importam-lhe-há a outra renda que tem na terra outro tanto; porque tem muitos curraes de vaccas, onde se affirma que trazem mais de duas mil vaccas de ventre, que nesta terra parem todos os annos, e tem outra muita grangearia de suas roças e

*fazendas onde tem todas as novidades dos mantimentos, que se na terra dão em muita abundância.*¹⁸

uma rua larga, destinada ao comércio, desemboca num terreiro espaçoso, considerado mais apropriado para a realização de festas do que a praça, ambiente tipicamente urbano. *terreiro* e *praça* são denominações-fronteira entre o espaço rural, num caso, e urbano, no outro; mas no início da construção da cidade brasileira, esses dois ambientes com funções parecidas convivem onde se deseja que haja um espaço nacional. o centro avança cercado de casas nobres e de um colégio jesuíta com sua igreja, lugares de instrução religiosa e erudita, espaços que nasceram das necessidades e condições que a vida urbana constituiu. a instituição se mantém através de atividades agrícolas, acolhidas com sucesso no espaço urbano em formação. notemos que o historiador se preocupa em dar notícia da variedade das coisas que há na cidade, dos valores que ela reforça, de sua gestão e sustento. o verbo *ter* é recorrente neste recorte do relato, sendo extremamente produtivo em seus significados. analisando as condições do aparecimento do verbo *ter* neste trecho, podemos notar, com base em suas possibilidades de sinonímia, que ele é uma forma não-marcada que dilui em sentido de posse as diversas formas de se apropriar de um território.

a qual os padres tem sempre mui limpa e cheirosa – (bitrans.) manter, conservar
tem este collegio grandes dormitórios – (trans. direto) conter, incluir, possuir, apresentar
o qual collegio tem grandes cercas – (trans. direto) conter, incluir, possuir, apresentar
e ao longo do mar tem umas terracenas – (trans. direto) conter, incluir, possuir, apresentar
tem este collegio ordinariamente oitenta religiosos - (trans. direto) contar com, dispor de
com o que tem feito muito fruto na terra – (bitrans.) auxiliar de pret. perf. comp., durativo
o qual está muito rico, porque tem de s. m. cada anno 4 mil cruzados... - (bitrans.) receber
e importam-lhe-há a outra renda que tem na terra outro tanto - (bitrans.) receber
porque tem muitos curraes de vaccas – (trans. direto) possuir
e tem outra muita grangearia de suas roças e fazendas – (trans. direto) possuir
onde tem todas as novidades dos mantimentos - (trans. direto) conseguir, alcançar

verbo de descrição, afirmação de posse, pertencimento e existência, *ter* materializa as condições de produção do discurso sobre o território brasileiro. a polissemia desta forma verbal também responde a injunções históricas, visto que no momento era preciso dar

¹⁸ souza, g. s. de. *op. cit.* cap. ix.

realidade a um espaço inexistente para o mundo europeu. esse embate entre as referências européias e as autóctones está sempre presente na constituição do espaço brasileiro. determinado pela colonização, o brasil se filia ao velho mundo a partir de relações de imposição e resistência que produzem o espaço nacional e os dizeres sobre ele.

podemos dizer que o discurso dos primeiros cronistas europeus produzido no século xvi reflete a dificuldade de apreensão de um espaço não homogêneo, incompreendido e radicalmente diferente do conhecido pelo europeu. naquele momento, uma descrição heterogênea dos fatos era fundamental para o sucesso da ocupação, pois assim permitiria a compreensão das especificidades da colônia e a construção de estratégias eficientes para a dominação. já no século xix, época da ascensão do discurso naturalista, quando o espaço brasileiro já estava definido, era preciso, então, construir a idéia de nação, regular o discurso sobre as origens e justificar a ocupação portuguesa apagando a disputa desigual com os nativos. o discurso naturalista, perpetuado a partir da independência do brasil, trata as terras americanas antes da descoberta como um vasto território natural habitado de maneira localizada por populações selvagens. dessa forma, o espaço manejado pelos europeus é sobreposto ao espaço habitado pelos povos indígenas como se fosse um espaço não-habitado. entretanto, é preciso lembrar que a relação desses dois grupos humanos (evidentemente não-homogêneos em si mesmos) com a terra se ancora em histórias distintas, produzindo configurações espaciais diferentes. como vimos insistindo, qualquer espaço geográfico deve ser considerado também histórico, não-natural. mesmo grandes porções de natureza, territórios incógnitos, ermos, selvagens fazem parte da história e do universo simbolizado pelo homem, mas, por vezes, são significados imaginariamente como naturais. a natureza justifica o fato de alguns territórios serem alvo de curiosidade, de expansão e conquista através de uma argumentação baseada fundamentalmente na seguinte interpretação: a ocupação do espaço pode se dar de maneira fluida, como no caso das sociedades nômades e indígenas, onde a relação é de *pertencimento*, de um certo *continuum* entre o homem e a natureza; ou de forma incisiva, como na tradição européia, onde a propriedade da terra pertence a um indivíduo ou ao estado e há *apropriação* da natureza pelo homem.

observamos, pois, nos primeiros discursos sobre o território descoberto a construção da oposição entre o natural e o civilizado, oposição que afirma a natureza como um espaço a ser urbanizado ou ruralizado e os índios como povos a serem civilizados. uma das primeiras atitudes dos portugueses para conquistar o território brasileiro foi construir instituições que representassem o poder e o modo de vida europeu. igrejas, conventos e escolas, enquanto lugares de repetição pela submissão à fé ou à ciência, formaram os núcleos urbanos inaugurais da cidade brasileira. diferentes espaços foram fundados e com eles, a urbanidade.

assim formada, a cidade brasileira constrói um imaginário de unidade para o espaço. diz cornélius castoriadis que quando falamos em *imaginário*, desejamos falar de algo “inventado”, quer se trate de uma invenção absoluta ou de uma escorregadela do sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações.¹⁹ para o filósofo, nos dois casos, entende-se que o imaginário se separa do real e deve, portanto, utilizar o simbólico não apenas para se exprimir, mas para *existir*. inversamente, a simbolização pressupõe a capacidade imaginária de ver em algo aquilo que ele *ainda* não é, uma capacidade irreduzível de evocar uma imagem para que algo signifique.²⁰ o nome e a imagem são formas de atestar e significar a existência das coisas. eles podem ser considerados, por isso, um tipo de arquivo onde a permanência os inscreve na memória e sua formulação os atualiza no discurso. nomes e imagens estão, portanto, para a cidade assim como o arquivo está para o imaginário: eles organizam as fronteiras da interpretação.

enquanto *simbólico realizado*, tanto a linguagem quanto a imagem fundam um imaginário de representação das palavras e das coisas. ao contrastar linguagem e imagem, paul henry faz três observações interessantes que buscaremos relacionar com o funcionamento do nome próprio no espaço urbano. primeiramente, a negação é impossível na imagem, não há nela uma não-coisa; pode haver ausência ou acréscimo se pensarmos que a imagem funciona na co-presença de outra imagem considerada “completa”. também não há universal ou genérico na imagem (como algo equivalente aos nomes comuns ou expressões

¹⁹ castoriadis, c. (1975) *l'institution imaginaire de la société*. paris : éd. du seuil, 2006, p. 190.

²⁰ castoriadis, c. *op. cit.* p. 191.

como *todos os homens*); diante de uma imagem há, no máximo, um objeto qualquer, mas sempre especificado. por fim, não há imagem atemporal, pois ela está, por definição, sempre fora do tempo; toda imagem é um eterno instante.²¹ ao nome próprio podemos atribuir essas mesmas características de não-negação, especificação e repetibilidade. a partir dessas propriedades comuns, nome próprio e imagem serão tomados como *marcas significantes* nas análises que seguem.²²

2. história de nomes e coisas

quando as sombras avançam na estrada é preciso aldear [nomear?].
manoel de barros, *caderno de andarilho*

o nome *está no lugar do* objeto, não como uma sua representação, mas como uma fundação. diremos que nomear é *dar existência simbólica* às coisas, porquanto, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que parece difícil afirmar que o mundo é criado no momento de sua nomeação, é o nome que o faz existir para o mundo da linguagem. a existência concreta, fora da linguagem ou do pensamento, embora incontornável, é insuficiente para o sujeito de linguagem. antes da palavra, as coisas existem, mas nos são inacessíveis, pois o nome desenha fronteiras e organiza o mundo, criando distinções e inexistências. tanto a negação da generalidade pregada pelos nominalistas, quanto a relação direta entre linguagem, pensamento e mundo pregada pelos empiristas são formas complementares de idealismo. no primeiro caso, subestima-se a forma, pois ela é separada do sentido; no segundo, despreza-se a opacidade da matéria na medida em que ela é atravessada em busca do real. no campo da filosofia da linguagem, mesmo sendo diversos os pressupostos e suas conseqüências, trata-se sempre de regular o modo de concepção da relação da língua com o fora dela. é a isto que se chama *referência*. o que diz a linguagem

²¹ henry, p. *a ferramenta imperfeita*. campinas: editora da unicamp, 1992, p. 172-173.

²² orlandi, e. *sobre tipologia de discurso*, a respeito da diferença entre marcas e propriedade.

lagazzi, s. *a materialidade significante em análise*, sobre o conceito de materialidade significante.

sobre o mundo? restringiremo-nos aqui às discussões que a categoria de *nome próprio* suscita a partir do problema da referência, tal como posto no domínio da lógica e da filosofia da linguagem, particularmente em finais do século xix e início do xx. apresentaremos sucintamente algumas linhas de reflexão sob as quais a lingüística se apóia para tratar este problema.

a discussão do nome próprio deriva de uma definição *a priori* da categoria de nome comum ou geral, definido como *o nome de uma classe*.²³ nome prototípico, o nome comum é o modelo para a descrição das características do nome próprio como particularizações ou ausências. o problema dessa abordagem, segundo os lingüistas, é que o nome próprio fica reduzido à classe dos substantivos, quando, no funcionamento ordinário da linguagem, temos unidades polilexicais e até outras classes de palavras que cumprem a mesma função semiótico-referencial do nome próprio. com esta crítica, visa-se a descrever o fato de haver seqüências que entram na língua como um *conjunto* dotado de um estatuto denominativo que guarda certa tensão entre unidades não inseparáveis e designam, assim, um referente singular de forma única.²⁴ estamos, por enquanto, entre a forma e a função...

john stuart mill sustenta que os nomes próprios são vazios de significação e não possuem nenhum conteúdo descritivo, sua única função seria referir a um indivíduo.²⁵ gottlob frege distingue *sentido e referência*, sendo esta última o *valor de verdade* de uma proposição.²⁶ o lógico alemão não explicita qual seria exatamente o *sentido* do nome próprio, mas, por sua aproximação com bertrand russell pode-se sugerir que seja uma *descrição definida* que atribui sempre uma propriedade àquele que ela designa. frege e russell trabalham com uma *teoria descritivista da referência* pela qual se afirma que um nome só pode designar o seu portador por meio da evocação contextual de uma ou mais de suas propriedades.²⁷ em oposição, saul kripke defende que os nomes são *designadores rígidos*, isto é, designam

²³ mill, j. s. (1843) *systeme de logique*. paris : librairie philosophique de l'arange, 1866, p . 27.

²⁴ devo essas questões às discussões realizadas no seminário “questões de semântica”, ministrado pelo prof. dr. bernard bosredon na universidade paris iii.

²⁵ mill, j. s. *op. cit.* p. 27.

²⁶ frege, g. (1892) sens et dénotation. in : *écrits logiques et philosophiques*. paris : éditons du seuil, 1971, p. 102 – 126.

²⁷ russel, b. (1905) da denotação. in: *lógica e conhecimento*. são paulo: abril cultural, 1978 (coleção os pensadores).

diretamente seu portador, sem o intermédio de suas propriedades.²⁸ descritivistas, de um lado, causalistas, de outro, eles atualizam a velha discussão platônica: os nomes têm sua origem na natureza das coisas ou eles simplesmente as particularizam por pura convenção?²⁹ falando em mundos possíveis, os descritivistas-naturalistas admitem que os nomes podem designar indivíduos diferentes nos diferentes mundos, já os causalistas-convencionalistas consentem que os nomes designam *rigidamente* o mesmo indivíduo, sobre o qual podem recair diferentes propriedades dependendo do mundo no qual é evocado.³⁰ linguisticamente, georges kleiber dirá que os nomes próprios têm sintaxe e semântica particulares; além disso, eles não só denotam, como têm um sentido. uma denominação, segundo ele, comporta dois elementos semânticos: o todo e suas descrições. na impossibilidade de a parte descritiva exprimir totalmente o sentido de uma denominação reside um *paradoxo semântico*. por outro lado, a denominação tem por consequência o estabelecimento de uma *associação referencial durável* que confere ao *conjunto das descrições* ligadas a um nome o limite exigido por um *todo*.³¹ do lado das ciências sociais, alguns argumentos levam a sustentar que a sociedade é o verdadeiro lugar de funcionamento dos nomes. a partir de suas investigações antropológicas, claude lévi-strauss, por exemplo, mostra que dar nome é sempre situar um indivíduo em um sistema prévio, isto é, sócio-histórico.

a noção de referência diz respeito à relação da língua com sua exterioridade e interessa às posições materialistas na medida em que não é compreendida como uma relação direta da linguagem com o mundo, uma simples indicação de quê ou de quem se fala; mas sim um *processo* que só é possível porque a linguagem é simbólica e, nessa medida, permite que os referentes sejam *significados*. o que redundaria em dizer que a relação entre a linguagem e o mundo não é direta, mas simbólica. é por isso que recusamos as perspectivas referenciais, visto que, para além de (se) referir (às) coisas, o nome as significa. diferenciada do

²⁸ kripke, s. (1980) *la logique des noms propres*. paris : minuit, 1982.

²⁹ o *crátilo* formula de maneira inaugural a complexidade da relação entre as palavras e as coisas. esse diálogo platônico pode ser considerado o primeiro passo em direção à constituição das ciências da linguagem. *platon. œuvres complètes*. sous la direction de luc brisson. paris : éditons flammarion, 2008, p. 195-253.

³⁰ cf. auroux, s. (1996) *a filosofia da linguagem*. campinas: editora da unicamp, 1998, p. 175 – 178.

³¹ kleiber, g. remarques sur la dénomination. in : *cahiers de praxématique*, n. ° 36, 2001, p. 21 – 41.

problema da referência, a questão da *designação* é bastante trabalhada sob o ponto de vista enunciativo, onde é definida como um processo pelo qual o real é apreendido e identificado.³² dessa forma, no que diz respeito ao *funcionamento enunciativo da referência*, considera-se que, como o real é construído materialmente pela história, os nomes só *identificam* os objetos em virtude de significá-los e a referência, como um gesto, só pode particularizar algo na e pela enunciação. ou seja, é atravessada pelo simbólico, palavra com palavra, redizendo o dito, apontando outros dizeres na história que a relação com mundo se dá. mundo que não se reduz à linguagem, mas só tem realidade e existência histórica na medida em que é significado nas relações simbólicas.

quando tomamos a nomeação de construções urbanas como lugar de reflexão, podemos dizer que a produção de uma referência no espaço tem a ver com a simbolização desse espaço: o modo como um nome (se) projeta (em) outros, identificando o espaço e recortando uma sua memória. é nesse sentido que a discussão do nome próprio interessa às nossas análises da produção de saber no discurso histórico sobre a cidade; no interior desse *corpus* notamos que a questão dos nomes de rua é um ponto polêmico. as reflexões dos lógicos, filósofos da linguagem e lingüistas permitem incluir os odônimos como uma classe particular dos nomes próprios, pois eles constituem uma seqüência lingüística binária formada por um termo de categoria e por um elemento distintivo que permitirá singularizar o referente em sua classe. essa descrição formal nos é relevante na medida em que pode levar em consideração o fato de que nomear é tomar posição em relação ao objeto, mas a denominação mesma faz esquecer que há um enunciador, um ato, um discurso. a designação de logradouros se mostra, portanto, um campo fecundo para a reflexão discursiva na medida em que nos permite questionar como as formas da língua convocadas na textualidade dos nomes de rua se relacionam com as condições históricas que as produziram. é sobre esse ponto que focalizaremos nossas análises: a quais discursos os nomes de rua se filiam e quais são os efeitos de sentido que eles disponibilizam no cotidiano da cidade? definiremos, pois, as noções de: 1) *nomeação* como o acontecimento discursivo de atribuição de um nome na história e de 2) *designação* como a significação

³² guimarães, e. *semântica do acontecimento*. campinas: pontes, 2005, p. 91.

lingüístico-histórica desse nome. do nosso ponto de vista, o nome funciona por uma relação constitutiva com a memória do dizer, da qual faz parte o gesto de nomeação e também o sentido que ele estabelece com outros nomes.

buscando compreender os princípios semântico-sintáticos que regulam a construção dos odônimos, bernard bosredon propõe a noção de *senalética* para explicar a construção das denominações complexas das vias de comunicação: “uma atividade de nomeação de objetos únicos submetida a restrições pragmáticas locais.”³³ analisando os nomes de rua em paris, o autor descreve os odônimos urbanos como formados por um primeiro nome *classificador* (avenida, rua, praça, travessa, alameda, etc.) e por um segundo nome *individualizador*. a série dos elementos nominais classificadores não segue uma lógica taxonômica uniforme, ela é fruto do acúmulo de certas categorizações ao longo das épocas. em relação ao segundo nome individualizador, pode-se notar uma diversidade nos traços de caracterização, como: contingência, duração, séries temáticas, comemoração de lugares, datas e personagens históricos ou virtuosos. é importante salientar que o que forma o nome da via é o conjunto entre o elemento categorial e o caracterizador. bosredon avança na descrição dizendo que a relação entre os dois formantes obedece a critérios ora sintáticos ora extralingüísticos. no primeiro caso, tem-se uma construção sintática com *junção por preposição ou adjetivo* observada quando o segundo elemento é um nome de lugar (exemplo: *rue de rennes*). no segundo caso, temos uma construção paratática que se projeta na cadeia lingüística através de uma *justaposição* direta, isso acontece quando o segundo elemento é um nome próprio simples ou composto (exemplo: *rue descartes*).

do ponto de vista semântico, o autor afirma que o ato de nomeação das ruas, dado por um batismo comunitário ou institucional, responde às vicissitudes da história.³⁴ por isso, além de identificar as ruas enquanto objetos únicos permitindo a divisão da cidade e a localização dos habitantes, os nomes estabelecem uma memória coletiva construída popular

³³ bosredon, b. e tamba, i. uma balada em toponímia: da rua descartes à rua de rennes. in: *revista língua e instrumentos lingüísticos n° 03*, campinas: pontes, 1999, p. 8.

³⁴ assinalemos que esse sentido de acaso dado à história é diferente do modo como as teorias lingüísticas vinculadas ao materialismo histórico trabalham o estatuto da história enquanto contradição: é porque é histórico que muda, é porque é histórico que permanece. a história não é acaso, é determinação e movimento.

ou oficialmente numa relação com o local e/ou com o nacional. a diferença entre os mecanismos sintático-semânticos de *rue de rennes* e *rue descartes* assinala, segundo bosredon, uma passagem formalmente importante. de uma sinalética que conserva um *valor referencial locativo*, os nomes de rua passam a ser formados através de uma *junção mais abstrata, não motivada*, entre os formantes. isso significa que a preposição indicaria, em sua origem, uma relação entre a rua e o topônimo que a designa e que sua ausência marcaria a predominância da função diferenciadora característica da relação denominativa. tomemos dois exemplos extraídos da poesia para discutir essa questão:

nunca morei numa rua chamada vidro
*nunca passei por uma rua chamada tesoura*³⁵

rua vidro e *rua tesoura* parecem não ser nomeações atestadas em português (nem em francês). os substantivos comuns geralmente aparecem como nomes de rua numa junção preposicionada, por exemplo: rua da oração (em salvador), rua do colégio (antigo nome da rua culto à ciência, em campinas), rua da tesoura (antigo nome da rua eliseu César, em João Pessoa), rua do vidro (em santa Bárbara d'oeste). isso pode reforçar a interpretação assumida por bosredon de que a formação de nomes de rua através de uma construção paratática talvez esteja fundamentada no sistema honorífico (pela evocação de um nome de pessoa); enquanto a construção hipotática presumiria uma ligação motivada, de alguma forma, entre o epíteto e a rua (a rua da oração indica que em algum momento ali se rezava, a rua do colégio evoca a instituição de ensino ali localizada, etc.). mas no caso de avenida central, que analisaremos mais adiante, temos uma parataxe que não se fundamenta no sistema de homenagem pelo nome próprio de pessoa, mas sim pela enunciação de uma centralidade (ao mesmo tempo física e social) para a então capital brasileira, o rio de janeiro.

esses fatos nos levam a questionar a divisão entre o sistema da homenagem (e, portanto, não-relação entre o espaço e seu nome) e a motivação semântica (com explicitação de um motivo referencial para o nome atribuído à rua). diremos que não há passagem de uma

³⁵ bonvicino, r. *céu-eclipse: poema-idéia*. são paulo: editora 34, 1999, p. 35 – 36.

sinalética referencial para outra mais abstrata. o que há, é um *efeito de referencialidade* maior ou menor. esse efeito é produzido pela rememoração, na formação do nome, de um elemento que pode em algum momento estar ligado à história da via pública, ou relacionado indiretamente, através da história do bairro, da cidade, do país, ou pode, ainda, estabelecer uma unidade para as vias de uma localidade.³⁶ a produção de um efeito de referencialidade é percebida quando nos damos conta de que, de um lado, podemos encontrar um nome honorífico que é também ligado à presença do homenageado naquela via.³⁷ de outro lado, e sobretudo, a rememoração de um fato ou elemento nas vias públicas é sempre uma seleção entre outros fatos e elementos da história daquele espaço. do ponto de vista discursivo, portanto, a relação entre o nome e a referência será sempre simbólica, sempre constituída *em* e exposta à interpretação. podemos afirmar até que a referência só existe a partir de sua construção pela língua em uma história. isso se opõe à idéia de que a motivação está dada *a priori*, que o mundo está lá e a linguagem é apenas uma etiquetagem; pelo contrário, o mundo existe e a linguagem o recorta, o significa de determinadas formas e não de outras. vejamos outro exemplo tirado de uma trova popular:

*vista alegre é rua morta
a formosa é feia e brava
a rua direita é torta
a do sabão não se lava...*³⁸

os nomes e sua relação com a rua propiciam a ludicidade desta cantiga. a oposição entre o adjetivo presente no nome e as propriedades concretas do objeto nomeado permite jogar com as palavras mostrando que a *motivação semântica* configura-se discursivamente como uma necessidade imaginária do sujeito de linguagem. analiticamente, no entanto, entregar-se a esta idéia como uma evidência é uma forma de apagar o trabalho da história ao recortar/significar os referentes, esquecendo-se de que os motivos para o sentido de um

³⁶ neste último caso, podemos citar como exemplo a rememoração de cidades do interior de são paulo no bairro paulistano jardim paulista ou as quadras cujos nomes são formados por letras e números no plano-piloto de brasília. agradeço à prof.^a dr.^a sheila elias de oliveira (iel/unicamp) os comentários no exame de qualificação de área que me auxiliaram a esclarecer essa questão.

³⁷ por exemplo, a rua victor meirelles, em florianópolis, é também a rua onde fica o museu homônimo que, por sua vez, ocupa a casa onde o pintor nasceu.

³⁸ rio, j. do *alma encantadora das ruas*. p. 10.

nome podem ser muitos, variarem, forjarem-se, encobrirem-se. eduardo guimarães, quando analisa o nome “cosmópolis”, por exemplo, mostra que o modo (inscrito no nome) de contar a história da imigração na cidade apaga o fato de que os imigrantes vieram à cosmópolis para trabalhar na usina.³⁹ não porque a cidade tenha se aberto ao mundo (cosmos), mas porque, em um dado momento, ela precisou de trabalhadores e essa mão-de-obra que formou a cidade era constituída por imigrantes de origem estrangeira. haveria, portanto, diferentes maneiras de recortar a história da cidade, diferentes “motivações” possíveis.

neste mesmo trabalho, o autor analisa os nomes de rua buscando questionar as posições que consideram a relação entre a linguagem e o mundo como sendo informacional. de um lado, o autor afirma que a presença dos nomes de rua na cidade se dá pela “estabilidade cotidiana do endereço.” tomando o mapa da cidade como um texto que distribui esses nomes por espaços constituídos lingüístico-historicamente, o autor analisa o memorável na estrutura morfossintática e no funcionamento semântico-enunciativo do acontecimento dos nomes de rua no mapa da cidade de cosmópolis. por outro lado, guimarães afirma que há uma forte ligação da nomeação com a língua oficial do estado. é na língua nacional que se enunciam grande parte dos nomes de rua da cidade em análise (e, podemos também afirmar, de qualquer cidade que integre um estado nacional); essa língua divide o espaço, legitimando-se como unívoca, ou seja, estabelecendo politicamente uma convivência desigual com outras línguas faladas no espaço enunciativo nacional.⁴⁰ sendo a unidade lingüística de um

³⁹ guimarães, e. *semântica do acontecimento*. campinas: pontes, 2005.

⁴⁰ segundo a enciclopédia das línguas do brasil, cerca de 180 línguas indígenas e seus dialetos são praticados atualmente no brasil por pouco mais de trezentos mil índios e por algumas comunidades ribeirinhas do norte do país. estima-se que nos primeiros anos de colonização por volta de 6 milhões de índios falavam mais de mil línguas indígenas. as políticas colonizadoras e civilizatórias resultaram no desaparecimento de pelo menos 85% dessas línguas e, certamente o mais importante, desses falantes. há ainda a presença de línguas africanas, decorrente do tráfico de escravos entre 1502 e 1860. não se pode afirmar que alguma língua de origem africana seja, hoje, plenamente praticada em território brasileiro, visto que desde finais do século xix elas se manifestam como línguas secretas, de rituais e de identidade; contudo, um léxico de origem africana é parte constitutiva do português brasileiro. também há as línguas de origem européia, vindas com os imigrantes nas diversas correntes de imigração, desde o início da colonização, com os próprios portugueses, passando pelo século xvii, com a tentativa de invasão holandesa, até o grande movimento migratório de trabalhadores no final do século xix e início do xx (1880 – 1930). podemos ainda citar o espanhol e o portunhol, falados nas regiões de fronteira com os países sul-americanos, as línguas asiáticas (árabe, chinês, japonês e coreano), faladas pelas colônias de imigrantes e, por fim, a língua brasileira de sinais, reconhecida por lei como língua

território uma construção político-administrativa, a diversidade de fato é uma realidade que não se pode negligenciar. essa diversidade deve-se a questões de colonização e povoamento, invasões, escravidão, fronteiras com outros países, enfim, elementos que contam a história do espaço e participam diretamente das relações entre as línguas faladas e caladas num dado território convivendo de maneira desigual também nos modos de nomear o território.⁴¹ mas, como nos ensina pècheux, a todos os processos de dominação correspondem formas específicas de resistência. em seu estudo sobre a *colonização lingüística*, bethania mariani aponta o processo histórico de nomeação como um elemento de resistência na relação com a imposição da língua do colonizador, pois o nome vai criando uma sua memória no espaço colonial e, assim, “vai sendo construída uma discursivização outra, ao mesmo tempo em que vai sendo produzido um esquecimento das relações entre palavras e coisas tal como se dava em portugal.”⁴²

a relação que os nomes projetam sobre o espaço tem, portanto, sua materialidade histórica específica: o espaço urbano que recorta um passado e nomeia a partir de dizeres que poderiam ser outros; produzindo, assim, endereços (e passados) que localizam os cidadãos enquanto remetidos ao espaço nacional, ao estado formado ou em formação. os sentidos convocados pela memória dos nomes de rua podem ser a nacionalidade, a origem, o poder, o heroísmo e têm sempre algo a ver com um efeito de homogeneidade e controle, próprios ao funcionamento administrativo. podemos ainda dizer que, no caso brasileiro, a língua dos nomes de rua é estabelecida por um jogo de forças entre as políticas das diferentes línguas que concorrem no território através de um processo pelo qual o colonizador buscar dar sentido ao que se encontra opaco. hoje, enquanto nação independente, a memória imputada aos nomes passa pela necessidade de construção das raízes de uma tradição nacional. o

da comunidade de surdos do brasil. cf. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>, consultada em 16 de fevereiro de 2011.

⁴¹ um exemplo da desigualdade que a língua do nome inscreve na cidade é a diferença de funcionamento quando são utilizados nomes indígenas (av. ipiranga, rua guaíra) ou línguas européias (“bierplatz”, em blumenau) na nomeação dos espaços públicos. há uma incorporação da língua outra na língua nacional, produzindo um deslize, uma quebra na língua oficial de diferentes modos: no caso da língua indígena, essa incorporação está ligada à transcrição para a escrita do português; no caso do alemão, mesmo o nome categorizador do espaço público (praça) é substituído pelo alemão “platz”.

⁴² mariani, b. *colonização lingüística*. campinas: pontes, 2004, p. 32.

funcionamento do nome de rua materializa, portanto, uma tensão entre a necessidade cotidiana de localização na cidade e uma injunção político-institucional que projeta saberes e desígnios no espaço nacional.

na teoria do discurso, o problema da *formação dos nomes* se coloca a partir de uma discussão sobre as formas gramaticais pelas quais se realizam a saturação ou a não-saturação em relação ao efeito de *unicidade do objeto identificado pelo nome*. a designação pelo nome próprio implica a possibilidade de designar a mesma coisa por expressões do tipo *aquele que [etc.]*, perífrases que correspondem a ‘nomes próprios compostos’ e não lexicalizados, mas construídos sintaticamente.⁴³ essa tripla correspondência entre a coisa, o nome e suas descrições constrói *a evidência da identificação do objeto e do sujeito* que o vê, o reconhece, o nomeia; mas deixa, ao mesmo tempo, entrever uma brecha de não-saturação. pècheux afirma que a equivalência entre *aquele que* e *qualquer um que*⁴⁴ leva a uma *indefinição* dos objetos que podem ocupar aquele lugar e, ao mesmo tempo, permite a *generalização* de suas características ou conseqüências. nas palavras de claudine haroche, é por remeter ao indeterminado que o processo de designação determina o sujeito de forma implacável, pois já designado o sujeito mergulha novamente no anonimato e adquirindo a *generalidade* e a *intercambiabilidade* esperadas “da parte (de um aparelho) do estado”,⁴⁵ a indeterminação, então, “o interpela, o tranqüiliza e o angustia; o refere, o nomeia, o convoca e o rejeita, joga à vontade com ele, em nome do estado.”⁴⁶ daí podemos inferir o caráter histórico de toda nomeação,⁴⁷ caráter esse decalcado da historicidade do sujeito que o nome interpela, seja diretamente, no caso do nome própria de pessoa, seja através de um desvio pela identificação do espaço que interpelará o sujeito porque o impele a se localizar.

⁴³ pècheux m. (1975) *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, 1997, p.100

⁴⁴ pècheux, m. *op. cit.* p. 107

⁴⁵ haroche, c. (1984) *fazer dizer, querer dizer*. são paulo: hucitec, 1992, p. 206.

⁴⁶ haroche, c. *op. cit.* p. 206.

⁴⁷ a historicidade dos nomes não está no conteúdo de suas histórias, mas no fato de *reclamarem um sentido*. cf. henry, p. *a história não existe?*

3. imaginários da urbanização brasileira: três espacializações

a circunscrição do espaço é um efeito produzido pela centralização urbana do saber em instituições como igrejas, bibliotecas, escolas e seus nomes, imagens e regras que irão configurar, a partir da renascença, condições de *produção* e *projeção* das tradições nacionais no cotidiano. praças, avenidas, ruas são formas históricas de organizar o espaço que devem ser também analisadas em sua dimensão linguageira, significativa. para o escopo das análises a seguir, distinguiremos três momentos na constituição do espaço que não configuram, necessariamente, uma periodização, mas sim a *inscrição de imaginários de ocupação e significação nacionais no espaço*, ao que estamos chamando de *espacialização*. embora se possa considerar que a presença das três instituições analisadas (igreja, biblioteca e escola) marque distinções na história brasileira (colônia, império e república), haveria, certamente, outras formas urbanas a serem levadas em conta numa descrição histórica de caráter mais exaustivo. nosso intuito, contudo, é dar visibilidade para um funcionamento regular na constituição da nação pela via da textualização do espaço. mais ainda, o propósito deste recorte é atentar para as relações entre campos e formas de saber na institucionalidade do cotidiano, mostrando como a história de pontos de referência não é indiferente ou secundária na construção do *saber nacional*.

uma igreja

se na europa, em finais do período medieval, a cidade funciona como espaço de afirmação da presença e do papel da igreja,⁴⁸ nos países colonizados durante o século xvi ocorre uma inversão calcada nas mesmas necessidades de enquadramento e centralização. nos territórios coloniais, a igreja inicia o processo de fundação da unidade urbana. o espaço brasileiro, tal como o conhecemos hoje, começa pela apropriação do poder religioso que, institucionalizado na metrópole, produz um lugar de identificação pelo saber (d)a fé. os edifícios religiosos congregam o povo num mesmo espaço através não só de suas funções

⁴⁸ theurot, j. et brocard, n. (éd.) *la ville et l'église*. besançon : presses universitaires de franche-comté, 2008, p. 08 et seq.

religiosas,⁴⁹ mas também administrativas, como as de registrar nascimentos, atestar casamentos e óbitos. a centralização é, pois, o motor da construção da cidade a partir do núcleo religioso e o saber aí legitimado é o da espiritualidade e das boas condutas pregados nos sermões e catequeses. mas não só isso. pela força crescente do capitalismo que chegava entusiasmado aos trópicos, a demarcação da cidade no brasil colonial se fez também pela importância do comércio. nelson omegna menciona que os vereadores da são paulo do século xvi vetavam a instalação de lojas fora da área urbana. aos poucos, a dominância social dos mercadores adquire um estatuto tal que começa a rivalizar com a igreja na escolha das melhores áreas urbanas. essa competição marca a cidade de formas muito específicas, como, por exemplo, nos nomes de rua formados por junção preposicionada com nomes de ofícios ou estabelecimentos comerciais (rua da quitanda, dos ourives, dos sapateiros, das lojas, do comércio, etc.) ou, ainda, por expressões descritivas de mobilidade que confundem a vila com o comércio: dizer “ir ao comércio” para significar “ir à cidade”. instalada no coração das vilas, a igreja cercada pelo comércio marca o ponto alto da vida em comum, ao contrário das demais construções que, na época, quase nada tinham de urbanas.⁵⁰ a igreja não, era urbana por excelência! por isso, o comércio, que se nutre dos ares citadinos e de seus pontos estratégicos, vai se instalando ao redor do largo da matriz.⁵¹ quando a competição pelo espaço fica extrema em virtude do crescimento da cidade e da atividade mercantil, é junto à nova capela que o desdobramento de novas áreas começa. motor de



⁴⁹ dentre elas podemos citar a celebração semanal, as orações, procissões e cantorias pronunciadas não mais somente em latim, como no português vernáculo e na língua indígena apreendida pelos representantes religiosos (a língua geral).

⁵⁰ “das paredes externas para dentro, [as casas] continuam vivendas rurais, como sítios e granjas, com pomares, mangueirões, estábulos e roças.” omegna, n. (1962) *a cidade colonial*. brasília: mec/ebrasa, 1971, p. 23 et seq.

⁵¹ imagem 1: *vista do terreiro de jesus*, centro histórico de salvador. s.a. fundação gregório de matos, s.d.

centralidade, a igreja é também motivo de descentralização. nesse processo, ela não só instala novas paróquias ou freguesias,⁵² como colabora para a diferenciação da cidade em termos sociais. podemos dizer que os mesmos processos de formação do espaço urbano ocorridos na europa se transplantam ao brasil colonial: a centralidade forçada por uma instituição de poder não rural somada à instalação de mercadores e consumidores.

já discutimos a importância lingüístico-histórica de estudar a *formação do nome na construção do espaço*. diante da história do território brasileiro perguntamos como se funda um novo espaço a partir de nomes e imagens. por ora, diremos que o processo de construção da individualização do espaço no período colonial brasileiro se assenta sobre a relação entre estado e igreja na empreitada colonizadora. estudaremos mais de perto a formação do nome de um convento fundado em finais do século xvi. nos arquivos da instituição, encontra-se um documento conhecido como *livro dos guardiães do convento de são francisco da bahia*.⁵³ na página inicial, nos deparamos com seu título completo:

livro da fundação deste convento de nosso padre são francisco da cidade da bahia e dos preladados, que a governarão, antes de ser província, e depois de separada da província de portugal.

podemos observar a circunscrição da nomeação que aí aparece: o *convento de nosso padre são francisco* é determinado pelo locativo *da cidade da bahia*. assim formulado, o nome inscreve na cidade a particularização desse convento como pertencendo a uma determinada ordem religiosa e como sendo próprio (e único) daquela cidade. antes de tudo, esse locativo enuncia a existência do espaço em que é edificado. a forma abreviada *convento da bahia*, encontrada muitas vezes nas crônicas históricas, confirma esse funcionamento. ao longo da leitura do *livro dos guardiães*,⁵⁴ veremos que a alternância entre a particularização e a abrangência produzidos pelo modo de designar o espaço é uma regularidade na relação dessa instituição religiosa com a cidade.

⁵² *freguesia* é uma denominação eclesiástica que desliza para a formação discursiva do comércio passando a designar os compradores assíduos de um determinado estabelecimento. omegna, n. op. cit. p. 24.

⁵³ *livro dos guardiães do convento de são francisco da bahia*. publicado por ott, c. f. in: *revista do instituto geográfico e histórico da bahia*, nº 69, 1943.

⁵⁴ ott, c. f. *op. cit.* p. 03.

no anno de 1587 [...] mandou o comissario e custodio fr. melehior de santa catarina a *esta cidade da bahia* ao irmão frei antônio da ilha com outros companheiros [...] os quais forão recebidos de todos [...] e principalmente do senhor bispo d. antonio barreiros e do governador geral d. francisco de souza. havia já *nesta cidade da bahia huma igreja de n. p. s. francisco* que hum religioso nosso espanhol, passando *por aqui* fez edificar: e vindo o sobredito fr. antonio da ilha com seus companheiros procurarão *sítio junto dela*, o qual era de hum antonio frz. da ilha de maré que nele tinha feito moradas de cazas, e lhe fora dado em dote por seu sogro pedro de siebra, a quem o governador geral men de sá o tinha dado por carta de cismaria. e por quanto os officiais da camara tinhão outra carta mais antiga do mesmo governador sobre *o dito sítio que nos querião dar*, houveram dúvidas entre elles. [...] a oito de abril do sobredito ano *se entregou aos religiosos o dito sítio*, e cazas, em que elles se recolherão e logo começarão a ajuntar pedra e madeira para a edificação *desta casa*, que edificarão *neste sítio*, assim por razão da igreja de n. p. s. francisco que já estava feita, como da conveniência de agora, que naquelle tempo estava mais chegada, e depois se foi dilatando mais para adiante.

o relato de fundação do convento dá pistas novamente da integração entre a igreja e o estado e do modo como o espaço brasileiro fica aí significado: como uma terra conquistada, colonizada e ocupada. o encadeamento do texto confere objetividade aos fatos narrados através do uso de formas verbais no passado (o *isso aconteceu*, de barthes), do preenchimento dos lugares sintáticos dos verbos por nomes próprios atestando a autoria dos fatos e da ênfase nas relações argumentativas que produzem um imaginário de causalidade. essa objetividade se reflete, de maneira específica, na formulação do espaço:

a esta cidade da bahia
nesta cidade da bahia
uma igreja de n. p. s. francisco
por aqui
sítio junto dela
nele
o dito sítio que nos queriam dar
se entregou aos religiosos o dito sítio
desta casa
este sítio

relações demonstrativas bem definidas, representadas por artigos, nomes e pronomes, significam a cidade e o terreno ocupado pela igreja e convento. o único momento em que se faz uso de pronome indefinido é para referir a ‘igreja de n. p. s. francisco’, reafirmando que a igreja da qual se fala é uma entre várias igrejas também determinadas pelo adjunto ‘de são francisco’. num espaço bem delimitado é que a instituição religiosa especifica sua abrangência: um batimento entre a delimitação do lugar e a particularização de uma de suas igrejas entre outras.

ainda no ano de 1587, os religiosos se mudaram do monte calvário para o local onde hoje se encontram (um espaço, naquele momento, ainda não nomeado com clareza). o historiador frei jaboatão enumera duas possíveis causas para esse repentino deslocamento:

- 1) “pela desconveniência do gentio, que habitava aqueles arredores e inquietavam o lugar, e os padres com seus assaltos, largaram aquele sítio do monte do calvário, passando-se para onde agora estão”
- 2) “pela inconveniência de ficar fora dos muros ou cerca da cidade, e sujeitos às invasões contínuas do gentio que habitava por aqueles arredores [...]”⁵⁵

posicionando-se contra o primeiro argumento, frei jaboatão diz que:

[desde 1538] já não havia nos arredores e terrenos da cidade gentio bárbaro, e só alguns pelos interiores dos sertões, e seus recôncavos para onde saiu nesse mesmo ano o governador mem de sá a domá-los e fazer guerra a alguns que se haviam rebelado para as partes de paraguaçu.

pergunta o autor a respeito dos índios selvagens:

e se nesse ano de 1538 os não havia já nos terrenos da cidade, nem vizinhos a ele, como os podia haver trinta anos depois em 1587?

observe-se que ele não nega o perigo que os índios representavam, nem o fato de que habitar os arredores da cidade poderia ser arriscado. sua contra-argumentação se faz pela

⁵⁵ jaboatão, a. s. m. *novo orbe seráfico...* rio de janeiro: ihgb, 1858, volume i, p. 44–45.

constatação de uma impossibilidade lógica: se já não havia índios em 1538, não poderia haver trinta anos depois. atrelado ao princípio da não-contradição (não é possível que haja e não haja índios ao mesmo tempo) e de identidade (se não há índios, não há índios), o historiador se inscreve no imaginário da eficácia da perseguição aos índios: uma vez expulsos os gentios, o território poderia ser ocupado pelos portugueses. a concepção da posse da terra exerce aí um papel fundamental: o território ocupado (pelos portugueses) estava protegido, cercado, povoado, civilizado.

o segundo argumento, assumido como verdadeiro pelo historiador, continua não contestando a ameaça que os índios representavam nem a possibilidade de que eles ainda habitassem a vizinhança, fato que, de certo modo, invalida a contra-argumentação à primeira justificativa da mudança dos franciscanos. o interessante é que essa aparente contradição expõe o comprometimento do sujeito-religioso com o dizer do estado português. não há como negar que os invasores eram os portugueses: são eles que se colocam na posição de forjar a posse da terra ocupando, urbanizando,⁵⁶ defendendo.

o fato de 2) ser tomado como argumento aceito pelo historiador mostra que as invasões dos gentios são enunciadas como uma justificativa secundária; o motivo principal da mudança dos religiosos é tido como sendo a “inconveniência de ficar fora dos muros ou cerca da cidade.” inconveniência que está atrelada à insegurança, mas que, certamente, se filia a outras enunciações. a continuidade da análise poderá trazer elementos importantes para compreendermos o funcionamento desse acontecimento no espaço urbano. antes de seguir, ainda uma palavra sobre esse jogo argumentativo. podemos observar aí duas matrizes de significação sobre o lugar do outro no espaço urbano. independentemente de serem documentadas ou apenas narradas, atestadas ou fictícias, interessa refletir sobre a força desse discurso enquanto argumento que permanece e significa, deslocado, nos discursos urbanos atuais. essas duas linhas argumentativas inauguram um modo de dizer a cidade de

⁵⁶ isso não significa uma relação direta com características tidas como eminentemente urbanas. gabriel soares de souza, em seu *tratado descritivo do brasil* de 1587, descreve as casas existentes entre o convento dos franciscanos e a praça do palácio do governo como tendo características rurais: quintais povoados de palmeiras carregadas de cocos e outras de tâmaras, de laranjeiras, figueiras, romeiras e parreiras. mesmo as áreas centrais da cidade não eram calçadas e a iluminação era restrita, feita com óleo de baleia. (p. 122).

forma a significar a proximidade do outro (do indígena, do escravo, do pobre,...) como uma ameaça e o estar fora dos muros da cidade (o estar longe do centro, o estar na periferia, o estar no campo) como algo indesejável. ao justificar sua localização na cidade, a igreja traz como consequência a enunciação de que o outro deve estar sempre afastado, de fora e que a instituição religiosa (ou outro espaço urbanizado) deve estar no centro.

para compreender os enunciados que sustentam a inconveniência de estar fora dos muros da cidade, trago uma petição apresentada em 1592 ao governador pelos religiosos do convento com o propósito de fazer a porta principal da igreja voltar-se para o terreiro de jesus.

diz christovão de barros, syndico do mosteiro de s. francisco desta cidade da bahya, que os annos passados de oitenta e oito, sendo elle supplicante e o senhor bispo, governadores deste estado do brasil, juntamente com os officiaes da camera que entãõ eraõ, foraõ ver *huã rua, que vay ao longo do dito mosteiro de s. francisco para a casa de martim affonso moreira*, e estando todos presentes, e alguã gente do povo, *disseraõ os padres que se parecesse bem darem-lhe aquella rua, edificariaõ o mosteiro de maneyra que a porta travessa da igreja ficasse na frontaria principal, que vem dar no terreyro de jesus*, doutra maneyra que forcozamente aviaõ de afastar-se com a obra de traz, *e além de ficarem muito grandes entulhos, naõ ficava ennobrecendo tanto a cidade*, e que elles dariaõ outra rua pelos chaõs que se compraraõ para a dita casa, saõ ao longo da casa de vicente roiz pedreyro, que fosse sahir junto da porta do dito martim affonso moreyra; o que visto por todos ser couza, *e ficar o dito convento authorizando mais a cidade*, assentaraõ os dittos officiaes que a ditta rua do conselho se mudasse, e que os padres se taxassem com o canto da casa de martim affonso, porque lhe daraõ a rua toda assim como corre junto de seo quintal athe o canto da ditta casa, sobre o qual assento os dittos padres edificaraõ onde hora está, e se compraraõ assim as casas do contador como as do outro canto mais a bayxo, por ficarem, o que puderaõ escuzar-se se afastaraõ para traz com a obra; e porque do sobredito assento se naõ fez auto por parecer desnecessario (...).⁵⁷

as justificativas apresentadas para essa mudança têm os seus não-ditos: motivos não diretamente enunciados no dizer da inconveniência de estar fora dos muros da cidade.

⁵⁷ jaboatão, a. s. m. *novo orbe seráfico*... rio de janeiro: ihgb, 1858, volume i, p. 49.

vejamos. a argumentação para que a porta travessa fique na frontaria principal orienta para o “enobrecimento da cidade”. mais à frente, o documento diz que o convento assim localizado “autoriza mais a cidade”. a possibilidade de argumentar dessa forma, aliando a visibilidade da igreja com o enobrecimento e a autorização da cidade, contém a enunciação da legitimação mútua entre a igreja e o estado. podemos dizer que a dupla religião-governo fixa os lugares de dizer no discurso sobre a fundação do espaço brasileiro: a igreja impõe sua memória católica/catequizadora/salvadora através do *arquivo* de seu nome e de sua *arquitetura* e as autoridades políticas garantem as condições administrativas e financeiras para a estabilização de sua presença na cidade através da centralidade e visibilidade da igreja. assim puderam os missionários católicos – sobretudo os jesuítas e os franciscanos (com suas várias denominações: observantes, conventuais, capuchinhos) – desenvolverem um trabalho catequizador consistente e ininterrupto durante todo o período colonial, principalmente nas regiões de fronteira e próximo aos núcleos urbanos iniciais.⁵⁸ as ordens franciscanas tiveram uma importante participação no projeto colonial oficial, em específico no que diz respeito ao domínio dos povos indígenas: os capuchos eram engajados nas missões de catequização dos gentios e os irmãos terceiros estavam ao lado das tropas oficiais, matando e prendendo índios rebeldes.⁵⁹

encarregados de lidar com os nativos, os franciscanos intervinham de forma contundente na política colonial. em correspondência ao rei de portugal, o frade gervásio do rosário, guardião do convento de são francisco na bahia, elaborou, em 1738, um parecer contrário à extinção dos aldeamentos indígenas. o religioso contextualiza a empreitada expansionista através da simultaneidade da conquista pelo estado e pela igreja:

os sereníssimos reys de portugal quando mandarão fazer a conquista das índias orientais, como ocidentais em companhia de soldados conquistadores, mandarão também ministros evangélicos para que ao mesmo tempo que as armas conquistassem estados para o seu

⁵⁸ jaboatão, a. s. m. *op. cit.* p. 08.

⁵⁹ casimiro, a. a. (2000) a estética dos irmãos terceiros franciscanos da bahia colonial. in: flexor, m. h. (org.) *a arte no mundo português dos séculos xvi ao xix: confrontos, permanências, mutações*. atas do iv colóquio luso-brasileiro de história da arte, salvador, 2000.

domínio, os ministros evangélicos com as pregações reduzissem os povos, e os gentios a fé católica, e ao gremio da igreja romana.⁶⁰

diante das críticas à forma como os religiosos controlavam os indígenas, o frei justifica sua posição através da formulação de uma condicional com valor lógico:

*se os religiosos esquecidos de sua obrigação atendessem mais para a sua conveniência, e utilidade temporal, do que para o serviço de deus, e de sua majestade e bem spiritual, e temporal dos índios, não duvido que lhes pareceria conveniente o presente arbítrio de se extinguirem os aldeamentos, e espalhar pelos sertões os índios, pois assim ficavão livres, e privados de andarem por sertões, e desertos tão dilatados, como são os da america.*⁶¹

a condicional *se p, então q* vale por sua negação: *se não-p, então não-q*. a negação, entretanto, é uma forma de afirmação daquilo que se nega, ainda que no espaço da discordância. se os padres *atendessem* para sua conveniência, lhes *pareceria* conveniente abolir os aldeamentos. a formulação do futuro do pretérito está relacionada às noções de hipótese, incerteza e irrealidade. o modo condicional furta-se a tomar posição frente à realização da ação e coloca a ênfase na relação de causalidade. o condicional é um *antiimperfeito* que não se compromete com o cumprimento da ação verbal.⁶² o que importa é focalizar a relação de dependência entre uma e outra ação. assim, “atender ao serviço de deus e do estado português e visar o bem espiritual e temporal dos índios” *equivale* a ser contra a extinção dos aldeamentos, sem os quais os índios voltariam a ocupar o espaço como o faziam antes da invasão portuguesa – se espalhariam “pelos sertões e desertos tão dilatados como são os da américa” – ficando longe do alcance da possibilidade de salvação proposta pela igreja.

essa forma de enunciar o engajamento dos frades com as missões enuncia ao mesmo tempo a dificuldade do colonizador em relação ao desconhecimento do território. não aldeados, os

⁶⁰ pimentel, a. v. (dir.) (1943) *anais do arquivo público da bahia*. volume xxxix. bahia: imprensa oficial, 1946, p. 179 *et seq.*

⁶¹ pimentel, a. v. *op. cit.*

⁶² rancière, j. (1992) *os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. são paulo/campinas: educ/pontes, 1994, p. 65.

índios podem se perder na vastidão das matas⁶³ ou habitá-las de modo a atentar contra a nova moral religiosa.⁶⁴ povoações pequenas, menores do que uma vila, os *aldeamentos* caracterizavam, portanto, um espaço indígena administrado por missionários, um lugar que não é cidade nem campo, podendo ser considerado um entorno, um fora, uma extensão da cidade.⁶⁵ sertões e desertos são naturalizações do espaço que buscam legitimar a importância das aldeias como espaços localizáveis, gerenciáveis e circunscritos que podem ser submetidos à cidade e ao estado. segundo nelson omegna, as cidades missionárias criaram uma civilização material, mas não conseguiram criar os cidadãos, pois os índios tinham uma “alma inurbana”. colocar o índio numa posição essencialista e a-histórica é apagar seu papel na construção do espaço brasileiro. se a cidade missionária foi a única que jamais integrou uma unidade colonial capaz de contribuir para a formação da nacionalidade,⁶⁶ é porque certamente o discurso dominante abafou o espaço indígena através da criação de pequenos pedaços de natureza ou cidades localistas e só de índios que divisavam com dois mundos a que não pertenciam. a igreja funda, portanto, um espaço indígena fora de qualquer história porque busca se historicizar em outro espaço, enquanto instituição urbana que é.

⁶³ “pois não eh possível andar atrás deles metidos pellos matos para doutrinar a cada hum em sua própria morada, e desta sorte ficarão sem fiscal para lhe investigar os pareceres, superstições e feitiçarias com liberdade de consciência para obrarem a sua vontade, nem tão pouco hera possível terem fácil recurço para baptizarem seus filhos em tão diversas partes com a distância de tantas léguas.” pimentel, a. v. *op. cit.*

⁶⁴ “se os índios se não reduzem ao grêmio católico, exmº sr. não é porque entendam que nas aldeias, e nas missões os tratarão, como captivos, porque lhe não dão castigos, nem os tratão como escravos, mas sim porque são de sua natureza inconstantes, desconfiados, indômitos, e supersticiosos, de sorte que ainda aos que vivem aldeados, custa muito tirar-lhe os abusos, e a viverem puros na fé, e nos bons costumes, quanto mais custozo será reduzir os vagabundos que andão pelos campos, e pelos matos, sem quererem esperar, nem ouvir os ministros evangélicos.” pimentel, a. v. *op. cit.*

⁶⁵ “porque nas missões estão juntos, e prontos para irem fazer as conquistas, e as entradas ao gentio bravo, e impedir-lhe as invazões, quando forem mandados. nas missões, e nas aldeias os acham os donos das fazendas prontos para lhe conduzirem os gados para esta praça (...).” pimentel, a. v. *op. cit.*

⁶⁶ omegna, n. *op. cit.* p. 75.



o convento de são francisco deu origem à construção de uma igreja homônima em 1723. uma igreja grandiosa, com interior ricamente ornado que se tornou um ponto de referência quanto à herança artística e arquitetônica

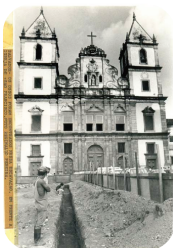


colonial. as imagens que enquadram este texto têm a igreja de são francisco ao fundo.⁶⁷ levemente descentralizada, a imponência da construção se destaca. o enredo contado pelo congelamento da imagem urbana oscila entre a denúncia e a exaltação. a alternância desses funcionamentos se justifica pela presença relutante de uma igreja monumental que testemunha de forma contundente outro tempo. a perspectiva criada pelos elementos em



primeiro plano atrai o olhar para a antigüidade da arquitetura religiosa. tal qual um rebote, a visão volta sobre o enredo em primeiro plano. essa divisão do olhar na leitura da imagem fotográfica produz os efeitos de denúncia de uma situação social e de exaltação da igreja em si mesma. mas a provisoriedade do papel jornal contraria a permanência desse enredo, como que dizendo com descarte que assim é o cotidiano deste

espaço. a igreja permanece, então, convivendo com placas de rua, prédios decadentes, veículos, obras, cidadãos ilustres e anônimos, miseráveis, trabalhadores, artistas, religiosos, passantes, turistas, há séculos... e a vida acontece



sem se esquecer da herança que a igreja representa. marcando esse conjunto de fotografias, o excesso formulado pela exuberância da fachada, pelas construções contíguas, pela circulação de pessoas e automóveis é aplacado pelos tons de cinza que permitem



diferir traços e forjar um todo difuso, mas unívoco.

⁶⁷ imagens 2, 3, 4, 5 e 6: vistas do centro histórico de salvador, igreja de são francisco. o estado de são paulo. fundação gregório de matos, s.d.

a construção religiosa destaca-se na paisagem como um imponente discurso de sua autoridade consolidada através de particularidades arquitetônicas. podemos elencar algumas regularidades com relação a outras igrejas da época: portas e frontão centrais que indicam um caminho e convidam a entrar, a torre do sino que confere verticalidade à construção, a planta longitudinal que está relacionada à necessidade de reunir uma grande quantidade de pessoas com o olhar concentrado na capela-mor, os cunhais que, por seu desenho, delimitam e ressaltam a profundidade da construção. os diferentes enredos contados por esse conjunto de fotografias destacam acontecimentos tipicamente urbanos: pobreza, decadência e abandono, de um lado, importância arqueológica, religiosa e cultural, de outro. é a presença da igreja como cenário para a trama fotográfica que produz o discurso da denúncia e da exaltação enquanto um atestado de seu valor patrimonial.

o patrimônio exige, entretanto, bem mais do que a conservação do belo ou do antigo. sua instituição equivale à fundação de um *arquivo*, ponto de partida e de poder, como dissemos inspirados em derrida. para ser considerado patrimônio histórico, um prédio deve ter suas especificidades. essas características distintivas são projeções do presente que constroem um passado em que se declara o acontecimento de um lugar como sendo referência no espaço nacional. segundo carlos ott, religioso e historiador alemão radicado na bahia, “fachadas de igrejas são idéias petrificadas.”⁶⁸ a nosso ver, feitas de pedra, as fachadas perduram instáveis através dos tempos. isso significa que as interpretações sobre um ponto de referência se inscrevem nas formações imaginárias que cada época projeta para o espaço urbano. falando de um espaço-tempo posterior à concepção da igreja, quando ela já havia sido considerada patrimônio nacional, o historiador busca justificativas que permitam encontrar a brasilidade de uma instituição trazida pelos europeus:

[a fachada da igreja] de são francisco não negava a ideologia franciscana reinante nos seus conventos do século xviii. mas ela foi ao mesmo tempo uma das primeiras fachadas de igrejas brasileiras que não copiavam frontispícios de templos portugueses, o que não se pode dizer da fachada da igreja dos jesuítas no outro lado do terreiro de jesus.

⁶⁸ ott, c. *igreja e convento de são francisco*. salvador: alfa, 1988, p. 14.

sem dúvida o frontispício de são francisco apresenta estilo renascentista predominante, possuindo apenas o frontão barroco, quando devia ser todo barroco conforme as idéias predominantes em 1708; mas tanto o velho autor da planta, francisco pinheiro, como o guardião e o provincial eram homens tradicionalistas que não queriam aceitar ainda as novas formas barrocas frívolas. é uma observação que fazemos em todos os tempos: estilos artísticos novos costumam a criar raízes.⁶⁹



discurso sobre o espaço brasileiro datado de finais do século xx, este recorte enfatiza as características da construção brasileira em relação à portuguesa. a fachada da igreja de são francisco não é uma cópia da frontaria do colonizador.⁷⁰ no jogo entre valores estéticos, as inovações barrocas portuguesas não predominaram no risco da igreja franciscana colonial e o estilo renascentista, pouco representativo para a arquitetura lusa da época, deixou sua marca em grande parte da fachada. imobilizado pelo lugar-comum, o juízo através do gosto é um espaço interessante de resistência e de produção de lugares de identificação nacional. construir em território brasileiro uma igreja que foge dos padrões artísticos portugueses é uma forma de se desidentificar com o colonizador, mas sem criar grandes rupturas para que permaneça o efeito de continuidade necessário à afirmação da herança européia.

em 1635 é fundada a venerável ordem terceira secular de são francisco da bahia, destinada a leigos que desejavam seguir as regras franciscanas.⁷¹ a igreja dos terceiros instala-se na mesma rua, anexa à dos frades menores em 1703. ligadas pela determinação ‘de são francisco’ e contíguas espacialmente, a relação entre a igreja da ordem terceira – formada por membros da elite colonial – e o convento e igreja – compostos por religiosos franciscanos – produz uma convivência entre diferentes formas de dizer o mesmo. ao insistir na nomeação do



⁶⁹ ott, c. *op. cit.* p. 14.

⁷⁰ imagem 7: fachada da igreja de são francisco. fotografia. carolina p. fedatto, 2008.

⁷¹ imagem 8: igreja da ordem terceira de são francisco. fundação gregório de matos, s.d.

espaço da cidade, essa contigüidade reafirma os sentidos de dominação, salvação e poder. novamente na *crônica* de frei jaboatão, temos uma descrição interessante da localização das igrejas mostrando uma forte relação entre os espaços daquela cidade:

fica hoje a nossa igreja com o frontispício para a *rua que vai dar ao dito colégio* [dos jesuítas], pela qual, andados cento e oitenta passos, se sabe ao canto do seu terreiro [terreiro de jesus], que busca a mão direita para são domingos, e as portas principais destas duas igrejas, colégio, e nossa correspondentes, sendo que na sua primeira fundação ficava a porta principal da nossa para o nascente e *rua que vai hoje para os terceiros*, e a porta travessa para a *rua que vem do colégio*, e fazia naqueles tempos as vezes de principal.⁷²

as formas lingüísticas convocadas para identificar as ruas têm um funcionamento narrativo-descritivo e não denominativo. as ruas referidas não são nomeadas como *rua do colégio* ou *rua dos terceiros*, por exemplo.⁷³ originalmente grafada com maiúscula, a palavra ‘rua’ anuncia a possibilidade de identificação nominal para esse espaço, mas a seqüência traz uma oração relativa restritiva que não deixa de identificar aquela rua no conjunto das outras, mas o faz elegendo pontos de referência que serão narrados conforme sua localização relativamente à igreja. esse modo de dizer o nome das ruas se projeta para as nomeações atuais, onde o nome da ordem religiosa (estabelecido como referência) também nomeia a igreja que, por sua vez, nomeia a rua.



oficialmente, o trecho da rua que passa em frente à igreja de são francisco recebe o nome de ‘rua são francisco’. já o trecho da rua que passa em frente à igreja da ordem terceira de são francisco, chama-se ‘rua da ordem terceira’.⁷⁴ no primeiro caso, a identificação da rua é uma projeção direta do nome do santo que também nomeia a igreja e a ordem à qual ela pertence. no segundo, é

⁷² jaboatão, a. s. m. *novo orbe seráfico*... rio de janeiro: ihgb, 1858, volume i, p. 47 - 48.

⁷³ imagem 9: *rua da ordem terceira*, centro histórico de salvador. fundação gregório de matos, *s.d.*

⁷⁴ imagem 10: *placa com nome de rua*. fotografia. carolina p. fedatto, 2008.

a própria ordem religiosa, que se caracteriza por ser terceira, isto é, submetida aos irmãos primeiros, que estabelece uma relação mediada pela preposição ‘de’ com a rua em que se localiza sua igreja.

é interessante pontuar que, fisicamente, essas duas ruas são contínuas uma à outra; ao olharmos um mapa, caminharmos por esse logradouro ou avisarmos as igrejas pelo ângulo da fotografia ao lado, por exemplo, poderíamos até dizer que se trata de uma única rua, mas elas são sempre designadas por dois nomes diferentes.⁷⁵



elas são identificadas, portanto, como dois objetos diferentes no mundo. ou seja, o mundo empírico não significa por si só, a linguagem é fundamental na demarcação das fronteiras de sentido. esse limite se mantém no dizer oficial e também nas variações populares do nome dessa rua. num trecho, ela é conhecida como rua são francisco, rua da igreja de são francisco ou rua do cruzeiro de são francisco. noutro, como rua da ordem terceira de são francisco ou rua dos terceiros. a diferença entre elas não se confunde jamais. as variações convivem no cotidiano reafirmando o limite sempre determinado, explícita ou elipticamente, pelo sintagma ‘são francisco’. essa determinação estabiliza a divisão da rua pela memória de uma hierarquia estabelecida em outro espaço nacional e que, portanto, conta em território brasileiro a história da colonização através da transferência de instituições católicas. a presença *arquitetônica* e *odonímica* das igrejas atualiza essa história na relação com a posição do cidadão de um brasil em formação.



atualmente, o conjunto arquitetônico formado por essas construções é muito procurado para visitação turística por sua opulência artística e arquitetônica.⁷⁶ a igreja e convento de são francisco e a igreja da ordem terceira de são francisco são pontos de outras referências: apresentam para a rua fachadas

⁷⁵ imagem 11: fundos da igreja de são francisco e igreja da ordem terceira. fotografia. biblioteca pública do estado da bahia, s.d.

⁷⁶ imagem 12: vista do altar da igreja de são francisco. cartão postal, s.d.

esculpidas na pedra que levam a um interior estilo barroco com talha de madeira revestida em ouro. essa arquitetura luxuosa destoa do propósito religioso dos franciscanos, guiado pelo voto de pobreza. num tempo em que poucos sabiam ler, essas fachadas constituem um modo de catequização pela imagem e também são reescrituras do nome ‘igreja (da ordem terceira) de são francisco’.⁷⁷

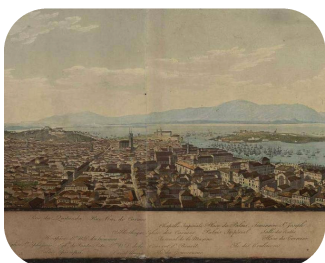


hoje esse espaço interpela o sujeito na posição de turista. posição essa identificada ao espaço global, a um lugar tornado patrimônio da humanidade. podemos dizer que a arquitetura das igrejas se ancora na mesma memória de colonização que seus nomes, mas enquadra diversas significações para o modo como a praça e a rua (enquanto espaços públicos) estão atravessadas pela denominação ‘centro histórico’. a memória do dizer produz diferentes paráfrases para essa nomeação: explorando sua dimensão sintática, podemos parafraseá-lo como *centro da história*, *centro que conta a história*, *centro que faz história*; seguindo seu domínio semântico, temos reformulações do tipo *centro velho*, *centro antigo*, *patrimônio*. entre essas novas forma de dizer há uma deriva que leva da construção da centralidade da cidade no momento da colonização, passa pela enunciação da historicidade/antiguidade desse espaço até ser considerado como um bem, uma herança do passado que deve ser preservada para fundamentar uma identificação ao nacional e ao global. enquanto patrimônio histórico, esse espaço se identifica ao nacional através de um desvio pela identificação ao global. as relações entre os nomes e suas imagens são sempre tensas, sobretudo quando perguntamos pelo modo como determinam posições para os habitantes da cidade. há questões que continuam como questões: quem não é contado nessa história? o que é/foi preservado? para quem? o estudo da nomeação e das imagens das igrejas de são francisco e da ordem terceira nos mostra que sua *permanência* projeta a história de seus dizeres num espaço público marcado por eles, mas que jamais permaneceu o mesmo.

⁷⁷ imagem 13: fachada da ordem terceira de são francisco. fotografia. carolina p. fedatto, 2008

a biblioteca

de maneira geral, o nascimento das bibliotecas é marcado historicamente por um mito que reúne as imagens de babel e alexandria. de um lado, a biblioteca aparece como *metáfora do infinito e do universal*, de uma ordem que gera a própria desordem, de um tempo imobilizado em que as palavras, articuladas simultaneamente, perdem o sentido e a própria possibilidade de dizer. de outro, sob o temor da perda – do qual as normas, princípios, lembretes, advertências e punições são sintoma –, a biblioteca aparece como ícone da decisão, utópica e política, de concentrar *toda a memória do mundo*.⁷⁸ início mítico das bibliotecas, a biblioteca de alexandria desejava valorizar uma cidade que, em contraposição à tradição grega, era formada por imigrantes. a nova centralidade simbólica compensaria a marginalidade geográfica e cultural, transformando a biblioteca em *referência* e, ilusoriamente, até mesmo na própria cidade.⁷⁹ centro urbano grego e de cultura helênica em terras egípcias, alexandria deveria criar sua própria memória e o fez através do modelo da universalidade, no qual caberiam os conhecimentos de si e do outro. está, portanto, no imaginário fundador de toda biblioteca uma remissão ao *já sabido* dos povos, um desejo de completude e, por aí, a concretização da cidade e a delimitação da nação.



o saber urbano nacional letrado, materializado por bibliotecas, escolas e colégios, aparece somente num segundo momento da formação política brasileira, com a elevação do brasil à categoria de império. a existência de uma biblioteca é um acontecimento que consolida o processo de construção do espaço urbano enquanto nacional. a vinda e a instalação dos livros da coroa portuguesa para a colônia a partir de 1808 são parte de uma série de transformações urbanas e institucionais ocorridas na cidade do rio de janeiro, capital brasileira entre 1763 e 1960.⁸⁰ os diferentes prédios da biblioteca e seus nomes atualizam a invenção de tradição e cultura, de uma filiação ao

⁷⁸ schwarcz, l. m. *et all. a longa viagem da biblioteca dos reis*. são paulo: cia. das letras, 2002, p. 120 *et seq.*

⁷⁹ schwarcz, l. m. *et all. op. cit.* p. 124.

⁸⁰ imagem 1: salathé, f. e steinmann, j. j. *panorama do rio de janeiro tomado do morro do castelo* - água-tinta colorida s/ papel, a partir de pintura a óleo de g. f. ronmy, baseado em desenho de f. e. taunay de 1821 (impressa nas oficinas de rittner et goupil, bd. montmartre 15, paris). direitos: biblioteca nacional do brasil.

passado para a nação em construção. recontar as origens da *biblioteca nacional do brasil* é refletir sobre o sentido de nacional que está significado aí, compreendendo como a instauração do regime monárquico e, depois, do republicano intervêm na constituição do espaço. a partir da vinda da biblioteca, temos um imaginário de urbanidade construindo o modo como o brasil se relaciona com as noções de cultura, tradição, erudição.

na análise do percurso da “biblioteca nacional”, os diferentes nomes da instituição e a escolha do local que abrigará seu prédio definitivo são relacionados à arquitetura e ao nome da avenida para a qual deve voltar sua fachada principal. dessa forma, procuramos compreender a projeção dessa relação de sentidos no espaço da cidade/nação em construção. os materiais analisados compõem-se pelo decreto de transferência da real biblioteca para o brasil (1810), relatórios administrativos que reivindicam novas acomodações para o acervo (1897 e 1906), além de uma crônica de lima barreto (1915) que produz uma crítica sobre a construção do novo prédio e sua função social. numa discussão mais específica a respeito da constituição da nacionalidade e seus sentidos, mostraremos como a mudança de nomes da biblioteca vai construindo paradigmaticamente o lugar da identificação nacional nos diferentes regimes governamentais brasileiros.

o início do acervo da bn é a antiga livraria de d. josé organizada para substituir a livraria real que foi consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto em lisboa no ano de 1755. acrescida de coleções públicas e particulares, ainda em portugal, a instituição voltou a se chamar *real biblioteca* e viajou para o brasil dois anos após a chegada da família real ao rio de janeiro em 1808. por decreto de d. joão vi em 1810, o acervo foi acomodado à rua direita ocupando o prédio do hospital da ordem terceira do carmo e alguns meses mais tarde foi transferido para um imóvel anexo onde funcionava o mausoléu dos religiosos. analisemos a designação da biblioteca que se textualiza nesse decreto:

decreto de 29 de outubro. manuscripto authentic. – havendo ordenado, por decreto de 27 de junho do presente anno, que nas casas do hospital da ordem terceira do carmo, situado à minha real capella, se collocassem *a minha real bibliotheca* e gabinete dos instrumentos de physica e mathematica, *vindos ultimamente de lisboa*: e constando-me pelas ultimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edificio não tem toda a luz necessaria, nem

offerece os commodos indispensaveis em *hum estabelecimento desta natureza*, e que no logar que havia servido de catacumba aos religiosos do carmo se podia fazer huma mais propria e decente accommodação para *a dita livraria*: hei por bem, revogando o mencionado real decreto de 27 de junho, determinar que nas ditas catacumbas se erija e accommode *a minha real bibliotheca* e instrumentos de *physica* e *mathematica*, fazendo-se á custa da real fazenda toda despeza conducente ao arrançamento e manutenção do *referido estabelecimento*. o conde de aguiar, do conselho de estado, presidente do real erario, o tenha assim entendido e faça executar por este decreto sómente, sem embargo de quaesquer leis, regimentos ou disposições em contrario. – palacio do rio de janeiro, em 29 de outubro de 1810. – com a rubrica do principe regente nosso senhor.⁸¹

o sujeito que decreta ocupa a posição de príncipe-regente e representa o imaginário da origem de um dizer socialmente autorizado a enunciar a real biblioteca como “a minha real biblioteca”. essa expressão se articula com “os instrumentos de phisica e mathematica” que, juntos, são predicados como “vindos ultimamente de lisboa”. na seqüência, a mesma expressão é reescrita por substituição em “a dita livraria”, “um estabelecimento *desta natureza*” e “o *referido* estabelecimento”. pergunto, diante desses movimentos de paráfrase, o que as palavras que compõem a expressão “a minha real biblioteca” predicam umas sobre as outras. a justaposição entre ‘minha’ e ‘real’ joga com o fato de que quem toma a palavra é o representante máximo da realeza, o que produz uma redundância entre ‘minha’ e ‘real’. o atributo ‘real’ diz que a biblioteca é do rei/da realeza e, simetricamente, o pronome possessivo de primeira pessoa ‘minha’ diz que ela pertence ao rei d. joão vi (e não a outro). esse sentido fica reafirmado/justificado pela elipse de que, assim como a biblioteca e os instrumentos de física e matemática, o rei também veio de lisboa. apesar da coincidência geográfica, os limites entre a colônia e a metrópole continuam bem determinados pelo lugar do dizer do rei.

⁸¹ publicado nos *anais da biblioteca nacional*, nº 19, rio de janeiro, 1897, p. 223.

a imagem ao lado representa esta primeira localização da biblioteca junto à igreja do carmo.⁸² nomeada por seu autor João da Rocha Fragoso como *mapa arquitetural*, num misto de mapa e maquete, a gravura preenche as ruas e quarteirões com construções bem desenhadas, detalhadas em tamanho e forma. a escala é uma mistura entre a altura dos prédios e o imaginário de sua importância numa tentativa de reconhecimento e localização dos objetos que efetivamente criam o urbano no Brasil.



em 1825, ano da assinatura do tratado de paz e amizade, em que D. João VI reconhece a independência do Brasil, a *real biblioteca* passa a se chamar *biblioteca imperial e pública da corte*. mas não é só o nome da biblioteca que se altera nesse período. de *reino unido de Portugal, Brasil e Algarves* (1815 – 1825), o Brasil passa a ser *império do Brasil* (1822 – 1889). essas diferentes *identificações* do estado no nome da biblioteca, presentes também na alteração do nome oficial do país, produzem um imaginário de ruptura em relação ao período colonial.

do ponto de vista teórico, é importante explicitar esse funcionamento de identificação do nome com relação ao referente. Guimaraes, retomando Rancière, diz que é preciso deixar claro que a identificação se faz pela inserção do nome em uma classe determinada, entre outras possibilidades predicativas, produzindo certos efeitos. o nome não simplesmente introduz um elemento na classe a que pertence *a priori*, mas ele produz a relação de identificação deste nome e do objeto que ele refere como pertencentes a certa classe, o que não é a única maneira de identificar o referente.⁸³

⁸² imagem 2: detalhe do mappam architectural da cidade do Rio de Janeiro – parte comercial por J. da Rocha Fragoso, 1874. in: Herkenhoff, p. *biblioteca nacional: a história de uma coleção / fotografias*: p. o. cruz. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, ca.1996.

⁸³ Guimaraes, e. *semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.



esse novo nome da biblioteca pode ser descrito sintaticamente como formado por um nome classificador (*biblioteca*) + um caracterizador adjetivo (*imperial*) + conjunção (*e*) + um caracterizador adjetivo (*pública*) + preposição (*da*) + um nome caracterizador (*corte*). a série caracterizadora ‘imperial e pública da corte’ determina o (novo) sentido do classificador ‘biblioteca’. o que a conjunção ‘e’ significa nessa determinação? qual é a relação de ‘imperial e pública’ com ‘da corte’? vejamos: ‘imperial’ e ‘pública’ se articulam com ‘biblioteca’, enquanto a conjunção ‘e’ acumula qualificações que funcionam pela articulação a uma coletividade determinada: a corte. no deslize de ‘real’ para ‘imperial e pública da corte’ a biblioteca pertence agora ao império, não mais ao rei, porém é enunciada como ‘pública’. no entanto, o uso público continua restrito, já que a coletividade a quem se atribui o pertencimento da biblioteca é ‘a corte’, que delimita o sentido de ‘pública’ por não incluir todos os súditos do rei, apenas a elite, os nobres.⁸⁴



ainda no período imperial, por iniciativa do bibliotecário frei camillo de monserrat, a biblioteca muda novamente de endereço: em 1858 vai para a rua do passeio ocupando uma “casa solidamente construída, com certa beleza arquitetônica em seu interior e que então oferecia as condições de largueza necessárias para receber a biblioteca.”⁸⁵ ainda antes da proclamação da república, no ano de 1876, a nomeação *biblioteca nacional do brasil* é oficializada. a seqüência nominal ‘nacional do brasil’ predica duplamente a biblioteca, afirmando que a corte não é



⁸⁴ imagem 3: castro y ordoñez, rafael, 1834-1865. a bibliotheca. 1862. in: *la comision científica destinada al pacífico*. foto : papel albuminado, pb : 20,3 x 27,4cm. imagem 4: antigo prédio da biblioteca nacional à rua do passeio, 1916?, foto : pb : 12 x 16cm. direitos: biblioteca nacional do brasil. imagem 5: biblioteca nacional, mudança do prédio da rua do passeio para a avenida central, 1910, fotografia: gelatina, pb : 11,8 x 17cm. direitos: biblioteca nacional do brasil.

⁸⁵ mello, j. a. resumo histórico. in: *anais da biblioteca nacional*, nº 19, rio de janeiro:1897.

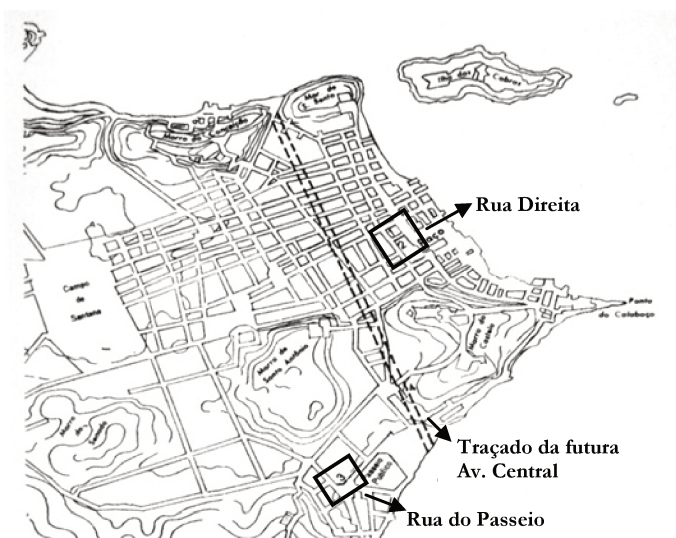
mais o conjunto em questão, mas a nação: o brasil é enunciado enquanto nação com uma identidade que deve ser própria, e não mais vinculada ao regime de governo.

depois de funcionar por quase cinco décadas no mesmo local, o diretor manuel cícerio peregrino da silva expõe em sucessivos relatórios ao ministro da justiça e negócios interiores a necessidade de um novo edifício, especialmente construído para abrigar o acervo da bn. as queixas do diretor e as obras de abertura da avenida central do rio de janeiro são contemporâneas. o novo prédio da biblioteca, assim como a nova avenida, buscam visibilidade numa cidade em vias de modernização, como podemos observar na argumentação do diretor quanto ao local de construção das futuras instalações:

ao grande edificio projectado pelo sr. general francisco marcellino de souza aguiar em satisfação á encommenda que lhe fizestes *não poderia convir o terreno que a tal fim estava destinado*, na esquina da rua barão de s. gonçalo, *pois pela sua confuguração exigiria que deitasse para esta rua e não para a avenida central a fachada principal*. foi assim necessaria a substituição com que concordastes e a que accederam o sr. ministro da industria e o chefe da comissão constructora da avenida, destinando-se á bibliotheca, d'esta vez definitivamente, *um terreno muito maior*, com cerca de 100 metros de frente por 75 de fundo, situado no ponto em que a avenida se confunde com o largo fronteiro do theatro municipal em contrucção. parte do terreno ainda tinha que ser conquistado ao morro do castello como vai sendo, mas não poderia ficar o edificio recuado do alinhamento, como tinha de serm para dar logar á escadaria externa, que na largura commum da avenida não era permittida pela respectiva comissão.⁸⁶

⁸⁶ peregrino da silva, m. c. a biblioteca em 1905: relatório apresentado ao ministro da justiça e negócios interiores. in: *anais da biblioteca nacional*, nº 28, rio de janeiro, 1906.

argumentativamente, os trechos destacados podem ser parafraseados como: ‘o terreno *não convém*, pois a fachada do grande edifício ficará voltada para a *rua barão de s. gonçalo*’ e ‘o terreno *convém*, pois a fachada do grande edifício ficará voltada para a *avenida central*’. ‘voltar-se para a *rua barão de s. gonçalo*’ orienta para uma conclusão contrária a ‘voltar-se para a *avenida central*’. há, já no gesto de escrita desses dois logradouros, uma diferença: rua (grafado com minúscula) e avenida (grafado com maiúscula). qual seria a normatividade que rege o sistema ortográfico empregado? intervém aí o político enquanto divisão sempre desigual do real. a grafia diferente desses nomes classificadores dá pistas de que as condições de produção de um novo endereço para a biblioteca nacional se inscrevem num discurso que não está diretamente dito nessa argumentação. a *conveniência* do local para a construção do “grande edifício” é orientada pela *visibilidade* de sua fachada: quanto mais visibilidade, mais conveniente. e qual é o sentido construído para o par ‘conveniência-visibilidade’ nesse dizer? podemos dizer que ele está orientado pela mesma argumentação que enuncia a nomeação ‘avenida central’. para compreender essa relação, passemos a analisar alguns dizeres sobre a enunciação da avenida central, começando pela ilustração abaixo, que mostra a cartografia das andanças da biblioteca pela cidade do rio de janeiro.⁸⁷



a representação gráfica do traçado da futura avenida central dá visibilidade para as demolições que foram iniciadas pelo governo em 1904, cerca de 600 prédios foram abaixo em um curto período de tempo. lima barreto diz que “de uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. havia mesmo na cousa muito

⁸⁷ imagem 6: *brasil 1900-1910*. coleção rodolfo garcia, apresentação plínio doyle, v. 2, rio de janeiro: biblioteca nacional, 1980, entre as páginas 176 e 177.

de cenografia.”⁸⁸ a remodelação do centro da cidade, que visava à higienização e ao embelezamento da então capital brasileira, deixou muitos moradores desabrigados com enormes conseqüências para a questão habitacional no rio de janeiro. a construção da avenida pode ser considerada, na história urbana da cidade, de modo mais amplo, um *acontecimento* que instala uma nova ordem nos sentidos urbanos. do ponto de vista discursivo, interessa analisar os discursos que instauram este acontecimento arquitetônico, urbanístico, modificando seu sentido na relação com a cidade, como, por exemplo, a nomeação da rua, o decreto que sancionou sua construção, o plano diretor do centro do rio, as crônicas sobre eventos passados na avenida, etc. o trabalho com esses materiais aponta para o fato de que a existência física da avenida não basta, é preciso dizer à cidade o que ela é: a avenida central. este nome, ao estabelecer um tempo presente em que se marca o centro da cidade, projeta um futuro que delinea a relação entre o que é o centro e a periferia. e o que se escolhe, naquele momento, para estar no centro é a biblioteca nacional, o teatro municipal, o museu de belas artes, por exemplo.⁸⁹



fazendo parte dessa cena, o atual prédio da biblioteca teve sua pedra fundamental lançada em 1905, sendo inaugurado cinco anos depois, em 1910. lima barreto publica em 13 de janeiro de 1915 uma crônica a respeito desse novo prédio no correio da noite, diz ele:

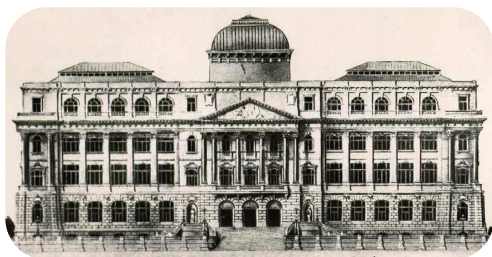
pouco freqüente a *biblioteca nacional*, sobretudo depois que se mudou para a *avenida* e ocupou um *palácio americano*. [...] *o estado* tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma *casa de instrução*, destinada aos *pobres-diabos*, em um *palácio intimidador*, é das mais curiosas. [...] como é que o estado quer que os *mal vestidos*, os *tristes*, os *que não têm livros caros*, os *maltrapilhos* '*fazedores de diamantes*' avancem por *escadarias suntuosas*, para

⁸⁸ barreto, l. (1923) os bruzundangas. in: *obras de lima barreto*. são paulo: brasiliense, 1956, p. 106.

⁸⁹ imagem 7: malta, augusto. *avenida rio branco, praça marechal floriano*. cartão postal. 1930 ca. atelier novo mundo.

consultar uma *obra rara*, com cujo manuseio, num *dizer, aí das ruas*, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu amor?⁹⁰

o autor enuncia nesse recorte a disputa de sentidos travada com a mudança da biblioteca para a avenida central. a posição-sujeito construída pelo narrador da crônica tende a ocupar uma posição popular em contraposição a uma posição oficial. vejamos os diversos modos de redizer o dito nesse confronto: *a biblioteca*, dita primeiramente no título, é expandida em *biblioteca nacional*, mais adiante, é definida como *casa de instrução*. precisa-se aí o sentido de *biblioteca* através da remissão à palavra *instrução*, que, por sua vez, recorta memórias como educação, ensino, saber. é por esse viés de significação que o presente desse dizer projeta o antagonismo dos sentidos em disputa. em ‘avenida, palácio americano, o estado, palácio intimidador, escadarias suntuosas, obra rara’ o cronista significa as novas instalações da biblioteca como um dizer oficial/dominante que está em contraposição com “*pobres-diabos, mal vestidos, tristes, os que não têm livros caros, maltrapilhos ‘fazedores de diamantes’, dizer aí das ruas*”. nesta série, fala uma posição-sujeito popular que não se identifica com as predicções atribuídas como dominantes pelo cronista. o sentido de *casa de instrução*, dito como uma definição (entre outras possíveis) para a biblioteca nacional, busca significar a posição do povo pelo discurso da educação pública, universal e gratuita. projeta-se no sentido de biblioteca nacional aquilo que o cronista considera que, em acordo com a qualificação ‘nacional’, ela deveria ser, mas não é.

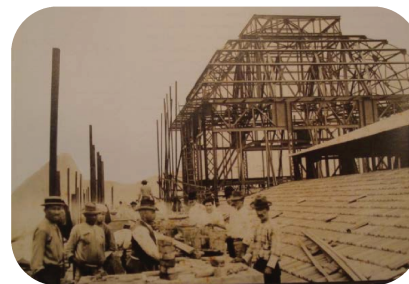


esse lugar de dizer predicado como oficial, representando um dizer elitista, estende seus atributos para a significação da biblioteca nacional e determina, assim, o modo como ela significa a posição do povo enquanto (im)possível leitor.

o desenho do novo prédio da bn se inscreve nessa formação discursiva oficial: traços retos e precisos representam a mão do projetista.⁹¹ preto no branco, a figura sobressalente sobre um fundo em falta de uma superfície de papel. o

⁹⁰ barreto, l. (1923) os bruzundangas. in: *obras de lima barreto*. são paulo: brasiliense, 1956, p. 106.

prédio é retirado de seu contexto citadino. o desenho não mostra a paisagem urbana, ela é apagada em detrimento da grandiosidade do projeto. já a fotografia de pedro osvaldo cruz, publicada no livro de herkenhoff, retrata o processo de construção do prédio em meio à cidade e a seus cidadãos.⁹² reconhecemos a imponência da cúpula



estruturada em metal e, ao lado, um acidente geográfico, ou o desenho de sua ausência. bem visível no enquadramento do foto e na história da ocupação urbana, o contorno do morro do castelo depois de derrubado marca, ao modo do *chapéu de clémentis*, no desaparecimento de uma “memória com eclipses”, o *não-sabido* que confere sentido a uma identificação.⁹³ essa fotografia reúne a estrutura oculta que sustenta a construção ao mesmo tempo em que desenha sua fachada aparente (emblema dos formalismos), a presença ausente do espaço geográfico que a cidade demoliu para se edificar (emblema dos naturalismos) e a imagem congelada dos operários, impossíveis-leitores, posando sua posição de trabalho (emblema dos sociologismos). enquanto *materialidade significativa*, na imbricação desses três modos de aproximação dos objetos simbólicos, essa fotografia grafa, com luz e contraste, a relação que o discurso histórico sobre a biblioteca nacional estabelece com os saberes em questão. assim, o imaginário do formal, do natural e do social inscrevem juntos, na história do espaço, um lugar de identificação para o cidadão brasileiro.

o nome da avenida também vai deslocando as possibilidades de reconhecimento do brasileiro. em 1912, com a morte do barão de rio branco, a avenida central muda de nome para homenageá-lo. isso significa fundamentalmente uma mudança naquilo que a avenida rememora: não é mais diretamente a relação física entre centro e periferia, mas a história

⁹¹ imagem 8: *desenho do novo prédio da biblioteca nacional*. gravura. s/d. direitos: biblioteca nacional do brasil.

⁹² imagem 9: construção do novo prédio da biblioteca nacional. in: herkenhoff, paulo. *biblioteca nacional: a história de uma coleção / fotografias*: pedro osvaldo cruz. rio de janeiro: editora salamandra, ca.1996.

⁹³ courtine, j.-j. (1981) o chapéu de clémentis. observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. in: indursky, f. e ferreira, m.c.l. (org.) *os múltiplos territórios da análise do discurso*. porto alegre: sagra luzzatto, 1999, p. 16 e 21.

política da cidade, sua importância como centro político nacional, pela lembrança de um eminente diplomata brasileiro que participou da construção da república. o centro já não é nem local, nem arquitetônico: esse novo nome projeta a cidade dentro do estado nacional como um centro que não é físico, mas político. político no sentido de participante do poder, da governança e também como sendo um novo embate de sentidos, uma contradição entre centro e periferia que se inscreve nos nomes, podendo ser analisada pela mudança da determinação do localizador “avenida” de “central” para “rio branco”. lingüisticamente, podemos descrever essa mudança como: um nome classificador (avenida) articulado sintaticamente com um adjetivo derivado de uma locução adjetiva (central > do centro) passa a ter uma ligação com seu caracterizador não mais diretamente marcada pela preposição (avenida rio branco). está funcionando aí a passagem, da qual nos falamos bosredon e tamba, de uma sinalética “motivada” por um traço semântico (pensemos na possibilidade de paráfrases como ‘a avenida que fica no centro’, ‘a avenida mais importante da cidade’) para um gesto que, fundamentado na homenagem, assume somente uma das funções das relações denominativas: a de diferenciar um objeto de outro, particularizando-o. dito de outro modo, há uma diferença entre uma rua se chamar x porque tem (ou teve) as características de x e se chamar y meramente para diferenciá-la de z.⁹⁴

do ponto de vista discursivo, podemos colocar a questão de outro modo. primeiramente, a idéia de motivação semântica é uma forma de apagar a historicidade dos gestos de nomeação. no caso do nome em análise, a centralidade da avenida não é necessariamente um dado, é uma construção do que é o centro da então capital brasileira nesse momento de sua urbanização. o que hoje é centro estava, naquele tempo, sendo definido politicamente pelos gestos de nomeação. neste sentido, nomear a avenida de ‘avenida central’ é apontar para os sujeitos onde está o centro, produzindo sua identificação para os cidadãos. um segundo ponto, já discutido, mas que merece ser retomado, é o fato de podermos tomar a homenagem como mais do que um gesto de diferenciação entre a rua x e a rua z. a homenagem é parte da construção de uma memória para a nação a partir de cidadãos

⁹⁴ bosredon, b. e tamba, i. uma balada em toponímia: da rua descartes à rua de rennes. in: *revista língua e instrumentos lingüísticos n° 03*, campinas: pontes, 1999.

considerados ilustres – neste caso, um homem político nascido no rio de janeiro e de expressão nacional, que representa tanto a cidade quanto o país em suas relações diplomáticas. seu nome deslocado para nomear a avenida projeta a cidade como centro do país e como geradora de homens públicos eminentes. note-se que este tipo de nomeação produz uma diferença entre os cidadãos que merecem dar nome aos espaços públicos e os outros, e esta seleção de quem pode dar nome projeta sentidos específicos, como vimos neste caso.

portanto, enquanto relação de linguagem, a nomeação é sempre uma construção de sentido que *identifica* objetos para os sujeitos. eduardo guimarães salienta que só é possível particularizar, referir, diferenciar porque as palavras designam, isto é, significam o real historicamente no dizer.⁹⁵ independentemente de haver ou não uma relação empiricamente motivada entre a avenida e o barão de rio branco ou entre a avenida e o fato de ela ser central, essa, para nós que trabalhamos com a linguagem inscrita na história, não é a forma mais produtiva de abordar a questão. interessa notar que as nomeações ‘avenida central’ e ‘avenida rio branco’ são eficazes no gesto de produzir memórias de grandeza e heroísmo, referências que se projetam no cotidiano da cidade construindo o sentido do cidadão nacional brasileiro. como a relação entre linguagem e mundo não é transparente, a avenida pode até ter ficado arquitetonicamente a mesma no momento dessa mudança de nome, mas são esses nomes que colocam em circulação, linguisticamente, diferentes sentidos para ela e para os sujeitos. temos um imaginário de nacionalidade sendo construído *com* essas projeções que vão revelando o modo como o brasil significa e legitima seu próprio acontecimento enquanto unidade imaginária. também a imagem da biblioteca nacional em seus deslocamentos pela cidade interfere não só na paisagem, como também na construção da nação. é na *errância* da biblioteca que o saber *transposto* é apropriado pelo saber urbano brasileiro.

⁹⁵ guimarães, e. domínio semântico de determinação. in: guimarães, e. e mollica, m. c. (org.) *a palavra: forma e sentido*. campinas: pontes e rg editores, 2007, p. 82.

um colégio

como um segundo elemento importante na consolidação do saber nacional letrado, o edifício escolar surge no Brasil contemporaneamente a seu aparecimento na Europa. diferente da arquitetura religiosa, militar ou residencial – bastante antigas –, as construções especificamente destinadas a escolas emergem somente a partir do século XIX. antes disso, a função escolar era concomitante à hospitalar e militar nos prédios públicos, além da instrução realizada em conventos e espaços religiosos ou na própria residência do professor. a modernidade, entretanto, impõe uma nova organização do ensino, exigindo edifícios adequados ao modelo republicano, herdeiro da revolução francesa.⁹⁶ cria-se assim a idéia de que o ensino moderno só seria efetivamente alcançado quando ministrado em prédios próprios, construídos a partir de princípios higienistas. do ponto de vista urbano, argumenta-se a favor da necessidade de abrir novas áreas de expansão na cidade, com propostas de crescimento, salubridade e higiene à arquitetura em geral e escolar especificamente. as escolas são quase todas edificadas fora da cidade já consolidada, inaugurando um novo ponto de referência que redefine os limites do espaço urbano. ao efetivar um traçado que legitima esse progresso por expansão, a escola mantém com a cidade uma relação de continuidade, já que esta constrói meios materiais para se articular ao centro urbano (vias de comunicação, odônimos, acessos) e assim expandi-lo. esse funcionamento mais geral do edifício escolar em meio à cidade pode também ser observado na construção do espaço brasileiro. sendo o saber escolar o saber por excelência, é a ele que a cidade vai legar a função de sua ampliação.

as pesquisas de Leonor Fávero, Ana Maria Di Renzo e Mariza Vieira da Silva⁹⁷ (respectivamente sobre os colégios Pedro II, Liceu Cuiabano e Caraça) e de Eni Orlandi⁹⁸ (sobre o positivismo e a formação de cidadãos ilustres) mostram que os estudos de língua

⁹⁶ Pisco, P. evolução urbana: a escola como fator de organização do espaço urbano. in: *revista arquitetura e vida*, nº 69, Portugal: março de 2006.

⁹⁷ Fávero, L. o ensino no império: 1837 – 1867 – trinta anos do imperial collegio de Pedro II. Renzo, D. A. M. liceu cuiabano: língua nacional, religião e estado. Silva, M. V. da. colégios do Brasil: o Caraça. in: Orlandi, E. e Guimarães, E. (org.) *institucionalização dos estudos da linguagem*. Campinas: Pontes, 2002.

⁹⁸ Orlandi, E. colégios notáveis da história brasileira: a formação institucional de homens ilustres e de sistemas de idéias. um sentido positivo para o cidadão brasileiro. in: Orlandi, E. *língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

no brasil só se fizeram possíveis pela existência de colégios tidos como modelares na época, onde foi possível institucionalizar-se uma autoria brasileira para o conhecimento científico. o projeto de constituição de uma nação passa pelo estabelecimento de modelos para o ensino da língua que, de alguma forma, são decalcados no espaço. referência na história do ensino no brasil, o *colégio culto à ciência*, de campinas, nasce por iniciativa de uma sociedade maçônica de orientação republicana ao final do período imperial. os discursos que sustentam os dizeres brasileiros sobre a concepção de ensino, de língua e de ciência ficam marcados no corpo da cidade e mostram sua necessidade de distanciamento da memória de dizer européia.

para a análise do “culto à ciência” faremos um percurso pelos sentidos postos em circulação a partir de dois documentos. primeiro, tomaremos a publicação inaugural (1859) da *associação “culto à ciência”*; um periódico de autoria da própria instituição, onde se formula a sustentação político-filosófica do projeto do colégio. em seguida, analisaremos um texto, divulgado no almanaque de campinas do ano de 1878, anunciando a intenção de construir um colégio que se colocou, no momento da inauguração, em 1874, numa relação determinada com o espaço da cidade. a associação se transforma em colégio e, por sua vez, o colégio se transforma em escola. analisaremos, nessas passagens, a reação da sociedade às mudanças de nome da instituição em uma matéria jornalística publicada em 1972 e as renomeações da rua em função da presença do colégio, a partir do livro “culto à ciência – cento e treze anos a serviço da cultura”. esses documentos sustentam a possibilidade de compreendermos os sentidos colocados em cena pela história dos gestos de nomeação dessa instituição escolar. a questão é explicitar o funcionamento dos discursos que dão sentido à circulação quotidiana do nome “culto à ciência” na cidade.

a segunda metade do século xix no brasil é marcada por um entusiasmo progressista que culminará no movimento republicano. caio prado júnior diz que o segundo reinado (1840 - 1889) operou uma revolução no pensamento brasileiro.⁹⁹ segundo ele, portugal nos legou

⁹⁹ prado júnior, c. roteiro para a historiografia do segundo reinado (1840 – 1889). in: prado júnior, c. *história* (coletânea organizada por francisco iglesias). são paulo: ática, 1982, p. 74.

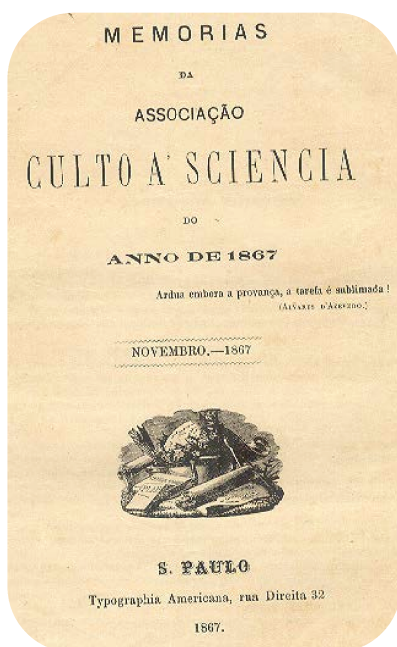
uma formação escolástica, com acentos notadamente cristãos.¹⁰⁰ as concepções racionalistas e científicas que, sobretudo, a partir do século xvii transformaram a filosofia européia, não repercutiram em Portugal, cujo ensino estava sob a direção dos jesuítas. Mas a filosofia iluminista exerceu, certamente, grande influência no Brasil, em particular por ocasião da independência, abrindo algumas brechas no pensamento brasileiro dominante. O rompimento com a herança portuguesa se deu através de um certo ceticismo religioso que não desprezou a tradição católica, mas a limitou ao espaço da igreja. O próprio imperador Pedro II, ele mesmo um estudioso, compartilhou deste espírito que prepararia a separação entre a igreja e o estado realizada logo após a proclamação da república. No terreno político, o principal reflexo desse novo pensamento será o positivismo. A doutrina de Auguste Comte encontrou no Brasil uma acolhida que não teve em seu próprio país de origem, e, embora, o número de positivistas tenha sido sempre muito reduzido, sua influência foi considerável. Caio Prado Júnior afirma que o positivismo forma o único corpo de idéias mais ou menos completo e coerente que existiu no Brasil na segunda metade dos 1800. Será sob a égide do positivismo que se proclama a república no Brasil, e isto particularmente devido à participação que teve nos acontecimentos oficiais militares.

Fundadora do colégio que estudaremos, a *associação culto à ciência* produz dizeres sobre si mesma assinalados com esse positivismo que ecoa no dizer brasileiro instituindo uma forma empiricista de se definir não só a ciência como a sociedade como um todo. A primeira publicação da *associação* diz: “*entusiasta e ardente pela causa da ciência, ela trabalha para despir as vestes poeirentas da ignorância e ornar-se com as galas da verdade.*”¹⁰¹ esse enunciado define o modo como a *associação* se apresenta. Os dois adjetivos coordenados pela conjunção “e” não só caracterizam a posição da *associação*, eles substituem seu nome, estão neste lugar, conferindo-lhe novos sentidos. Esse deslizamento sintagmático constrói os sentidos da instituição: é pelo redizer de si mesma que ela recorta

¹⁰⁰ dentro da filosofia medieval, a escolástica surgiu como resposta às exigências da fé cristã; era ensinada nas escolas medievais através da divisão disciplinar entre o *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música). Essa forma de saber buscava harmonizar a fé e a razão.

¹⁰¹ *memórias da associação 'culto à ciência'*, Campinas: 10 de maio de 1859.

seus sítios de significância, delimitando um espaço para sua existência enquanto um acontecimento grandioso que no dia mesmo de sua fundação já inaugura um periódico para registrar suas “memórias”. no enunciado destacado acima, a ciência é dita como uma causa (e um fim), o conhecimento se produz, portanto, por uma sinonímia entre ciência e verdade, opondo-se à ignorância. o encadeamento do texto direciona uma série parafrástica que constrói o sentido da própria associação, em cuja descrição incluem-se seus objetivos, bem como o modo como foi criada, por quem, em que conjuntura social, as convicções que a movem, etc. o funcionamento dessas sobreposições pode ser analisado de maneira mais específica num recorte maior do texto:



entusiasta e ardente pela causa da ciência, ela trabalha para despir as vestes poeirentas da ignorância e ornar-se com as galas de verdade. assim, muitas associações científicas se têm formado nesta cidade, e não pequenos auxílios já têm prestado à causa das letras, lançando dessa maneira um brado de indignação contra o indiferentismo da atualidade, e o império do materialismo que reina garboso em nosso país.

entre elas uma se apresenta que batalhando na mesma arena, pelejando pela mesma causa, inscreveu em seu estandarte um nome, que exprime seu fim e seus desejos – *culto à ciência.* –

filha da convicção íntima da *necessidade do cultivo das letras e do desenvolvimento intelectual em seu país*, ela deu começo as suas lides científicas no dia 11 de agosto de 1857.

fundaram-na alguns jovens em cujo peito ardia o *sacro amor da ciência*, e de então não medindo a altura dos *obstáculos* que se levantaram em seu passar, não contando o número dos *sacrifícios*, eles não têm poupado *esforços* para o *consequimento de seu fim.* [...]. (grifos nossos)¹⁰²

os trechos destacados constituem uma expansão do título, o sintagma adjetivo “entusiasta e ardente pela causa da ciência” está articulado ao pronome pessoal “ela” e, nessa medida, predica a “associação culto à ciência” de modo a produzir uma narrativa da história da associação e colocá-la em relação de hiponímia com “muitas associações científicas [que] se têm formado nesta cidade”, entre outras relações de sentido que ora a inscrevem em um conjunto de associações científicas (‘à causa das letras, contra o indiferentismo da

¹⁰² imagem 1: folha de rosto das memórias da associação ‘culto à ciência’, campinas: 10 de maio de 1859. biblioteca do centro de memória da unicamp.

atualidade, e o império do materialismo’), ora a especificam (‘batalhando na mesma *arena*, pelejando pela mesma *causa*, inscreveu em seu estandarte *um nome*, que exprime seu fim e seus desejos – *culto à ciência*’). a série ‘obstáculos, sacrifícios, esforços e fim’ estabelece um imaginário de equivalência que em cada formulação se filia a diferentes argumentos: ‘obstáculo’ traz o sentido de impedimento, de entrave, de algo que barra, obstrui fisicamente; ‘sacrifício’ transporta o discurso religioso para esse dizer, é a privação, o sofrimento, a renúncia em favor de uma causa; ‘esforços’ convoca sentidos de mobilização, força, vigor para vencer uma dificuldade, para alcançar um determinado fim. também a relação entre “culto [à ciência]”, “cultivo [das letras]”, “sacro amor [da ciência]”, enquanto metáforas religiosas, produz um deslize da crença para a verdade científica: é a ciência que pode despir “as vestes poeirentas da ignorância” e “ornar-se com as galas da verdade”. essas paráfrases dão visibilidade ao fato de que o discurso de fundação da associação culto à ciência se ancora numa memória científica significada pela religiosidade que, a partir das aspirações de um segmento social determinado, a sociedade maçônica, constrói um objetivo como se este fora comum, universal. essa aparente unicidade se materializa através de “um nome” que designa o conjunto dos acontecimentos por meio de uma divisa “culto à ciência”.

pois bem. como nos informa o *almanaque de campinas* de 1878, a *associação culto à ciência* desejava “a construção de um edifício, que tendo acomodações especiais para funcionar um colégio, deverá oferecer capacidade para cem alunos internos.”¹⁰³ mais à frente,



esse mesmo documento atesta que já “*está comprado* um vasto terreno nos *subúrbios* da cidade, *arborizado*, com um *vasto pomar*, *água abundante* e nas *melhores condições higiênicas* para nele *ser levantado* o edifício em que tem de funcionar o colégio. *entrou-se* nos trabalhos preparatórios da construção.”¹⁰⁴ do ponto de vista da forma lingüística,

¹⁰³ imagem 2: *culto à ciência nos primeiros anos de funcionamento*. óleo de José Duarte. *Gazeta de Campinas*, 10 de abril de 1878. biblioteca pública municipal Prof. Ernesto Manoel Zink, coleção documentário de Campinas.

¹⁰⁴ Lisboa, J. M. (org.) *Almanaque de Campinas*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1878, p. 18.

destacamos as construções passivas (“está comprado”, “ser levantado”) e a indeterminação do sujeito (“entrou-se nos trabalhos preparatórios”). duas formas de não dizer o sujeito das orações conferindo impessoalidade (generalidade?) e ao mesmo tempo certeza e veracidade à ação. no tocante à formação discursiva desses dizeres iniciais sobre o colégio, notamos uma preocupação sanitaria e um discurso naturalista que valoriza os atributos vegetais do espaço escolhido. note-se também que, mesmo antes de sua construção, o colégio se relaciona de uma maneira específica com o todo da cidade: marcando seus limites, suas cercanias, seus entornos e enunciando centro e periferia como partes da cidade (“um vasto terreno nos *subúrbios*”).¹⁰⁵

o colégio culto à ciência carrega desde sua fundação um tom entusiasmado e ritualístico. o início da construção do prédio é solenizado através do lançamento da pedra fundamental e de um frasco de vidro contendo a lista nominal dos sócios da associação, o auto de lançamento da pedra fundamental, um exemplar dos estatutos, um jornal de campinas e dois da capital: gazeta de campinas, correio paulistano e diário de são paulo datados de 10 de março de 1873, almanaque de campinas e de rio claro daquele ano, dez moedas de diferentes valores e metais e dois selos postais.¹⁰⁶ no dia da inauguração, campos sales, então secretário da sociedade culto à ciência, profere um discurso no qual as palavras progresso, razão, criação, instrução, cultura, espírito, iniciativa, instinto, grande luz, humanidade, liberdade são declinados de um discurso positivista europeu para tomar seus sentidos específicos em território brasileiro.¹⁰⁷ eni orlandi observa em seus trabalhos que há um apagamento do jurídico e do político no modo de formulação do positivismo no brasil, marcado pela confusão entre “moral/religião/política” e pelas condições de acolhimento dessa doutrina em nosso país: na escola militar do rio de janeiro e no apostolado positivista, chefiado por miguel de lemos. isso faz com que haja uma “inclinação utilitária, moralista e autoritária” na apropriação brasileira desse sistema de idéias.¹⁰⁸ a autora afirma ainda que a

¹⁰⁵ interessante lembrar que a área do colégio é hoje parte do centro da cidade.

¹⁰⁶ segundo o jornal diário do povo de 08 de abril de 1873, consultado na biblioteca pública municipal ernesto manoel zink na cidade de campinas.

¹⁰⁷ uma versão desse discurso encontra-se em paula, c. f. de. *monografia histórica*, 1946. eni orlandi (*op. cit.* p. 187 *et seq.*) faz uma análise mais apurada desse mesmo documento.

¹⁰⁸ orlandi, e. *língua e conhecimento lingüístico*. são paulo: cortez editora, 2002, p. 180.

mistura de idéias militares e de apostolados religiosos produzirá um processo de determinação onde a moral autoritária se sobrepõe ao religioso projetando esses sentidos para a relação do político com o científico. assim formulado, esse sistema de pensamento será praticado no colégio. seu nome será o grande espaço de circulação desses sentidos.¹⁰⁹

o gesto de nomeação do colégio deve ser compreendido através do dizer de onde sua enunciação partiu. o sintagma ‘culto à ciência’ é retomado do dizer de comte no interior do positivismo. nesse gesto, fala um sujeito-universal, próprio do discurso científico, que coloca em cena a necessidade da verdade de seu dizer. o que está em jogo é a exatidão desse dizer sobre a ciência numa relação com outras posições científicas. uma análise lingüística do sintagma ‘culto à ciência’ nos mostra que há aí um processo de nominalização: o substantivo “culto” tem sua etimologia ligada ao substantivo latino *cultu*, derivado do verbo *colere* – cultivar, cuidar, tratar, honrar, venerar.¹¹⁰ a nominalização pode ser definida como a transformação de uma oração em um sintagma nominal: x cultua a ciência. > culto à ciência. a relação parafrástica entre essas duas formas transborda polissemia: os sintagmas verbais se caracterizam pela marcação de pessoa, tempo e modo; isto é, a ação fica circunscrita, tem um sujeito e uma forma de se relacionar com a temporalidade (uma duração, um passado, um futuro, uma atualidade, etc.). ainda que haja alguma destemporalização do acontecimento mesmo nas construções verbais, como nos casos de uso do infinitivo (cultuar a ciência) ou de sujeito indeterminado (cultua-se a ciência), o verbo caracteriza-se morfossintaticamente pela inunção à localização da ação. já no caso da nominalização, as condições de produção da enunciação não ficam ditas pelo próprio funcionamento do substantivo (que nomeia a já existência de algo). se pela formulação verbal diríamos que “os membros da sociedade fundada na cidade de campinas no dia 11 de agosto de 1857 cultuam, cultuavam, cultuaram a ciência”; através da forma nominal dizemos “o culto à



¹⁰⁹ imagem 3: republicação do anúncio dos exames finais do colégio culto à ciência em primeiro ano de funcionamento. recorte da gazeta de campinas. 16 de novembro de 1974. biblioteca pública municipal prof. ernesto manoel zink, coleção documentário de campinas.

¹¹⁰ segundo novo dicionário aurélio da língua portuguesa, 1999, pág. 591.

ciência.” apaga-se o processo de filiação dos sentidos. a memória que sustenta esse dizer fica diluída no caráter imperativo de uma nominalização que dá por transparente as condições de possibilidade desse enunciado e o projeta como um lema a ser cumprido.



com a inauguração do colégio, seu nome vem por decalque de condições de produção outras, atualizadas de maneira genérica e diluindo, de certa forma, a posição discursiva de onde parte o dizer de cultivar a ciência. o desenrolar da história do colégio vai confirmar a soberania de seu nome no imaginário social. podemos dizer que ele ecoou, fez sentido. depois de sua instituição em 1874, o nome foi alterado para “ginásio de campinas” em função da mudança de sua propriedade – que passa da associação ao município depois ao estado –, essa data coincide mais ou menos com o período da proclamação da república.¹¹¹ em 1942, ocorre uma reforma no sistema de ensino: o secundário se divide em dois ciclos: o ginásial seguido, paralelamente, do científico ou do clássico; o culto à ciência é agora o “colégio estadual de campinas”.¹¹² com as comemorações dos cinquenta anos do estabelecimento, um grupo de campineiros faz campanha para o retorno do antigo nome. vemos que o peso histórico do colégio começa a se impor e o fato dessa rememoração conjunta (co-memorar) é, ao mesmo tempo, sintoma e horizonte disso. apesar da reivindicação popular, o decreto do governador renomeia o colégio como “colégio estadual José Bonifácio” e somente após a explicitação dos motivos do pedido de alteração (que pretendia homenagear o “culto à ciência” que lá funcionara durante 18 anos) o decreto foi revogado, acompanhado das justificativas do governador:



que velhas e nobres tradições enriquecem a história de campinas;
que o povo culto campineiro sabe guardá-las e venerá-las com

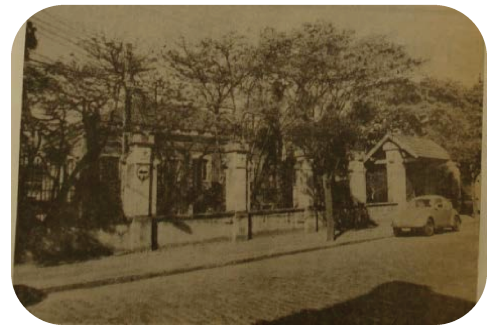
¹¹¹ imagem 4: *vista do colégio culto à ciência*. fotografia. entre 1895-1899. acervo do prof. pedro stucchi sobrinho. disponível em: http://www.francisco.paula.nom.br/culto/pag_edificio.htm

¹¹² imagem 5: *vista do ginásio de campinas*, [após a reforma de 1911]. reprodução de foto publicada por aristides pedro da silva. coleção geraldos sesso junior/ centro de memória da unicamp. 6,5 x 9,0 cm

excepcional carinho ao lado das conquistas do progresso; que, através de representações ao governo pelas suas classes sociais, tem manifestado o renovado desejo de que o colégio estadual daquela cidade tenha a denominação de ‘culto à ciência’, nome que possuía o antigo estabelecimento de ensino que ali existiu, fundado e mantido por particulares.¹¹³



já em 1975, passa-se uma grande polêmica em torno das reformulações que o poder estadual deseja realizar no sistema de ensino público. o colégio, que tradicionalmente oferecia o segundo ciclo do primeiro grau e os ciclos completos do segundo, será obrigado a “mutilar-se”, “desagregando a solidez da formação oferecida desde as séries iniciais.” a mobilização é tamanha que ocupa grandes páginas dos jornais da época e se institucionaliza com o “movimento pró culto à ciência”. a disputa, um reconhecimento da importância do nome, é pela manutenção de uma determinada forma de conceber a educação. batalha perdida. o colégio é integrado à rede oficial de ensino do estado de são paulo com uma mudança fundamental: não é mais colégio, é “escola estadual de segundo grau.”¹¹⁴ interessante é destacar que essa reapropriação do sintagma em “movimento pró *culto à ciência*” traz um funcionamento em bloco e ambíguo da expressão “culto à ciência”. ela pode tanto ser metonímia de “colégio culto à ciência” ou metáfora de certo modo de educação, prevendo uma continuidade do ensino, que o colégio representa e que o seu nome acaba por confirmar.



¹¹³ *apud* pupo, b. as várias denominações do culto à ciência. in: *correio popular*. campinas, 20 de abril de 1972.

¹¹⁴ imagem 6: *corredor central do colégio culto à ciência em seus 108 anos*. biblioteca pública municipal prof. ernesto manojel zink. coleção documentário de campinas. imagem 7: *fachada do colégio culto à ciência*. diário do povo, 14 de outubro de 1976. biblioteca pública municipal prof. ernesto manojel zink. coleção documentário de campinas.

meu olhar para o culto à ciência se faz pela consideração de que ele intervém na materialidade da cidade instaurando uma espacialidade atravessada pela história que sua existência nos conta. os elementos que compõem a narrativa do colégio vão construindo um modo específico de a cidade se relacionar com sua territorialização. a construção do prédio ressignifica o espaço: o lote que antes era uma chácara de dois hectares, propriedade particular do tenente antonio rodrigues de almeida, situada ao final da rua alegre e composta por elementos ditos rurais (o pomar, o bosque, o riacho, a amplitude, a distância em relação à cidade, etc.) recebe uma construção de planta retangular com tijolos aparentes em estilo clássico francês do século xvii comportando dois pavimentos com vinte e três metros e meio de frente por dezessete de fundo.¹¹⁵

essa história nos diz muito sobre o modo como o brasil do final do século xix inventou seu projeto nacional: através de um processo de urbanização visto como sobreposição ao campo, mas sempre sustentado pelas atividades rurais e pelos padrões



estrangeiros de tradição e beleza. podemos dizer que esse conjunto de filiações constrói um domínio de memória nacional, próprio, ressignificado por suas condições de produção em território brasileiro.¹¹⁶

textualizando-se no corpo da cidade, o culto à ciência inscreve na contradição da história o vinco de suas interpretações. o confronto com o real é essa incessante demanda de interpretação que o arranjo das coisas nos impõe. hoje, o culto à ciência, com seu *nome* sempre lembrado num passado áureo e com seu *prédio* cravado nos caminhos do centro, ainda que de costas para ele, nos faz reencontrar essa historiação pela cidade e dispõe em texto alguns dos sentidos que o *nós* dos brasileiros estabelece com a nação. materialmente os sentidos nos atravessam, ao atravessarmos a rua. qual rua? uma rua nomeada, localizada,

¹¹⁵ cf. affonso, c. m. e pinto, m. n. *culto à ciência – cento e treze anos a serviço da cultura*. campinas: gráfica tecla tipo, 1986.

¹¹⁶ imagem 8: início das obras do ginásio de esportes e do colégio, 195?. fotografia. acervo do acervo do prof. pedro stucchi sobrinho. disponível em: http://www.francisco.paula.nom.br/culto/pag_edificio.htm.

emplacada, com princípio e fim. rua culto à ciência.¹¹⁷ vejamos como se dão as mudanças no nome da rua que passa em frente ao colégio. antes da existência do prédio, quando lá havia uma chácara como tantas outras, a rua era chamada rua alegre. a estrutura dessa nomeação é dada pela adjetivação: essa rua é reconhecida pela característica da alegria; rua como?: rua alegre. com a intervenção material do colégio nesse espaço, é o colégio que ocupa o lugar desse determinante: rua do colégio. prosaicamente constitui-se um foco, uma referência localizável. podemos até pensar numa relação de pertencimento: rua de quê?: rua

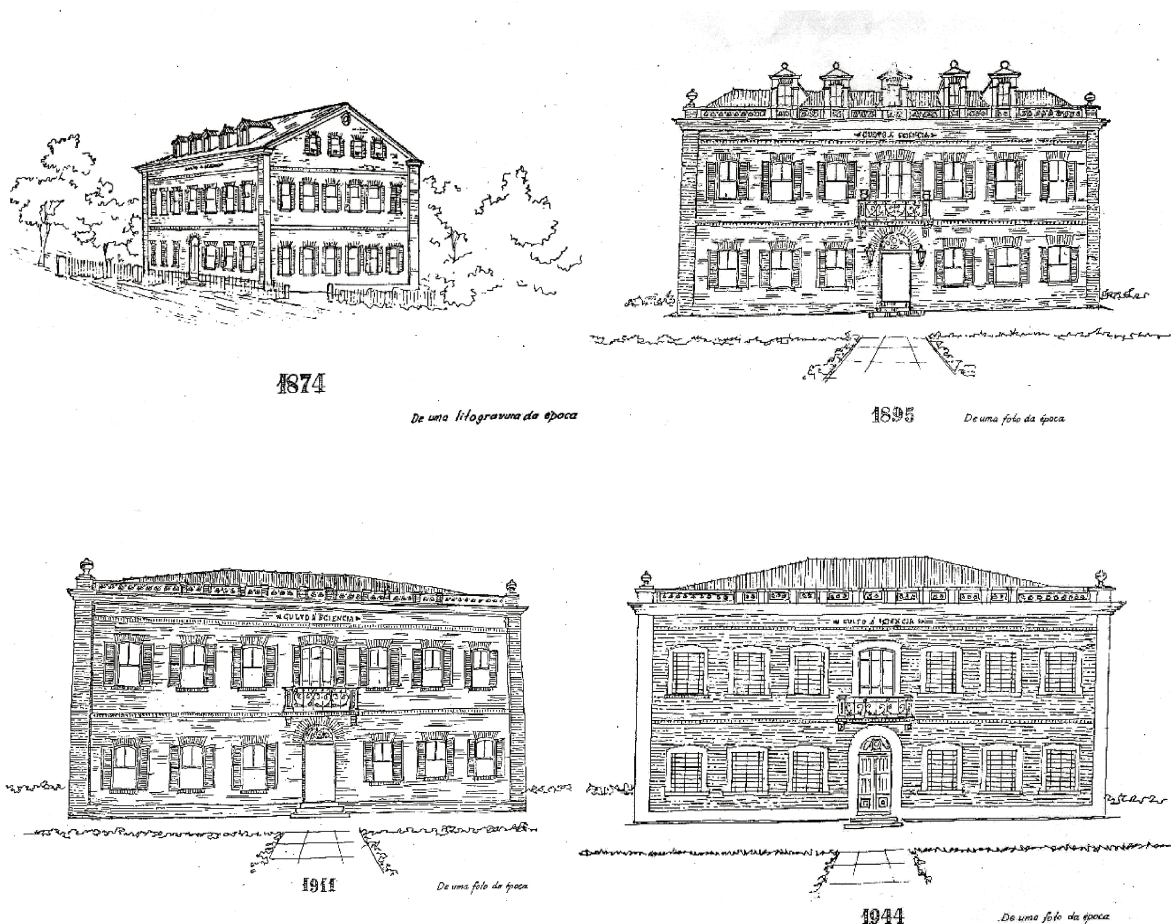


do colégio. hoje, num movimento de reformulação e acúmulo, a rua é rua culto à ciência. o colégio está em jogo por seu próprio nome: forte, reivindicado, acolhido. a regência entre a rua e seu nome é direta, transitiva: rua o quê?: rua culto à ciência. a rua é determinada pelo sintagma nominal-izado, de onde poderíamos parafrasear ‘rua que cultua a ciência’, deixando inscrito no corpo da cidade as tensas relações que a apropriação brasileira do positivismo coloca para o entendimento da ciência, do ensino e da própria urbanidade.

as imagens espalhadas por este texto representam a fachada do colégio em diversas épocas, desde o final do século xix, passando pelos áureos anos 10 e 20 até o início do período de decadência que seguiram a ditadura militar, e retratam sempre uma inacessibilidade da construção. ou temos um ângulo que, tomado do portão para dentro, expõe a intimidade consentida de um edifício que deseja se mostrar ao público ou, a partir da rua, figura um prédio encoberto por jardins, folhagens, grades e portões que a imagem, como um espião, divulga indiscretamente. esse jogo imagético entre exibição e recolhimento reflete a relação que o colégio mantém com a cidade. ele (se) instala (n)a cidade, interfere com seu nome e seus saberes, sua presença alarga as bordas do urbano, urbaniza o campo e o saber nacional, mesmo com a restrição de seus frequentadores, controlados pelo valor das mensalidades, pelo número de vagas, pela dificuldade do ensino ou por seu declínio. embora inacessível a muitos, o colégio não deixa de afetar a todos. é interessante observar como esse funcionamento dual aparece também nas imagens.

¹¹⁷ imagem 9: placa com o nome da rua. fotografia. carolina p. fedatto. 2007.

os rastros desses movimentos podem ser reencontrados nas formas dos mapas, nas reformas do prédio, nas mudanças arquitetônicas. segundo os desenhos e comentários do arquiteto ariosto mila,¹¹⁸ podemos apontar quatro grandes momentos de transformação na fachada do prédio:



esses desenhos arquiteturais são contemporâneos ao pedido de salvaguarda do prédio ao conselho de defesa do patrimônio cultural de campinas. embora o documento oficial de tombamento date de dezembro de 1992, sua solicitação foi feita em 1983 por ex-alunos do colégio. integrante do grupo, ariosto mila elaborou um estudo ilustrado do colégio com esboços de sua autoria que buscam resgatar os detalhes de cada época. como observa eni

¹¹⁸ imagem 10: desenhos das fachadas do culto à ciência em 1874, 1895, 1911 e 1944. ariosto mila, 1983. disponível em: <http://www.francisco.paula.nom.br/culto/ariosto.htm>, consultado em abril de 2009.

orlandi,¹¹⁹ as reformas da fachada correspondem de alguma maneira a mudanças institucionais ou curriculares. não passa despercebida a alteração no estilo do prédio que se opera no início do século xx. podemos ver aí um processo de reescritura da própria construção visando a reestruturação das funções do prédio, sua modernização, com a retirada de elementos decorativos em favor da solução de questões práticas. observando as imagens, vemos um movimento de reformas que vai do ornado ao alinhado, do singelo, passando pelo imponente e chegando ao funcional. o classicismo francês vai sendo ressignificado pelas demandas específicas do brasil. a necessidade de ampliação do ensino público, em voga com a república, reflete-se no estilo do prédio que vai se simplificando ao passo que o currículo vai sendo generalizado, modelado, unificado em atendimento a uma imposição estatal prescrita nos anos setenta do século passado pela ditadura militar.¹²⁰



esse percurso pela história do culto à ciência nos faz olhar para a espacialidade de significações que ele formula no texto urbano. os sistemas de idéias intervêm na cidade, no modo como ela vai determinando, abrigando e inscrevendo seus habitantes. ao passar pela rua culto à ciência, o transeunte tem como ponto de referência o colégio. referência espacial, referência nacional, referência de uma conformação enquanto cidadão, da constituição científica, naturalista, que o positivismo brasileiro constrói para a relação entre povo, saber e nação. é daí também que se declina o discurso sobre a língua no colégio. o professor júlio ribeiro, precursor do naturalismo literário brasileiro com o romance *a carne*, publica em 1881 sua *gramática portuguesa*. o final do século xix marca o início do processo brasileiro de gramatização da língua portuguesa. essa institucionalização dos estudos da linguagem do/no brasil se fará de modo muito particular nos grandes colégios da época: os professores de língua eram também autores de gramática e de ciência. havia uma reflexão forte sobre a língua possibilitada pelos colégios. júlio ribeiro fica célebre pela

¹¹⁹ orlandi, e. *op. cit.* p. 184.

¹²⁰ imagem 11: *centenário do colégio estadual culto à ciência*, 1973, cartão postal, coleção joão falchi trinca. centro de memória da unicamp. 10,6 x 14,7 cm.

afirmação de que a “gramática é a exposição metódica dos fatos da linguagem.”¹²¹ essa definição vem acompanhada de uma nota de referência ao comparatista william d. whitney, considerado um dos precursores de saussure por considerar a língua como uma instituição social, um instrumento de comunicação, com uso e história. para j. ribeiro, a exposição da norma só pode vir da observação da realidade, o fato de língua é, pois, seu uso. a introdução desse método de trabalho permitirá um olhar para o modo brasileiro de falar e descrever a língua portuguesa estabelecendo um recorte para a gramática: a norma é a afirmação de uma legitimidade, de um sistema de usos e não somente a imposição de um modelo alheio aos fatos de língua brasileiros.

o culto à ciência simboliza, portanto, um momento de apropriação do brasil na relação com a urbanização, com a língua, com a política, com a arquitetura. vemos em suas transformações históricas um movimento de autoria nacional, uma autorização brasileira que irá sustentar nosso projeto de nação. foi formando cidadãos



ilustres que o colégio se celebrizou.¹²² também foram alguns deles que tomaram a frente de nossa administração política e intelectual. o *culto à ciência*, esse lema, marca, por conseguinte, mesmo aqueles que não passaram pelos bancos escolares: a textualização do colégio na história da cidade forma muito mais do que bons alunos, ela desdobra quotidianamente a tensa relação entre o saber a língua, a produção da ciência e a produção do espaço nacional.¹²³ ao culto à ciência *transcende*, assim, com reservas, seus muros.

¹²¹ ribeiro, j. *grammatica portugueza*. são paulo: tipographia de jorge seckler, 1881. consultada na bvclb – biblioteca virtual das ciências da linguagem no brasil <http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obr027>.

¹²² imagem 12: *alunos do colégio culto à ciência*, 1886, coleção joão falchi trinca. centro de memória da unicamp. 16,5 x 23,7 cm.

¹²³ imagem 13: *fotografia aérea do terreno do colégio culto à ciência e seu entorno*. 2000 – 2002. google earth.

conclusão: *o saber está alhures*

chegamos ao final deste percurso incerto com uma questão precisa: o que é o saber diante da historicidade da linguagem, do sujeito e do espaço? o imaginário da ciência deslembra que, antes de saber, é preciso provar que há algo a saber: objetos, sujeitos e um mundo que os contenha. fazendo como se esse mundo existisse de antemão, como se, paradoxalmente, os objetos fossem dados inequívocos e o sujeito do conhecimento, atores racionais,¹ a tradição científica positiva nos faz esquecer a historicidade do processo que institui o mundo conhecido. nesse conflito apaziguado pela forma acabada de um partícipio, a configuração do conhecido é perturbada pela inscrição, sempre possível, de um outro recorte de saber cuja permanência no cotidiano é regida pelo *não-sentido*,² pelo futuro da metáfora.

o saber não pré-existe, portanto, à distinção entre *objeto real* e *objeto de conhecimento*,³ divisão essa que o funda e o constitui. afirmar que *o saber se produz* é reconhecê-lo como *produto* de um trabalho, de uma prática que seleciona seus instrumentos, seus modos de proceder e seu campo de atuação. ele é uma *forma-histórica* da relação política com o conhecimento que se especifica por um recorte no espaço, instituindo, por sua vez, uma forma de habitar o tempo. recorte que não é natural, mas sim um desvio, um acaso, um impulso contra o curso ordinário da dominação. a direção comum da dominação é, conforme a definição de rancière, a transição do velho princípio que remete a sociedade ao mito de suas origens (*o poder da diferença no nascimento*) ao novo princípio resultante das atividades sociais (*o poder indiferente da riqueza*).⁴ isso significa que o cotidiano não é somente um lugar de invisibilidade onde a eficiência do poder passa despercebida, ele abre

¹ rancière, j. o dissenso. in: novaes, a. (1996) *a crise da razão*. são paulo: cia das letras, 2006, p. 367.

² orlandi, e. do não sentido e do sem sentido. in: junqueira filho, l. c. u. (org.). *silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. são paulo: casa do psicólogo, 1998.

³ althusser, l. *posições i*. rio de janeiro: graal, 1978, p. 154.

⁴ rancière, j. *op. cit.*, p. 371.

também uma brecha para escapar ao hábito que avista o saber como uma imposição. a rotina, a repetição, o ordinário são espaços de movimento por onde passamos todos os dias reverberando a existência e tropeçando em suas dobras. o saber que está nas ruas reflete esse duplo funcionamento: tem suas raízes no discurso dominante ao mesmo tempo em que expõe os sentidos do poder a outras práticas de conhecimento.

se não há continuidade entre a ordem natural e a ordem humana, a evidência do mundo e do saber sobre ele deve ser posta em causa assim como a evidência da comunicação e do indivíduo. no caso dos objetos que estudamos, o cidadão, a língua nacional e a cidade são as formas históricas que tomaram o sujeito, a língua e o espaço no mundo moderno.⁵ a arquitetura e os traçados citadinos se mostram, sem dúvida, como materializações da escrita dessa história: monumentos-documentos de tradição, antigüidade e memória com projeções de modernidade, unidade e continuidade. como vimos, a cidade moderna é um acontecimento tipicamente europeu, ligado à ascensão do modo de produção capitalista e à consolidação dos estados nacionais. e o espaço urbano seria, juntamente com a língua e a historiografia, um lugar imaginariamente possível para a unificação da nação pela criação e afirmação do *nós nacional*. se, como formula eni orlandi, a nação é uma entidade abstrata, a cidade é o seu lugar de representação sensível (aquilo que podemos calcular e planejar, por onde podemos andar e nos perder, construir e habitar).⁶ na divisa da passagem imaginária entre o natural, o cultural e o econômico, a *forma histórica do espaço* se funda. daí também deriva o saber possível num espaço-tempo determinado.

quando compreendemos, no final da primeira parte da tese, que o cidadão é uma *forma-histórica* do sujeito remetida imaginariamente à nação, mas identificada materialmente à cidade, o fizemos através da poesia da língua que deixava transparecer traços do corpo do sujeito na descrição do espaço.⁷ também dissemos, baseados em goitia, que toda cidade é

⁵ cf. rodríguez-alcalá, c. *da religião à cultura na constituição do estado nacional*. apresentado no xix encontro da anpoll, maceió, 2004. disponível em: <http://historiografo.blogspot.com/2009/06/da-religiao-cultura-na-constituicao-do.html>. rodríguez-alcalá, c. *a cidade como objeto discursivo: a linguagem e a construção da evidência do mundo*. apresentado no iv sead, porto alegre, 2009. texto inédito, fornecido pela autora.

⁶ orlandi, e. *cidade dos sentidos*. campinas: pontes, 2004, p. 11.

⁷ retomo alguns recortes analisados onde essa imbricação sujeito-cidade aparece: “as casas de cimento estão em ruína, exaustas de tanto abandono. não são apenas casas destroçadas: é o próprio tempo desmoronado.”

uma *frustração* que testemunha justamente o processo histórico.⁸ mesmo sendo um lugar possível de identificação, a cidade não satisfaz inteiramente o sujeito. enquanto *forma histórica do espaço*, ela seria apenas um *contratempo* que cria e contenta provisoriamente o desejo do reconhecimento. a cidade *falha*, então. insistindo ainda no jogo das palavras, se *só há causa daquilo que falha*, a cidade seria causa do fato de a nação demandar um assento para o desejo do sujeito.

vimos ao longo da tese que o monumento, definido como um *ponto de referência* em relação ao imaginário e como um *ponto de silêncio* em relação ao simbólico, materializa um passado em comum onde a identificação se dá pelo urbano. as construções urbanas produzem um saber sobre o tempo que se representa no instante de uma passagem, de uma atualidade que parece justamente abolir o tempo. *procuro ainda meu caminho, eu viro uma rua... mas... está em mim...*⁹ o imaginário de localização que os pontos de referência produzem são eficazes justamente porque transferidos do espaço para o sujeito. já que a nação precisa se fazer acessível, constroem-se *a posteriori* bens herdados: um patrimônio onde todos os cidadãos devem se reconhecer. pierre nora, nota que os *lugares de memória* são a marca de uma ausência, não do passado, mas da identificação a ele.¹⁰ num tempo em que a nação é um *dado*, vivemos o nacional brasileiro enquanto contradição entre um eterno devir manifesto no retorno do *discurso fundador*¹¹ e uma vontade do novo fundada na utopia do único, do singular, do próprio a uma nação já constituída. a noção de patrimônio deixa pouco espaço para a discussão dos motivos que instalam a necessidade da unidade e para a compreensão de seus sentidos atuais enquanto vestígio.

(couto, m. *um rio chamado tempo...* p. 27); “como se cada ruína fosse uma ferida dentro de mim.” (couto, m. *op. cit.* p. 92); “e da mesma forma que ficamos sabendo das nossas vidas por intermédio de outros, também deixamos que os outros acabem dando forma à nossa compreensão da cidade em que vivemos.” (pamuk, o. *istambul.* p. 16); “a lojinha de doces da mulher grega, um florista, uma loja de bolsas, uma casa de apostas, uma galeria, uma livraria e uma farmácia.” (pamuk, o. *op. cit.* p. 42)

⁸ p. 82 desta tese.

⁹ proust, m. *du côté de chez swann*, in: *à la recherche du temps perdu*. paris: gallimard, 1999, p. 61, tradução nossa.

¹⁰ nora, p. *entre memória e história: a problemática dos lugares*. revista projeto história nº 10. puc: são paulo, 1993, p. 12 e 13.

¹¹ conforme definido por orlandi, e. *vão surgindo sentidos*. in: orlandi, e. (org.) *discurso fundador*. campinas: pontes, 2003.

a partir das descobertas promovidas pelas navegações ultramarinas, o modelo europeu de cidade herdeira do urbano foi transplantado para os territórios ocupados na América, no oriente e na África. Essa é a matriz ideológica do espaço brasileiro. aqui, urbanidade e nacionalidade se confundem, pois são construídas simultaneamente. a instrumentação do espaço nos países de colonização, assim como a instrumentação das línguas, se faz por *transferência de tecnologia*,¹² o que não significa simplesmente dominação, visto que a *sempre-já* existência de espaços e línguas outras não pode ser contornada. a *transposição* de técnicas para organizar um espaço e uma língua esbarra em materialidades já constituídas alhures, em outras histórias, o que possibilita a ressignificação dos objetos em constituição. eis uma compreensão fundamental de nossas análises.

diante de elementos constitutivos das cidades (vias, construções, seus nomes e imagens), observamos que a urbanidade brasileira se ancora em saberes advindos de outros espaços nacionais. mas é preciso que esse *saber transposto*, transplantado, signifique este lugar, neste lugar. por isso, ao final desse percurso, podemos afirmar que os saberes implicados na constituição do espaço brasileiro não são simplesmente emprestados ou impostos. a *arquitetura*, como um *arquivo* a céu aberto, corporifica e legitima um modo de saber significativo de um tempo e significado por um espaço. as instituições traduzem esse saber para um determinado recorte de tempo/espaço que produz o cotidiano cidadão, projetando o nacional num novo território. isso significa dizer que se a cidade abriga instituições religiosas, educacionais, estatais (públicas), familiares (particulares) é porque ela é, na paisagem, assim como define o historiador Georges Duby, o *ponto de enraizamento de um poder* que faz sentido para aquele espaço e seus habitantes. foi a textualização desse saber/poder, materializada especificamente na história dos *odônimos* e suas imagens, que nos interessou durante este estudo.

no Brasil, os nomes de rua produzem objetos que se querem únicos no espaço nacional, mas sem perder sua filiação ao espaço que o colonizou. paralelamente, notamos que a imagem dos monumentos urbanos também designa a unicidade desses mesmos objetos. a fotografia

¹² cf. Auroux, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp. 1992.

de uma construção parece remeter apenas a esta construção, não a uma igreja, uma biblioteca ou um colégio quaisquer. a imagem funciona, pois, no mesmo campo imaginário do nome próprio, não do nome comum. isto significa que tanto o nome quanto a imagem especificam um espaço como sendo *único e idêntico a si* e, por essa determinação remetida ao indeterminado, o controem, ao mesmo tempo, como um lugar que pode ser *individualizado e generalizado* pelo estado.¹³ daí a importância de explicitar as condições de produção do discurso sobre a cidade, já que elas evidenciam a historicidade dos objetos, uma existência que não é geral nem atemporal.

através de *línguas transpostas* – a língua portuguesa, mas também as indígenas interpretadas pelos religiosos em língua geral e as demais línguas européias de imigração – funda-se uma cidade ao mesmo tempo singular e herdada. os odônimos mostram a supremacia do português nos nomes urbanos, já os topônimos, que compreendem áreas mais extensas, regiões e acidentes geográficos, têm o predomínio das línguas indígenas. essa não é uma diferença acidental, ela marca as posições do colonizador e do nativo na relação com o território: a cidade brasileira foi implantada pela tradição européia em um território conhecido, habitado e significado pelos índios. por serem relegados ao ambiente natural é que o território e os povos do novo mundo puderam ser *civilizados*. no espaço colonial, a cidade é um lugar de dupla remissão à metrópole e à futura nação. *cidade*, *cidadão*, *civilização* se encontram num mesmo étimo, no entanto, historicamente, a cidade é um objeto em si, o cidadão um construto da nação e a civilização um produto da oposição à natureza ou à barbárie.

ao analisarmos as imagens de espacializações do urbano no brasil, notamos que a igreja se coloca numa relação de *permanência* com a cidade, a biblioteca estabiliza sua *errância* e o colégio *transcende* suas divisas. esses sentidos analíticos devem ser interpretados, conforme nos ensina paul henry, não como pontos de partida, mas como um efeito, um produto determinado *em outro lugar*. quando procuramos o sentido sob as imagens, nos

¹³ pècheux m. (1975) *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, p. 106 et seq.

deparamos com a imagem, não com o sentido.¹⁴ é a história que se encarrega de significar os significantes, pois “se a questão do sentido é daquelas em que não se pode chegar ao fim, é possível deslocá-la, reformulá-la.”¹⁵ os *efeitos de sentido* são produto tanto da *linguagem* quanto do silêncio e, ainda que pareça estarmos em um *solo tão batido*,¹⁶ partilham o campo da *inconstância*, da *movência*. as formulações imagéticas do espaço urbano, como tudo no mundo dos signos, *são sujeitas à interpretação e aos seus limites*.¹⁷

compreendemos o deslocamento dos sentidos do discurso histórico sobre a cidade brasileira em função da historicidade do processo que institui seu saber. apoiado no materialismo, althusser dizia que “o conhecimento do real *modifica* alguma coisa no real um vez que *lhe acrescenta* justamente *seu* conhecimento.”¹⁸ esse trabalho de elaboração sobre o real só avança porque um saber é *retido como verdadeiro*. mas a fixação imaginária de uma verdade engendra, a nosso ver, um deslize metafórico. definida como sendo *uma palavra por outra*, a metáfora também pode deslocar *um saber por outro*. a permanência desse *outro* no domínio daquilo que faz sentido está *alhures*, fora de um absoluto dogmático, mas limitado pelo impossível do real. afirmar que *o saber está alhures* é, portanto, se desfazer da ilusão de “que aquilo que a ciência não pode nos dar, podemos conseguir *em outro lugar*.”¹⁹

*no real da vida, as coisas acabam com
menos formato, nem acabam. melhor assim.
guimarães rosa, grande sertão: veredas*

¹⁴ cf. ao que paul henry formula em relação à palavra, que pode ser considerada uma imagem do dizível. henry, p. sentido, sujeito, origem. trad. bras. de eni orlandi *linx – revue de linguistique de l’université paris x*, nanterre, nº 19, volume 2, 1988, p. 37 – 48. in: orlandi, e. (org.) *discurso fundador*. campinas: pontes, 1993, p. 158 e 159.

¹⁵ henry, p. *op. cit.* p. 152.

¹⁶ lembremos de lugares-comuns como *as imagens falam por si ou valem mais do que mil palavras...*

¹⁷ orlandi, e. do não sentido e do sem sentido. in: junqueira filho, l.c.u. (org.). *silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. são paulo: casa do psicólogo, 1998, p. 66.

¹⁸ althusser, l. *posições i*. rio de janeiro: graal, 1978, p. 156.

¹⁹ freud, s. (1927) *o futuro de uma ilusão*. in: obras psicológicas completas, volume xxi. rio de janeiro: imago, 1996, p. 63, grifos nossos.

bibliografia geral

- abreu, capistrano de. (1922ca.) *caminhos antigos e povoamento do brasil*. belo horizonte: itatiaia, são paulo: editora da universidade de são paulo, 1989.
- achard, pierre *et al.* *papel da memória*. campinas: pontes, 1999.
- affonso, cleide maria & pinto, maria nívea. (1986) *culto à ciência - cento e treze anos a serviço da cultura*. campinas: gráfica tecla tipo.
- althusser, louis (1969). *aparelhos ideológicos de estado*. rio de janeiro: graal, 2003.
- althusser, louis. *posições i*. rio de janeiro: graal, 1978.
- althusser, louis (1982) a corrente subterrânea do materialismo do encontro. trad. mónica g. zoppi fontana. in: *crítica marxista nº 20*. rio de janeiro: editora revan, 2005.
- auroux, sylvain. *a revolução tecnológica da gramatização*. campinas: editora da unicamp, 1992.
- auroux, sylvain. *histoire des idées linguistiques. la naissance des métalangages en orient et en occident*, tome 1. lièges / bruxelas: mardaga, 1989.
- auroux, sylvain. *histoire des idées linguistiques. le développement de la grammaire occidentale*, tome 2. liège : mardaga, 1992.
- auroux, sylvain. (1996) *a filosofia da linguagem*. campinas: editora da unicamp, 1998.
- auroux, sylvain. la réalité de l'hyperlangue. in : *langages*, année 1997, volume 31, numéro 127, p. 110 – 121.
- auroux, sylvain. les méthodes d'historicisation. in : *histoire épistémologie langage*, v.28, n.1. paris, 2006.
- auroux, sylvain. língua e hiperlíngua. in: *línguas e instrumentos lingüísticos nº 1*. campinas: pontes / projeto hil, 1998.
- authier-revuz, jacqueline. deux mots pour une chose ; trajets de non-coïncidence. in: *répétition, altération, reformulation*. annales littéraires de l'université de besançon, 701, presses universitaires franc-comtoises, 2000, p 37-61.
- authier-revuz, jacqueline & lala, marie christine. (dir.) *figures d'ajout : phrase, texte, écriture*. paris : presses sorbonne nouvelle, 2007.
- bachelard, gaston. (1931) *l'intuition de l'instant*. edition stock : 1992.

- barreto, lima. (1915) a biblioteca. in: *marginália*. são paulo: brasiliense, 1953.
- barreto, lima. (1923) os bruzundangas. in: *obras de lima barreto*. são paulo: brasiliense, 1956.
- barros, manóel de. concerto a céu-aberto para solos de ave. in: *poesia completa*. são paulo: leya, 2010.
- barthes, roland. (1978) *aula*. são paulo: cultrix, 2000.
- barthes, roland. (1967) le discours de l'histoire. in: *œuvres complètes*, tome ii :1966-1973. paris: éditions du seuil, 1994.
- bellemin-noël, jean. *psychanalyse et littérature*. paris: puf, 2002.
- benveniste, émile. (1939) natureza do signo lingüístico. in: *problemas de lingüística geral i*. campinas: pontes, 1995, p. 53 - 67.
- benevolo, leonardo. *a cidade na história da europa*. lisboa: presença, 1995.
- benevolo, leonardo. *história da cidade*. são paulo: perspectiva, 2009.
- russel, bertrand. (1905) da denotação. in: *lógica e conhecimento*. coleção os pensadores. são paulo: abril cultural, 1978.
- bonvicino, régis. *céu-eclipse: poema-idéia*. são paulo: editora 34, 1999.
- bosi, alfredo. *culture brésilienne : une dialectique de la colonisation*. paris/montréal : l'harmattan, 2000.
- bosredon, bernard. (1999) modos de ver, modos de dizer: titulação da pintura e discursividade. in : *revista rua*, nº 05. campinas: labeurb/nudecri/unicamp, 1999.
- bosredon, bernard. *étiquetage et titres des tableaux*. thèse de doctorat d'état, université de paris vii, 1994.
- bosredon, bernard. *les titres de tableaux : une pragmatique de l'identification*. paris : presses universitaires de france, 1997.
- bosredon, bernard & tamba, irène. (1999) une ballade en toponymie : de la rue descartes à la rue de rennes. in : *linx 40*. paris : université paris 10, p. 55-69. tradução brasileira : uma balada em toponímia: da rua descartes à rua de rennes. in: *revista língua e instrumentos lingüísticos*, nº 03, campinas: pontes, 1999.
- bouvier, jean-claude. *les noms de rues disent la ville*. paris : c. bonneton, 2007.
- brasil 1900-1910*, volume 2. coleção rodolfo garcia, apresentação plínio doyle. rio de janeiro: biblioteca nacional, 1980.
- calabi, donatella. *a cidade do primeiro renascimento*. são paulo: perspectiva, 2008.
- calvino, ítalo. (1963) *marcovaldo ou as estações na cidade*. são paulo: cia. das letras, 2007.
- casimiro, ana palmira. a estética dos irmãos terceiros franciscanos da bahia colonial, in: flexor, maria helena. (org.) *a arte no mundo português dos séculos xvi ao xix: confrontos*,

- permanências, mutações*. atas do iv colóquio luso-brasileiro de história da arte. salvador, 2000.
- castoriadis, cornelius. (1975) *l'institution imaginaire de la société*. paris : ed. du seuil, 2006.
- cavingneaux, antoine. le rôle de l'écriture, section 1 : l'écriture et la réflexion linguistique en mésopotamie. in : auroux, sylvain. *histoire des idées linguistiques. la naissance des métalangages en orient et en occident*, tome 1. lièges / bruxelles : mardaga, 1989.
- certeau, michel de. *a invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, petrópolis: ed. vozes, 1996.
- certeau, michel de. (1975) *l'écriture de l'histoire*. paris: gallimard, 2007.
- certeau, michel de; julia, dominique & revel, jacques. (1975) *une politique de la langue. la révolution française et les patois: l'enquête de grégoire*. paris: gallimard, 2002.
- chartier, roger. *a história cultural*. rio de janeiro: bertrand, 1990.
- chartier, roger. *au bord de la falaise. l'histoire entre certitude et inquietude*. paris, albin michel, 2009.
- chartier, roger. *pratiques de la lecture*. marseille: rivages, 1985.
- chartier, roger. *les usages de l'imprimé (xve-xixe siècles)*. paris: fayard, 1987.
- choay, françoise. (1965) *o urbanismo: utopias e realidade, uma antologia*. são paulo: perspectiva, 2010.
- choay, françoise. *l'allégorie du patrimoine*. paris : seuil, 1992.
- choay, françoise. *le patrimoine en question : anthologie pour un combat*. paris : seuil, 2009.
- cislaru, georgeta et all. *l'acte de nommer : une dynamique entre langue et discours*. paris : presses sorbonne nouvelle, 2007.
- coelho, eduardo prado. introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos. in: coelho, eduardo prado. (org.) *estruturalismo: antologia de textos teóricos*. lisboa: livraria martins fontes, 1967.
- comte, auguste. *résumé de sociologie positive*. extraits du 'discours sur l'ensemble du positivisme'. introduction préliminaire au 'système de politique positive'. i : esprit fondamental du positivisme. ii : destination sociale du positivisme. iii : efficacité populaire du positivisme. iv : influence féminine du positivisme. v : aptitude esthétique du positivisme. vi : conclusion générale. religion de l'humanité. paris/lille, 1932.
- comte, auguste. *système de philosophie positive*. correspondance avec stuart mill. discours sur l'ensemble du positivisme. système de politique positive. extraits réunis et annotés par r. teixeira mendes. rio de janeiro, 1910.
- conein, bernard et all. *matérialités discursives*. lille : presses universitaires de lille, 1981.
- correa, dora shellard. historiadores e cronistas e a paisagem da colônia brasil. in: *revista brasileira de história [online]*, vol.26, n.51, 2006, pp. 63-87.

- courtine, jean-jacques. quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. in: *langages*, n°. 62. paris: larousse, 1981.
- courtine, jean-jacques. (1981) o chapéu de clémentis. observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. in: indursky, freda. & ferreira, maria cristina leandro. (org.) *os múltiplos territórios da análise do discurso*. porto alegre: sagra luzzatto, 1999.
- couto, mia. (2002) *um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. são paulo: cia. das letras, 2007.
- couto, mia (1992) *terra sonâmbula*. são paulo: cia. das letras, 2007.
- derrida, jacques. (1995) *mal de arquivo: uma impressão freudiana*. rio de janeiro: relume dumará, 2001.
- desvallées, andré. (1995) emergence et cheminements du mot patrimoine. in : *musées et collections publiques de france*, n° 208, pp. 6-24.
- dias, luiz francisco. *os sentidos do idioma nacional*. campinas: pontes, 1996.
- duby, georges. (dir.) *histoire de la france urbaine*, tome 1 : la ville antique, tome 3 : la ville classique. paris : editions du seuil, 1980.
- ducrot, oswald. & todorov, tzvetan. (1972) *dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. são paulo: editora perspectiva, 2001.
- fávero, leonor lopes. o ensino no império: 1837 – 1867 – trinta anos do imperial collegio de pedro ii. in: orlandi, eni e guimarães, eduardo. (org.) *institucionalização dos estudos da linguagem*. campinas: pontes, 2002.
- fedatto, carolina. *margens do sujeito no espaço urbano*. dissertação de mestrado, instituto de estudos da linguagem, iel/unicamp, 2007.
- fedatto, carolina. poesia na cidade: como a memória se inscreve na história. in: *revista palimpsesto* – revista do programa de pós-graduação em letras da uerj, ano 7, número 7, 2008.
- fedatto, carolina. os sentidos da língua na cidade: idéias e nomes. in: *revista da anpoll espaço público e linguagens*, n.º 26, vol. 01, 2009.
- foucault, michel. (1969) *arqueologia do saber*. rio de janeiro: forense universitária, 2004.
- foucault, michel. (1970) *a ordem do discurso*. são paulo: loyola, 2002.
- frege, gottlob. (1892) sens et dénotation. in : *écrits logiques et philosophiques*. paris : éditions du seuil, 1971.
- freud, sigmund. (1927) *o futuro de uma ilusão*. in: obras psicológicas completas, volume xxi. rio de janeiro: imago, 1996.
- freud, sigmund. (1929) *o mal-estar na civilização*. in: obras psicológicas completas, volume xxi. rio de janeiro: imago, 1996.

freyre, gilberto. *a propósito de frades: sugestões em torno da influência de religiosos de são francisco e de outras ordens sobre o desenvolvimento de modernas civilizações cristãs, especialmente dos hispânicos nos trópicos*. salvador: aguiar e souza, 1959.

gadet, françoise & hak, tony. (org.) *por uma análise automática do discurso. uma introdução à obra de michel pêcheux*. campinas: ed. unicamp, 1990.

gadet, françoise e pêcheux, michel. (1981) *a língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. campinas: pontes, 2004.

gary-prieur, marie-noelle. la modalisation du nom propre. in : *langue française*, année 1991, volume 92, numéro 1, p. 46 – 63.

gary-prieur, marie-noelle. le nom propre constitue-t-il une catégorie linguistique ? in : *langue française*, année 1991, volume 92, numéro 1, p. 4 – 25.

ginzburg, carlo. sinais: raízes de um paradigma indiciário. in: ginzburg, carlo. *mitos, emblemas, sinais*. são paulo: cia. das letras, 1995.

ginzburg, carlo. *olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. são paulo: companhia das letras, 2001.

goitia, fernando chueca. (1982) *breve história do urbanismo*. lisboa: editorial presença, 2010.

granger, gaston. à quoi servent les noms propres ? in : *langages*, année 1982, volume 16, numéro 66, p. 21 – 36.

guilhaumou, jacques. *discours et événement. l'histoire langagière des concepts*. presses universitaires de franche-comté, 2006.

guilhaumou, jacques et all. *discours et archive : expérimentations en analyse du discours*. liège : mardaga, 1994.

guilhaumou, jacques et all. *langage et idéologies : le discours comme objet de l'histoire*. paris : éditions ouvrières, 1974.

guilhaumou, jacques & maldidier, denise. (1986) efeitos do arquivo. a análise do discurso no lado da história. in: orlandi, eni. (org.) *gestos de leitura: da história no discurso*. campinas: editora da unicamp, 1997.

guimarães, eduardo. *semântica do acontecimento*. campinas: pontes, 2005.

guimarães, eduardo. domínio semântico de determinação. in: guimarães, eduardo e mollica, maria cecília. (org.) *a palavra: forma e sentido*. campinas: pontes e rg, 2007.

guimarães, eduardo & orlandi, eni. (org.) *língua e cidadania: o português no brasil*. campinas: pontes, 1996.

guimarães, eduardo. *história da semântica*. campinas: pontes, 2003.

guimarães rosa, joão. (1956) *grande sertão: veredas*. rio de janeiro: nova fronteira, 1986.

hagège, claude. *l'homme de paroles : contribution linguistique aux sciences humaines*. paris: folio/fayard, 1985.

- haroche, claudine. (1983) *fazer dizer, querer dizer*. são paulo: hucitec, 1992.
- henry, paul. a história não existe? in: orlandi, eni. (org.) *gestos de leitura: da história no discurso*. campinas: ed. unicamp, 1994. tradução de: l'histoire n'existe pas ?, in: *studies in history of psychology and social sciences*, n.º 3. roma: 1984.
- henry, paul. os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de michel pêcheux (1969). in: gadget, françoise e hak, tony. (org.) *por uma análise automática do discurso*. campinas: ed. unicamp, 1990.
- henry, paul. sentido, sujeito, origem. trad. bras. de eni orlandi *linx – revue de linguistique de l'université paris x*, nanterre, nº 19, volume 2, 1988, p. 37 – 48. in: orlandi, e. (org.) *discurso fundador*. campinas: pontes, 1993.
- henry, paul. *a ferramenta imperfeita*. campinas: editora da unicamp, 1992.
- heitlinger, paulo. *tipografia: origens, formas e uso das letras*. lisboa: dinalivro, 2006. disponível em: <http://tipografos.net/indice.html>
- hobsbawm, eric. (1990) *nações e nacionalismo desde 1780*. rio de janeiro: paz e terra, 2004.
- jaboatão, antonio de santa maria. (1761) *novo orbe seráfico ou crônica dos frades menores da província do brasil*, v. i e ii. rio de janeiro: ihgb, 1858.
- jakobson, roman. (1956) deux aspects du langage et deux types d'aphasie. in : *essais de linguistique générale*. paris : editions de minuit, 1963.
- kleiber, georges. sens, référence et existence : que faire de l'extralinguistique ? in : *langages*, année 1997, volume 31, numéro 127, p. 9 – 37.
- kleiber, georges. dénomination et relations dénominatives. in : *langages*, année 1984, volume 19, numéro 76, p. 77 – 94.
- kleiber, georges. *problèmes de référence : descriptions définies et noms propres*. metz : université de metz/centre d'analyse syntaxique ; paris : klincksieck, 1981.
- kleiber, georges. remarques sur la dénomination. in : *cahiers de praxématique*, n.º 36, 2001, p. 21-41.
- krieg-planque, alice. *la notion de « formule » en analyse du discours : cadre théorique et méthodologique*. presses universitaire de franche-comté, 2009.
- kripke, saul. (1980) *la logique des noms propres*. paris : minuit, 1982
- kundera, milan. (1973) *a vida está em outro lugar*. rio de janeiro: nova fronteira, 1991.
- lacan, jacques. (1966) *écrits i*. paris : ed. du seuil, 1999.
- lacan, jacques. *séminaire i – les écrits techniques de freud (1953 – 1954)*. paris: seuil, 1975.
- lagazzi, suzy. *o desafio de dizer não*. campinas: pontes, 1988.
- lagazzi, suzy. pontos de parada na discursividade social: alternância e janelas. in: morello, rosangela. (org.) *giros na cidade*. campinas: labeurb/nudecri/ unicamp, 2004.

- lagazzi, suzy. o recorte significativo na memória. apresentação no iii sead – seminário de estudos em análise do discurso, ufrgs, porto alegre, 2007. in: indursky, freda; ferreira, maria cristina leandro & mittmann, solange. (org.) *o discurso na contemporaneidade. materialidades e fronteiras*. são carlos: claraluz, 2009.
- lagazzi, suzy. a materialidade significativa em análise. in: tfouni, leda verdiani. (org.) *a análise do discurso e suas interfaces*. ffclrp-usp, no prelo.
- le goff, jacques. *história e memória*. campinas : ed. unicamp, 1990.
- lecolle, michelle *et all.* (dir.) *le nom propre en discours*. les carnets du cediscor n° 11. paris : presses sorbonne nouvelle, 2009.
- lecourt, dominique. (1972) *para uma crítica da epistemologia*. lisboa: assírio e alvim, 1980.
- lisboa, josé maria. (org.) *almanaque de campinas*. campinas: tipografia da gazeta de campinas, 1878.
- livro do centenário da câmara dos deputados (1826 – 1926)*. rio de janeiro: empresa brasil editora, 1926.
- lucrécio, tito. *da natureza*. os pensadores. tradução: agostinho da silva. são paulo, abril cultural, 1973.
- machado, roberto. *ciência e saber: a trajetória da arqueologia de m. foucault*. rio de janeiro: edições graal, 1982.
- mariani, bethania. *colonização lingüística*. campinas: pontes, 2004.
- mazière, francine. *l'analyse du discours : histoires et pratiques*. paris : puf, 2005.
- mello, josé alexandre teixeira de. resumo histórico. in: *anais da biblioteca nacional*, n° 19. rio de janeiro:1897.
- memórias da associação 'culto à ciência'*, campinas: 10 de maio de 1859.
- mill, john stuart. (1843) *systeme de logique*. paris : librairie philosophique de ladrange, 1866.
- molino, jean. le nom propre dans la langue. in : *langages*, année 1982, volume 16, numéro 66, p. 5 – 20.
- milner, jean-claude. (1978) *l'amour de la langue*. paris : verdier, 2009.
- mondada, lorenza. *décrire la ville : la construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte*. bruxelles : anthropos/ paris : economica, 2000.
- mondada, lorenza. *verbalisation de l'espace et fabrication du savoir : approche linguistique de la construction des objets de discours*. lausanne : université de lausanne, 1994.
- moraes, carmen sylvia vidigal. a sociedade culto à ciência de campinas e o projeto republicano de educação: uma leitura a partir dos estatutos, regulamentos e programas de ensino da instituição escolar (1869 – 1896). in: *anais do iv congresso brasileiro de história da educação*, goiânia – go, 2006.

- morello, rosangela. (org.) *giros na cidade: materialidade do espaço*. campinas: labeurb, nudecri, unicamp, 2004.
- mortureux, marie française. la dénomination, approche sociolinguistique. in : *langages*, année 1984, volume 19, numéro 76, p. 95 – 112.
- nora, pierre. (org.) *les lieux de mémoire*, vol. 1 e 2. paris: éditions gallimard, 1997.
- nora, pierre. *entre memória e história: a problemática dos lugares*. revista projeto história nº 10. puc: são paulo, 1993.
- nunes, josé horta & petter, margarida. (org.) *história do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. são paulo: humanitas/campinas: pontes, 2002.
- nunes, josé horta. *dicionários no brasil: análise e história do século xvi ao xix*. campinas: pontes/são paulo: fapesp/são josé do rio preto: faperp, 2006.
- nunes, josé horta. leitura de arquivo: historicidade e compreensão. in: ferreira, maria cristina leandro & indursky, freda. (org.) *análise do discurso no brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. são carlos: claraluz, 2007.
- omegna, nelson. (1962) *a cidade colonial*. brasília: mec/ebrasa, 1971.
- orlandi, eni. (1982) sobre tipologia de discurso. in: *a linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. campinas: pontes, 2003.
- orlandi, eni. *discurso e leitura*. são paulo/campinas: cortez/ed. unicamp, 1988.
- orlandi, eni. *terra à vista. discurso do confronto: velho e novo mundo*. são paulo: editora cortez/campinas: editora da unicamp, 1990.
- orlandi, eni. *as formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. campinas: ed. unicamp, 1992.
- orlandi, eni. efeitos do verbal sobre o não-verbal. in: *revista rua*, número 1. campinas: nudecri, 1995, p. 35-47.
- orlandi, eni. *interpretação. autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. petrópolis: vozes, 1996.
- orlandi, eni. (org.) *gestos de leitura: da história no discurso*. campinas: ed. unicamp, 1997.
- orlandi, eni. do não sentido e do sem sentido. in: junqueira filho, luis carlos uchoa. (org.). *silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. são paulo: casa do psicólogo, 1998.
- orlandi, eni. *análise de discurso: princípios e procedimentos*. campinas: pontes, 2001.
- orlandi, eni. *discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. campinas: pontes, 2001.
- orlandi, eni. (org.) *cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. campinas: pontes, 2001.
- orlandi, eni. (org.) *história das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. campinas: pontes/cáceres: unemat editora, 2001.

- orlandi, eni. *língua e conhecimento lingüístico*. são paulo: cortez editora, 2002.
- orlandi, eni. colégios notáveis da história brasileira: a formação institucional de homens ilustres e de sistemas de idéias. um sentido positivo para o cidadão brasileiro. in: orlandi, eni. *língua e conhecimento lingüístico*. são paulo: cortez editora, 2002.
- orlandi, eni. (1993) vão surgindo sentidos. in: orlandi, eni. (org.) *discurso fundador*. campinas: pontes, 2003.
- orlandi, eni. (org.) *para uma enciclopédia discursiva da cidade*. campinas: pontes, 2003.
- orlandi, eni. *cidade dos sentidos*. campinas: pontes, 2004.
- orlandi, eni. a língua brasileira. in: *revista ciência e cultura*, abril/junho 2005, vol.57, nº 2, p.29-30.
- orlandi, eni. o sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. texto *apresentado no ii seminário de estudos em análise de discurso*. porto alegre: ufrgs, 2005.
- orlandi, eni. violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. texto apresentado no *i colóquio internacional de análise de discurso*. são carlos: ufscar, 2007.
- orlandi, eni. (2008) políticas institucionais: a interpretação da delinquência. texto *apresentado no xxiii encontro da anpoll*. goiânia: ufg, 2008.
- orlandi, eni. a contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. in: *revista rua [online]*, n.º 16. volume 2, 2010.
consultado em <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>
- orlandi, eni & guimarães, eduardo. (org.) *institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. campinas: pontes, 2002.
- orlandi, eni & rodríguez-alcalá, carolina. a produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico. in: *escritos*, nº 08. campinas: labeurb/unicamp, 2004.
- orlandi, eni & souza, tânia clemente de. a língua imaginária e a língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. in: orlandi, eni. (org.) *política lingüística na américa latina*. campinas: pontes, 1988.
- ott, carlos fidelis. (1943) livro dos guardiães do convento de são francisco da bahia. in: *revista do instituto geográfico e histórico da bahia*, nº 69, 1943.
- pamuk, orhan. (2003) *istambul*. são paulo: cia. das letras, 2007.
- paulhan, jean. *de la paille et du grain*. paris: gallimard, 1948.
- pascal, blaise. *pensamentos*. coleção os pensadores. são paulo: nova cultural, 1999.
- payer, maria onice. (1996) retrospecto e estereotipia. imagens urbanas sobre o campo. in: *revista rua nº. 02*, campinas: labeurb /nudecri/ unicamp, 1996.
- pêcheux, michel. (1975) *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, 1997.

pêcheux, michel. (1978) só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. in: pêcheux, michel. *semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. campinas: ed. unicamp, 1997.

pêcheux, michel. delimitações, inversões, deslocamentos. in: *cadernos de estudos lingüísticos*, n.º 19. campinas: iel/unicamp, 1990. tradução de josé horta nunes. délimitations, retournements et déplacements. in: *l'homme et la société*, n.º 63-64. paris : l'harmattan, 1982, p. 53-69.

pêcheux, michel. ler o arquivo hoje. in: orlandi, eni. (org.) *gestos de leitura: da história no discurso*. campinas: ed. unicamp, 1997.

pêcheux, michel. (1983) papel da memória. in: achard, pierre *et all. papel da memória*. campinas: pontes, 1999. tradução de : *histoire et linguistique : actes de la table-ronde « langage et société »*. école normale supérieure – paris, 28, 29, 30 avril 1983. paris : editions de la maison des sciences de l'homme, 1984.

pêcheux, michel. (1983) *o discurso – estrutura ou acontecimento*. campinas: pontes, 1990.

pêcheux, michel & fichant, michel. (1969) *sobre a história das ciências*. são paulo: edições mandacaru, 1989.

peregrino da silva, manoel cícerio. a biblioteca em 1905: relatório apresentado ao ministro da justiça e negócios interiores. in: *anais da biblioteca nacional*, n.º 28, rio de janeiro, 1906.

pesavento, sandra. relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no brasil (século xix e xx). in: *revista anos 90*, porto alegre, n.º04, dezembro de 1995.

pfeiffer, claudia castellanos. cidade e sujeito escolarizado. in: *cidade atravessada*. campinas: pontes, 2001.

pfeiffer, claudia castellanos. sentidos para sujeito e língua nacionais. in: *língua e instrumentos lingüísticos*, v. 7. campinas: pontes, 2002.

pimentel, alfredo vieira. (dir.) (1943) *anais do arquivo público da bahia*, volume xxix. bahia: imprensa oficial, 1946.

pisco, paulo. evolução urbana: a escola como fator de organização do espaço urbano. in: *revista arquitetura e vida*, n.º 69, portugal: março de 2006.

platon. *œuvres complètes*. sous la direction de luc brisson. paris : éditons flammarion, 2008, p. 195-253.

prado júnior, caio. (1942) *formação do brasil contemporâneo*. são paulo: brasiliense, 1976.

prado júnior, caio. roteiro para a historiografia do segundo reinado (1840 – 1889). in: prado júnior, c. *história* (coletânea organizada por francisco iglesias). são paulo: ática, 1982.

proust, marcel. *à la recherche du temps perdu*. volume unique. paris: gallimard, 1999.

pupo, benedito. as várias denominações do culto à ciência. in: *correio popular*. campinas, 20 de abril de 1972.

- rancière, jacques. (1992) *os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. são paulo/campinas: educ/pontes, 1994.
- rancière, jacques. o dissenso. in: novaes, adauto. (1996) *a crise da razão*. são paulo: cia das letras, 2006.
- renzo, di ana maria. liceu cuiabano: língua nacional, religião e estado. in: orlandi, eni e guimarães, eduardo. (org.) *institucionalização dos estudos da linguagem*. campinas: pontes, 2002.
- revue histoire, épistémologie, langage* : histoire des idées linguistique et horizon de rétrospection, n° 28 (1). paris : shesl, 2006.
- ribeiro, júlio. *grammatica portugueza*. são paulo: tipographia de jorge seckler, 1881. consultada na bvclb – biblioteca virtual das ciências da linguagem no brasil <http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obr027>.
- ribeiro júnior, joão. *o que é positivismo*. são paulo: ed. brasiliense, 1984.
- ricœur, paul. *la métaphore vive*. paris : editions du seuil : 1975.
- ricœur, paul. (2000) *a memória, a história, o esquecimento*. campinas : editora da unicamp, 2007.
- rio, joão do. (1908?) *a alma encantadora das ruas*. consultado em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/detalheobraform.do?select_action=&co_obra=2051.
- robin, régine. *la mémoire saturée*. paris : stock, 2003
- robin, régine. *mégapolis*. paris : stock, 2009.
- rodríguez-alcalá, carolina. a cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço. in: *escritos*, n° 06. campinas: labeurb/unicamp, 2002.
- rodríguez-alcalá, carolina. entre o espaço e seus habitantes. estado nacional e espaço. in: orlandi, e. (org.) *para uma enciclopédia da cidade*. campinas: pontes, 2003.
- rodríguez-alcalá, carolina. da religião à cultura na constituição do estado nacional. texto apresentado no xix encontro da anpoll, maceió, 2004. disponível em: <http://historiografo.blogspot.com/2009/06/da-religiao-cultura-na-constituicao-do.html>.
- rodríguez-alcalá, carolina. *gramática, escrita e cidade*, in: introdução à biblioteca virtual das ciências da linguagem no brasil. <http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/home/lerpagina.bv?id=7>, acessado em 05/09/2011.
- rodríguez-alcalá, carolina. a cidade como objeto discursivo: a linguagem e a construção da evidência do mundo. comunicação apresentada no iv seminário de estudos em análise do discurso, porto alegre, novembro de 2009. texto inédito, fornecido pela autora.
- rodríguez-alcalá, carolina. unidade e dispersão do espaço urbano: o *corte* como dispositivo de leitura da cidade. in: tixier, nicolas *et alii*. *l'ambiance est dans l'air. la dimension atmosphérique des ambiances architecturales et urbaines dans les approches*

- environnementalistes*. relatório do projeto de cooperação internacional *pir ville et environnement* – cnrs – puca, 2009-2010. grenoble: ensag, 3 volumes.
- rodríguez-alcalá, carolina. atmosphäre und sprache in der symbolischen produktion des städtischen raumes: die unterscheidung öffentlich/privat und die wahrnehmung von bewegung. in: thibaud, jean-paul; kazig, rainer hg. (org.) *städtische atmosphären*. bielefeld, 2010, p. 55-89
- rodríguez-alcalá, carolina. ambiance et mémoire discursive: unité et litige dans le partage de l'espace urbain. in: thibaud, jean-paul. (org.) *ambiances en partage: culture, corps, langage*. 2011, p. 35-53.
- rodríguez-alcalá, carolina. le langage et la perception sensible: envers la dimension symbolique des ambiances urbaines. in: thibaud, jean-paul. (org.) *ambiances en partage: culture, corps, langage*. 2011, p. 32-47.
- rosset, clément. *le réel et son double : essai sur l'illusion*. paris : folio, 1976.
- santos, paulo. (1968) *formação de cidades no brasil colonial*. rio de janeiro: editora ufrj/iphan, 2008.
- saramago, josé. *a caverna*. são paulo: cia das letras, 2000.
- saussure, ferdiand de. *curso de lingüística geral*. organizado por charles bally e albert sechehaye. são paulo: cultrix, s.d.
- schwarcz, lilia moritz et all. *a longa viagem da biblioteca dos reis*. são paulo: companhia das letras, 2002.
- silva, mariza vieira da. colégios do brasil: o caraça. in: orlandi, eni e guimarães, eduardo. (org.) *institucionalização dos estudos da linguagem*. campinas: pontes, 2002.
- simondon, georges. (1958) *du mode d'existence des objets techniques*. paris : edition aubier, 1989.
- souza, gabriel soares de. (1587) tratado descritivo do brasil. in: *revista do instituto histórico do brasil*. rio de janeiro: tipografia universal de laemmert, 1851.
- theurot, jacky & brocard, nicole. (éd.) *la ville et l'église*. besançon : presses universitaires de franche-comté, 2008.
- thibaud, jean-paul. l'expression littéraire des silences de la ville. in : *la création sociale*, centre de sociologie des représentations et des pratiques culturelles, 1997, n° 2, pp. 45-70.
- thibaud, jean-paul. l'horizon des ambiances urbaines. in : *revue communications* n° 73, paris: ehess, 2002, p. 185 – 201.
- veyne, paul. (1971) *como se escreve a história*. brasília: ed. unb, 1998.

acervos consultados

sobre a igreja e convento de são francisco

arquivo e biblioteca da fundação gregório de mattos, salvador – ba.

arquivo público da bahia, salvador (apb) – ba.

arquivos da igreja e convento de são francisco, salvador – ba.

arquivos da ordem terceira de são francisco, salvador – ba.

biblioteca do instituto geográfico e histórico da bahia (ighb), salvador – ba.

biblioteca pública do estado (bpe), salvador – ba.

instituto do patrimônio artístico e cultural da bahia (ipac), salvador – ba.

material bibliográfico:

anais do arquivo público da bahia, sob direção de alfredo vieira pimentel, vol. xxix, 1943. bahia: imprensa oficial, 1946.

alves, marieta. *história da venerável ordem terceira de são francisco da bahia*. publicação independente: bahia, brasil, 1948.

barbosa, manóel. o juramento da constituição de 1824 pelas ordens religiosas da bahia. in: *revista do instituto geográfico e histórico da bahia n° 77*. salvador, 1952.

cabral, valle. o nome das ruas contam história. in: *revista do instituto geográfico e histórico da bahia n° 77*. salvador, 1952.

casimiro, ana palmira. a estética dos irmãos terceiros franciscanos da bahia colonial. in: flexor, maria helena. (org.) *a arte no mundo português dos séculos xvi ao xix: confrontos, permanências, mutações*. atas do iv colóquio luso-brasileiro de história da arte, salvador 2000.

inventário de proteção do acervo cultural da bahia, ipac – ba vol. 1 monumentos do município de salvador 2ª ed. governo do estado da bahia, secretaria da indústria, comércio e turismo, salvador, 1984.

edelweiss, frederico. as primeiras igrejas, as casas dos jesuítas, o muro e as portas setentrionais da cidade de tomé de souza. in: *revista do instituto geográfico e histórico da bahia n° 82*. salvador: 1958/1960.

freire, luiz alberto. a talha neoclássica da bahia. in: flexor, maria helena. (org.) *a arte no mundo português dos séculos xvi ao xix: confrontos, permanências, mutações*. atas do iv colóquio luso-brasileiro de história da arte, salvador 2000.

jaboatão, antonio de santa maria. (1761) *novo orbe seráfico ou crônica dos frades menores da província do brasil*, v. i e ii. rio de janeiro: ihgb, 1858.

jornal *a tarde*. a restauração de um monumento arquitetônico, 08 de junho de 1932.

meco, josé. azulejaria da ordem terceira de são francisco. in: dias, maria cristina vereza lodi. (org.) *patrimônio azulejar brasileiro – aspectos históricos e de conservação*. Brasília: Monumenta Bid, Ministério da Cultura, 2001.

moreira, vicente diocleciano. histórico da edificação do convento e igreja de são francisco in: *revista do instituto geográfico e histórico da bahia n.º 86*. salvador: 1976/1977.

pereira, sonia gomes. o estado da questão do urbanismo colonial português na historiografia atual brasileira. in: flexor, maria helena (org.) *a arte no mundo português dos séculos xvi ao xix: confrontos, permanências, mutações*. atas do iv colóquio luso-brasileiro de história da arte, salvador 2000.

souza, gabriel de souza. (1587) tratado descritivo do brasil. in: *revista do instituto histórico do brasil*. rio de janeiro: tipografia universal de laemmert, 1851.

ott, carlos fidelis. livro dos guardiães do convento de são francisco da bahia. in: *revista do instituto geográfico e histórico da bahia*, n.º 69, 1943.

sobre a biblioteca nacional

fundação biblioteca nacional, rio de janeiro – rj

material bibliográfico:

anais da biblioteca nacional, n.º 18 (1896), 19 (1897), 26 (1904), 28 (1906), 31 (1909) e 100 (1980). rio de janeiro: fbn.

barreto, lima. (1923) os bruzundangas. in: *obras de lima barreto*. são paulo: brasiliense, 1956.

barreto, lima. (1915) a biblioteca. in: *marginália*. são paulo: brasiliense, 1953.

brasil 1900-1910. coleção rodolfo garcia, apresentação plínio doyle, v. 2, rio de janeiro: biblioteca nacional, 1980.

catálogo dos manuscritos da biblioteca nacional, tomos i e ii. rio de janeiro: tipografia de g. leuzinger e filhos, 1878.

ferrez, gilberto. a avenida central e seu álbum. in: *o álbum da avenida central*. são paulo: editora ex libris, 1982.

guia da biblioteca nacional: sesquicentenário da biblioteca nacional (1810 – 1960). rio de janeiro: fbn/mec, 1960.

herkenhoff, paulo. *biblioteca nacional: a história de uma coleção*. rio de janeiro: salamandra, 1996.

jornal *correio da manhã*. inaugura-se hoje o novo edifício da biblioteca nacional, na avenida, 29 de outubro de 1910.

jornal *o estado de s. paulo*. biblioteca nacional, 29 de outubro de 1910.

jornal *a imprensa*. inauguração do novo edifício da biblioteca nacional, 30 de outubro de 1910.

kushnir, beatriz & horta, sandra. *avenida central: contrastes do tempo*. consultado em: <http://catalogos.bn.br/redememoria/avcentral.html>.

livro do centenário da câmara dos deputados (1826 – 1926). rio de janeiro: empresa brasil editora, 1926.

monteiro, fernando. *a velha rua direita*. rio de janeiro: museu e arquivo histórico do banco do brasil, 1985.

musso, luiz e alfredo. (1910 ca.) *vues de rio de janeiro – brésil*. acervo de obras raras da fundação biblioteca nacional.

os cem anos da posse do prefeito souza aguiar. in: *rio estudos*, n.º 230, novembro de 2006.

peregrino da silva, manoel cícero. a biblioteca em 1905: relatório apresentado ao ministro da justiça e negócios interiores. in: *anais da biblioteca nacional*, n.º 28, rio de janeiro, 1906.

planos de governo rodrigues alves/pereira passos (1902-1906). in: *rio estudos* n.º 249, 250, 251 e 252, março de 2007. secretaria municipal de urbanismo e instituto municipal pereira passos.

schwarcz, lilia moritz. *a longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de lisboa à independência do brasil*, são paulo: companhia das letras, 2002.

sobre o colégio culto à ciência

arquivos históricos do centro de memória da unicamp – fundo jolumá brito.

biblioteca do centro de memória da unicamp.

biblioteca pública municipal ernesto manuel zink – pasta de recortes sobre o culto à ciência.

setor de fotografia do centro de memória da unicamp – coleção josé gomes guarnieri, coleção v-8, coleção geraldo sesso junior e coleção joão falchi trinca.

site pró-memória de campinas: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/>

material bibliográfico:

affonso, cleide maria de luca & pinto, maria nívea. *culto à ciência - cento e treze anos a serviço da cultura*. campinas: gráfica tecla tipo, 1986.

lisboa, josé maria. (org.) *almanaque de campinas* 1871, 1872, 1878, 1879. tipografia da gazeta de campinas.

memórias da associação 'culto à ciência'. campinas: 10 de maio de 1859.

moraes, carmen sylvia vidigal. a sociedade culto à ciência de campinas e o projeto republicano de educação: uma leitura a partir dos estatutos, regulamentos e programas de ensino da instituição escolar (1869 – 1896) in: *anais do iv congresso brasileiro de história da educação*, goiânia – go, 2006.

paula, carlos francisco de. *culto à ciência – monografia histórica*. campinas, 1946.

pedroso, tabajara. *prelúdio de uma profissão*. belo horizonte, 1973.

pupo, benedito. as várias denominações do culto à ciência. in: *correio popular*, campinas, 20 de abril de 1972.

- acontecimento – *irrupção* do imprevisto no discurso (michel pêcheux)
- ambiência – *meio material onde se vive* (jean-paul thibaud)
- arquitetura – lugar de *começo* e *comando* da urbanidade, produz construções como inscrições
- arquivo – memória institucional que tenta se esquivar do esquecimento (eni orlandi); tentativa de fazer durar o acaso do acontecimento
- cada um – pronome que trai a ausência do nome (michel de certeau)
- cidade – construção de um efeito de todo
- cidade (como arquivo) – imagens históricas que produzem efeitos discursivos (josé horta nunes)
- condicional – um *antiimperfeito* (jacques rancière)
- construções urbanas – artefatos simbólicos e políticos, rastro de um *efeito de localização*
- contradição – o *um* que se divide em *dois* (michel pêcheux), formulação do equívoco (eni orlandi)
- democracia – regime puro da necessidade econômica (jacques rancière)
- deslize – lugar de assento do sentido
- edifício urbano – uma narrativa em *um meio de intertextualidade* (paul ricœur)
- especialização – inscrição de imaginários de ocupação e significação
- espaço – *batimento* entre a narração histórica e sua configuração material
- formação discursiva – lugar provisório da metáfora (michel pêcheux)
- gesto – um ato no nível simbólico (michel pêcheux)

¹ glossário não exaustivo de noções e termos fundamentais na tese. os itálicos marcam que se trata de uma citação. os nomes de autores entre parênteses indicam que nos inspiramos em sua reflexão para formular uma definição entendida como um *excesso insaturado*, isto é, um dizer a-mais (nosso) que não satura os sentidos do conceito, mas busca suspendê-los na medida em que o retira de seu contexto teórico específico e o remete a paráfrases que podem produzir significações inesperadas. assumimos, por isso, a responsabilidade pela reapropriação dos conceitos.

história – o *fazer sentido* (paul henry); determinante dos caminhos da metáfora

horizonte de retrospectão – conjunto de conhecimentos que antecedem e interferem na produção do saber (sylvain auroux)

imagens – incontinências do visual (jorge luís borges)

imobilidade – ocupação de um mesmo local em diferentes pontos do tempo (jorge luís borges)

materialidade – *modo significante pelo qual o sentido se formula* (suzy lagazzi)

memória – o *desmedido* da história

memória discursiva – remissão necessária *ao outro exterior* (michel pêcheux)

metáfora – jogo de possibilidades paradigmáticas, ausência, similitude, virtualidade e memória (roman jakobson); *un mot pour un autre*, discurso desviado, sintoma de uma ausência (jacques lacan)

monumento – *ponto de silêncio* no espaço urbano

movimento – ocupação de diferentes locais em diferentes instantes (jorge luís borges)

nação – cruzamento entre o imaginário de localização das referências urbanas e a aparente estabilidade da língua nacional

não-sentido – devir próprio à ordem simbólica e ao domínio do interdiscurso; futuro da metáfora; é *disponibilidade de sentido e não vazio* (eni orlandi)

narração/narrativa – compromisso com uma *versão* da história (eni orlandi)

palavra – termo desacreditado e insubstituível (émile benveniste)

paráfrase – *silêncio tagarela* (régine robin); evidência dos limites do sentido (eni orlandi)

patrimônio – lugar material de identificação à nação

poética – *procedimentos linguageiros* pelos quais um discurso se subtrai à literatura, se dá um *estatuto de realidade* e o significa (jacques rancière)

ponto de referência – lugar no espaço urbano duplamente afetado pela temporalidade, cruzamento entre o *imaginário de localização* e *imaginário de retrospectão*

ponto de silêncio – uma forma que silencia outras, condição para que o sentido se espacialize

processo de identificação – possibilidade de reconhecimento no interior da vida social e política (eni orlandi)

quotidiano – lugar geral e não-circunscrito (michel de certeau), o inapreensível com relação ao inteligível da ciência

real da língua – impossível de tudo dizer, de não-dizer quando dizemos, o equívoco (jean-claude milner)

realismo – discurso histórico que confunde ilusoriamente o significado com o referente

representação – efeito metafórico que produz um imaginário, uma realidade

resistência – jogo entre a subversão e o consentimento, materialização do impensado na linguagem

saber urbano – superposição de representações que não se representam sempre do mesmo modo e marcam o espaço enquanto cidade

século xvi – aurora da modernidade (michel de certeau)

sem-sentido – efeito imaginário de estabilização, sentido possível, mas interdito; está *sem sentido, mesmo porque já teve sentido* (eni orlandi)

silêncio – real do discurso, intervalo pleno de possível, iminência (eni orlandi)

texto – processo de *inscrição* verbal e visual, *acontecimento do significante* (eni orlandi)

texto literário – duplo infiel e inacessível do real

textualidade – processo pelo qual a *linguagem toma corpo* (eni orlandi)

tipologia – *princípio organizador* que permite reconhecer *funcionamentos historicamente sedimentados* (eni orlandi)

urbanismo – escala onde melhor se percebe *o trabalho do tempo no espaço* (paul ricœur)

vazio – o *imaginariamente saturado* de *conteúdo* (eni orlandi)